

**"PAIS ASSUMIDOS": adoção e paternidade homossexual no Brasil
contemporâneo.**

Flávio Luiz Tarnovski

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em antropologia social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientação: Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**"PAIS ASSUMIDOS": adoção e paternidade homossexual no Brasil
contemporâneo.**

Flávio Luiz Tarnovski

**Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua
forma final pela orientadora e Membros da
Banca Examinadora, composta pelos
professores:**

Dra. Miriam Pillar Grossi (UFSC-orientadora)

Dra. Adriana Piscitelli (UNICAMP)

Dra. Maria Amélia Schmidt Dickie (UFSC)

Dr. Oscar Calávia Saez (UFSC-suplente)

Florianópolis, 25 de março de 2002.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é a textualização tornada possível pelos vários diálogos inspiradores, pelo interesse e interlocução acadêmica com professores e colegas, a muitos dos quais devo as idéias seminais (e ovarianas) deste estudo. O ambiente sempre cordial e inspirador das aulas transformou minha passagem por este programa numa experiência agradável, digna de já deixar saudades.

Aos professores, Carmen Silvia Rial, E.Jean Langdon, Ilka Boaventura Leite, Maria Amélia Schmidt Dickie, Miriam Hartung, Miriam Pillar Grossi, Rafael de Menezes Bastos e Sonia Weidner Maluf, que me mostraram o caminho para a antropologia;

Aos membros da Banca Examinadora de Projeto, Dennis Werner e Sonia W. Maluf, pelos comentários e críticas;

Às professoras Adriana Piscitelli, Claudia Fonseca e Mariza Corrêa, pelos comentários críticos e sugestões durante apresentação das análises iniciais na XXV Anpocs;

Ao Luiz e à Fátima, pelo apoio sempre cordial na secretaria;

Aos colegas, Ana Maria, Claudia, Cezar, Elisa, Hévila, Katia, Lais, Micheline, Rogério, Toni, que compartilharam comigo esta trajetória;

Às companheiras de NIGS, Alinne, Ari, Bernadete, Camila, Carmen Suzana, Flávia, Juliana, Rita, Roseli e Silvana, por criarem um ambiente amistoso e sempre alegre;

Aos colegas que, cada um a sua maneira, me ajudaram durante este percurso: Débora, Luiz Fernando, Lisiane, Marlene, Miriam Adelman, Miriam Santin, Raquel;

À Liliane pela acolhida generosa quando cheguei em Florianópolis, à Danielle pelas idéias e pela amizade, à Juliana pelas aulas de francês e o bom humor contagiante (sem contar os pacotes de macarrão...);

À Bernadete, que como ninguém sabe o significado da dádiva, deixando-me para sempre em dívida;

À Anna Paula, pela amizade que se construiu desde os primeiros dias na Ilha, que compartilhou comigo os momentos mais difíceis e mais alegres;

Às professoras Terezinha Bublitz e Vera Iten Teixeira, que primeiramente me mostraram os horizontes da antropologia, pelos valiosos incentivos e conselhos;

Em especial à minha família, pelo apoio incondicional na minha obstinação em me lançar num futuro incerto;

À minha orientadora, Miriam Pillar Grossi, que me acolheu generosamente desde o início, e com quem aprendi as mais valiosas lições de reciprocidade. Sem o seu incentivo e confiança (além da boa dose de paciência) este trabalho não seria o mesmo;

E aos pais pesquisados, que aceitaram compartilhar comigo suas experiências, meu muito obrigado.

Por fim, minha formação e esta pesquisa não teriam sido possíveis sem o auxílio das agências financiadoras Capes e CNPq.

RESUMO

Esta pesquisa parte dos relatos de homens auto-identificados como homossexuais que adotaram filhos, para analisar os diversos modos de acesso à parentalidade disponíveis e/ou realizados por homens que se relacionam afetiva e eroticamente com outros homens. A partir do referencial oferecido pelos estudos de gênero, de sexualidade e de parentesco, propõe hipóteses para a interpretação da paternidade homossexual. Através do diálogo com a literatura francesa sobre homoparentalidade, analisa o impacto de uma conjugalidade homoerótica na formação de arranjos familiares e na atualização de relações de parentesco.

Palavras-chave: paternidade; homossexualidade; homoparentalidade; gênero.

ABSTRACT

This research has left of the stories of men auto-identified as homosexuals who had adopted children, analyzing the various ways available and/or carried through of access to parenthood by men who have erotic and affective relations with other men. From the referencial offered by gender, sexuality and kinship studies, it considers hypotheses for the interpretation of the homosexual paternity. Through the dialogue with French literature on the kinship of same-sex oriented people, it analyzes the impact of a homosexual conjugality in the formation of familiar arrangements and the update of kinship relations.

Key words: fatherhood; homosexuality; gay parents; gender.

SUMÁRIO

Agradecimentos	02
1. Introdução	07
2. Construindo o objeto	13
2.1. Incursão ao campo	13
2.2. Contextualizando os dados	19
3. Costurando referências teóricas	23
3.1. A construção social do gênero.....	23
3.1.1. Desempenho sexual e paternidade na construção da identidade masculina.....	26
3.1.2. Versões de masculinidade e poder	33
3.2. Homossexualidade: qual o problema?	35
3.2.1. A criação da sexualidade ou: como "nasce" um homossexual	39
3.2.2. A celebração da sexualidade e o fim da festa: dos anos 60 à AIDS	43
3.3. Conjugalidade e família homossexual.....	47
3.4. Regras de filiação, pluriparentalidade e homoparentalidade: transformações nas relações de parentesco?	51
4. O campo em análise	55
4.1. Diferentes modos de acesso à paternidade: os caminhos da criança	60
4.2. Entre homens: quem é o pai?.....	67
4.2.1. O "pai biológico"	70
4.2.2. O marido da mãe	71
4.2.3. O companheiro do pai	72
4.3. Contornos da família e relações de parentesco	74
4.4. Pais "assumidos": negociando a identidade social	79
4.5. A moralidade na legitimação da paternidade.....	84
4.6. Gênero e masculinidade: a paternidade como lugar de construção do masculino	92
4.7. Representações da homossexualidade e a sexualidade dos filhos	95
Considerações Finais	100
Referências Bibliográficas	107

*Isto é o fim do mundo. Como é que dois homens
juntos vão crescer e se multiplicar?*

(General da Reserva Newton Cruz, em
declaração à revista IstoÉ)

*... a aprovação [da união civil entre pessoas do
mesmo sexo] fere os padrões morais da nossa
sociedade, e por estarmos absolutamente convictos
de que a solução para o homossexualismo,
bissexualismo e lesbianismo não está na
oficialização do casamento civil, mas sim, no
arrependimento e abandono completo dessas
práticas.*

(Requerimento da Assembléia Legislativa do
Estado de Santa Catarina enviado à Câmara Federal
em 23 de maio de 2001)

1. INTRODUÇÃO

Betty Fairchild, ao escrever *Agora que você já sabe - o que todo pai e toda mãe deveriam saber sobre a homossexualidade*, relata seus primeiros pensamentos quando seu filho de 17 anos lhe disse que era homossexual:

É difícil encarar o futuro sabendo que o casamento com que todos haviam sonhado nunca se realizará e que os netos nunca virão para serem acariciados, elogiados e exibidos aos parentes (1996:25).

Os tempos são outros, e esta "fatalidade" já não parece mais ser tão evidente. Talvez nunca tenha sido. Elisabeth Badinter (1998) cita pesquisas da década de 80 que apontavam para um milhão de pais *gays* nos Estados Unidos. Já no Brasil, em uma enquete realizada pela revista *G Magazine* entre seus leitores em agosto de 2001, 6.402 pessoas¹ responderam à pergunta: "Você pretende ter filhos?", das quais 37,15% escolheram a opção: "Sim, só não decidi se por inseminação, por adoção ou pela forma tradicional", enquanto 20% assinalaram que: "Eu já tenho"². O ponto que atualmente parece conter relativa novidade é a associação tornada possível entre homossexualidade e paternidade/maternidade. A tal ponto que o apresentador de TV Gugu Liberato, tido como o "pai do ano", chegou a se tornar um catalisador de imagens em torno da paternidade homossexual, talvez por se tratar de um projeto individual levado a cabo, segundo rumores, através de inseminação artificial. Segundo me disse um informante, "o Gugu também tá nessa".

A visibilidade recentemente dada ao tema das famílias *gays*, por mais inapropriada que seja esta denominação³, tem vindo a reboque das discussões sobre o PCR - Parceria Civil Registrada, projeto de lei que daria estatuto legal às uniões entre homossexuais. Nos vários países que estabeleceram algum tipo de legislação favorável às uniões homossexuais, o tema da adoção

¹ Considerando que a revista é voltada para o leitor homossexual masculino, é de se supor que a maioria dos respondentes tenham sido homens.

² *G Magazine*. São Paulo, Ano IV, n. 49, p. 07, out. 2001.

³ Durante minha pesquisa dei uma entrevista num programa de TV local, transmitido via cabo. Utilizei o termo "famílias gays", mas a entrevistadora achou estranho que o qualificativo estivesse se referindo à família, já que apenas um ou alguns de seus membros podiam ser assim descritos. Concordei com seus argumentos. Mantenho a categoria em meu texto em razão da crescente importância que vem recebendo pela mídia.

é posto em questão, nem que seja por proibição legal. Paralelamente, o assunto vem ganhando destaque em bandeiras de luta de Paradas *Gays* em vários lugares do mundo, movimentos de reivindicações políticas e noticiários internacionais, como o destaque dado ao casal inglês que recorreu a uma mãe de aluguel americana⁴. No Brasil, revistas dirigidas ao público homossexual já publicaram matérias sobre o assunto e, mais recentemente, um semanário de circulação nacional deu sua simpática contribuição ao debate⁵.

O direito à adoção parece estar na pauta do dia nos países que aprovaram legislações favoráveis à cidadania homossexual. A mídia brasileira, atenta a essas transformações, dá mostras de um crescente interesse pelo tema, procurando discutir a situação das "famílias *gays*" no Brasil. Minha pesquisa, inclusive, foi alvo desse interesse, pois enquanto escrevia esta dissertação fui procurado pelos jornais *Folha de São Paulo* e *Valor Econômico*, muito embora só o segundo tenha publicado uma matéria a partir de meus dados e minhas observações. Além desses órgãos da imprensa escrita, a rádio CBN gravou comigo uma entrevista sobre a adoção por homossexuais, numa linha jornalística favorável à questão.

Também neste momento, no início de janeiro de 2002, fui surpreendido com o grande interesse sobre a maternidade lésbica e os direitos das famílias homossexuais com a trágica morte da cantora popular brasileira, Cássia Eller. Cássia, lésbica assumida, tinha um filho de 8 anos que havia criado com sua companheira de quatorze anos, Maria Eugênia. Logo após sua morte os jornais já especulavam sobre com quem ficaria o menino, uma vez que seu pai biológico havia morrido em seus primeiros meses de vida⁶.

O que se percebe é que, se os países europeus seguem uma linha de continuidade na conquista de direitos legais pelos homossexuais, com leis antidiscriminação, com a regulação da união civil, com a extensão de benefícios sociais aos parceiros homossexuais, para então pôr em pauta a adoção pelo casal, aqui no Brasil todas essas questões se encontram colocadas num

⁴ Em 1999 o casal inglês Barne Drewitt e Tony Barlow foi impedido pela legislação inglesa de recorrer a uma "mãe de aluguel". Contornaram o problema pagando pelo ventre de uma mulher nos Estados Unidos que acabou gerando gêmeos, um menino e uma menina. Segundo o semanário *IstoÉ*, "Barne e Tony deram às crianças os seus sobrenomes mas as certidões de nascimento não esclarecem de quem é o sêmen. No espaço reservado à filiação consta apenas Pai 1 e Pai 2 (o nome de Rosalin não aparece). Os gêmeos foram registrados como americanos. [...] 'É maravilhoso sermos uma família', diz Barne." (<http://www.terra.com.br/istoe/semana/1999/12/17/000.htm>).

⁵ Respectivamente, "Família Gay: a homossexualidade atinge a última fronteira". **Suigeneris**. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 40, 1998; "Ser pai gay é fácil?". **Gmagazine**. São Paulo, Ano II, n. 23, Ago. 1999; "Meu pai é gay. Minha mãe é lésbica". **Veja**. São Paulo, Ano 34, n. 27, jul. 2001.

⁶ Em entrevista ao semanário *IstoÉ*, o avô do menino, pai de Cássia Eller, declarava-se disposto a lutar legalmente pela guarda da criança. Tal posição foi imediatamente contrariada pelas irmãs da cantora, afirmando publicamente que seguiriam o desejo inúmeras vezes declarado da cantora de que o menino permanecesse com sua "mãe adotiva".

mesmo momento, a despeito da lenta marcha dos representantes políticos em acompanhar o ritmo dessas transformações.

Por outro lado, quando falamos em Brasil, qualquer tentativa de generalização de tom homogeneizante está fadada ao insucesso. O interesse de revistas, jornais e rádios pelas "famílias gays" não está simplesmente dando "voz aos marginalizados". Antes, pode ser mais interessante pensar que os aparelhos de mídia, ao procurarem por "famílias gays", acabam criando-as. Ou seja, uma nova categoria social ganha estatuto de realidade. O que não quer dizer que os homens que gostam de homens não possam ter tido suas incursões pela paternidade, mas tão somente que reconhecer-se homossexual já não é mais sinônimo de vida sem filhos. Este é um processo em curso. As pesquisas sobre bissexualidade parecem indicar como esse ponto pode ser significativo na definição de trajetórias sexuais. Regina Lago (1999) analisa, num grupo do Rio de Janeiro, a lógica subjacente à bissexualidade masculina da seguinte maneira:

Considerando que a noção de homem se encontra subsumida à de heterossexual, a bissexualidade no grupo em análise parece significar uma escolha "não-homossexual", em que a atração por mulheres, embora autêntica em todos os entrevistados, também cumpre a função de salvaguarda ou garantia de masculinidade (p.171)

Tal quadro se torna ainda mais significativo quando a autora afirma que noções como "marido" e "pai de família" possuem valor fundamental para os sujeitos pesquisados, para quem o desejo de paternidade é extremamente relevante. Ou seja, aqui o desejo de paternidade ainda aparece como antagônico à identificação como homossexual.

Paralelamente, é sintomático que os projetos políticos dos movimentos de militância homossexual não dêem mostras de muito interesse por esse segmento⁷ - não por acaso, ainda há muito que se fazer em questões básicas de reconhecimento e existência social. Vale notar que também no campo dos movimentos organizados podemos encontrar diversas posições políticas, e que a demanda por constituição de famílias pode assumir auras de retrocesso ou perda do estatuto libertário da experiência homossexual⁸.

⁷ A atuação do Grupo Gay da Bahia no caso Cássia Eller, através da voz de Luiz Mott, aparece como uma exceção a este estado de coisas, e tal atitude recebeu contestações sobre sua pertinência: em listas de discussão de lésbicas e gays, Mott estaria se "metendo" onde não havia sido chamado (notícia veiculada no site: <http://glsplanet.com/cgi-glsplanet/searchnews.cgi?category=1&keyword=mott>).

⁸ Para uma crítica do ideal de conjugalidade e família como projeto político dos movimentos homossexuais, ver Didier Eribon (1999).

Dentro desse contexto mais amplo, minha proposta consiste em voltar a lente antropológica para experiências singulares do que poderia ser caracterizado como "família *gay*". Meu interesse por este objeto foi despertado, também, por se tratar de um tema emergente nas ciências sociais. O recorte na paternidade foi motivado, além das óbvias exigências de delimitação do objeto, pelo fato de permitir escapar das naturalizações da maternidade que poderiam acompanhar as experiências de lésbicas e seus filhos, ao mesmo tempo em que deslocava o insistente enfoque do homossexual masculino pela sexualidade (justificativa similar é apresentada por DUNNE, 2000)⁹.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação está dividida em três capítulos, além deste introdutório, prosseguindo com uma reflexão metodológica, seguida pela discussão das referências teóricas que orientam a abordagem e culminando com a análise do material etnográfico. Por fim, apresenta algumas considerações gerais e sugestões de pesquisa.

O capítulo 2 apresenta os caminhos que me levaram ao "campo", que foi assumindo seus contornos durante o processo de investigação. São ali apresentadas as reflexões metodológicas que contextualizam os dados sobre os quais se apóia a análise.

O capítulo 3 conjuga um diálogo com os estudos de gênero, de sexualidade, principalmente através dos *gay studies* e, em alguma medida, com os estudos clássicos de parentesco. Isso coloca um problema que é, ao mesmo tempo, teórico, ético e político e que decorre dos marcos conceituais que caracterizam esses campos. Enquanto nos estudos de sexualidade há uma tônica em dissolver noções que qualificam como anormais, perversas ou patológicas certas práticas sexuais, eróticas e afetivas, no campo dos estudos de gênero a ênfase recai sobre como referentes sexuais estruturam diferenças e desigualdades. Nos estudos *gays* e de sexualidade está embutido um projeto de reconhecimento social e político de homossexuais, através de uma perspectiva construtivista. Nos estudos de gênero a preocupação central recai sobre o questionamento de estruturas hierárquicas, de assimetria ou dominação que sustentam a

⁹ Sobre este último ponto, é interessante notar que uma recente coletânea de textos clássicos sobre a homossexualidade (NARDI e SCHNEIDER, 1998) não possui nenhuma seção específica para tratar dos *gay parents*, e o artigo de Kath Weston, que mais se aproxima da questão, tem o foco direcionado para as redes de solidariedade homossexual como meio de criticar a concepção americana tradicional de família.

supremacia masculina. Vale notar que esta divisão indica apenas linhas gerais, já que a afinidade de temas permite criar vários pontos de diálogo. A emergência dos estudos de masculinidades no campo dos estudos de gênero, pelo menos na sua versão crítica, permitiu uma nova abordagem sobre o tema da dominação masculina, pondo em evidência as hierarquizações entre masculinidades hegemônicas e subordinadas. Nesse quadro, a orientação sexual é tomada como uma variável que configura modalidades subordinadas de masculinidades. No entanto, tal subordinação, muito embora estrutural, ganha lugar em contextos situacionais específicos. Assim, em certos contextos e através de certas práticas (inclusive o discurso enquanto prática), e ao se identificarem como "homens", os homossexuais podem atualizar princípios de divisão (BOURDIEU, 1999) que mantêm estruturas hierárquicas baseadas em gênero. Portanto, dependendo do marco teórico de referência, as análises podem tomar rumos que, sob certos aspectos, entram em conflito com o projeto político de fundo do segmento investigado.

Assim, quero salientar que, se este trabalho tem uma preocupação subjacente com o reconhecimento social e legal das famílias compostas por homossexuais, não é possível analisar as posições de prestígio e poder ou subordinação e inferioridade como sendo estáveis e definitivas. Ou seja, se se toma a identidade homossexual como única chave de leitura, perde-se o caráter dinâmico das inserções sociais e da atualização de tendências culturais. Neste caso, o enfoque dependerá da perspectiva, pois diferenças e desigualdades estruturam-se segundo eixos de oposições que não podem ser dissociados de seus contextos de referência (CORNWALL; LINDISFARNE, 1994).

Optei por não abandonar essas tensões, procurando dissolvê-las no texto. Além do mais, a ainda ausência de um referencial estabelecido sobre a filiação homossexual tem como consequência, boa ou má, permitir uma certa abertura para que se criem "caminhos" de análise. Em outras palavras, as trilhas ainda não se tornaram estradas asfaltadas¹⁰. Servi-me, também, da produção francesa sobre a homoparentalidade¹¹, e, por mais que estas análises venham num

¹⁰ Neste sentido, as pesquisas de Anna Paula Uziel (2001) e Erika Renata Souza (2001) já se constituem em importantes referências para o estudo das famílias *gays* e lésbicas no Brasil.

¹¹ Neologismo cunhado pela *Association des Parents et futurs parents Gays et Lesbiens*, na França, que introduziram o termo *homoparentalité* para designar a situação familiar na qual um ou mais pais (*parents*) se assume como homossexual (GROSS, 2000).

crescendo, são dependentes de contextos históricos, sociais, culturais e políticos demarcados. Na transposição para o contexto brasileiro, me parece, precisa-se estar atento a essas contingências¹².

No capítulo 4 apresento os dados de campo, com um maior destaque para os três pais que adotaram seus filhos e que mostraram menores constrangimentos em participar da pesquisa. Mesmo que o foco central da análise gire em torno das questões suscitadas pela situação particular da adoção, procuro inserir pontos comparativos com outros modos de acesso à parentalidade. Para tanto, parto dos dados que colhi através de conversas informais com pais "biológicos", distribuídos em dois tipos distintos: aqueles saídos de casamentos heterossexuais, após o qual se "assumiram", e aqueles que, já "assumidos", estabeleceram uma espécie de acordo com uma mulher com o fim específico de gerar o(a) filho(a). As informações provenientes de fontes midiáticas também foram utilizadas para comparações, principalmente o conjunto de depoimentos de sujeitos em situações similares. Além disso, o debate sobre famílias *gays* publicado em revistas, jornais e internet serviu para produzir um contexto mais abrangente, fornecendo coordenadas para o recorte dos principais temas da análise.

Por fim, sugiro que minha análise seja avaliada como um processo que objetiva a ampliação do quadro inicial e procura apresentar hipóteses mais elaboradas. E espero que assim o trabalho seja lido: como uma voz possível dentro de um debate que só está se iniciando.

¹² Por razões alheias a minha intenção original, a bibliografia americana sobre *gay parents* não pôde ser incorporada ao trabalho, muito embora incorpore referências clássicas sobre os *gay studies*.

2. CONSTRUINDO O OBJETO

2.1. Incursão ao Campo

Em princípio, já conhecia aquele que viria a se tornar meu principal informante. Fui apresentado ao Antônio¹³ por um amigo comum um ano antes de ingressar no mestrado. Quando da pesquisa de campo, retomei nosso contato, agora sob outras bases. Fizemos uma entrevista gravada, acrescida de mais quatro encontros, nos quais conversamos, entre outros assuntos, sobre sua experiência com a paternidade. Pude também conversar com seu companheiro, mas com menos frequência. Como a pesquisa centrou sua abordagem apenas nos pais, o companheiro de Antônio não se sentiu obrigado a dispensar-me a mesma atenção. O filho de Antônio, um esperto garoto de 7 anos, foi a única criança que conheci pessoalmente.

Conheci o apartamento em que moravam e um pouco de sua rotina doméstica. Quando lá estava, nas tardes de sábado, lançava mão de técnicas adicionais para alimentar nossa conversação. Em certa ocasião, Antônio mostrou-me vários desenhos que o filho fazia quando estava em casa. Abriu-me a mochila da escola do garoto para me mostrar suas atividades no colégio, de reconhecido prestígio na cidade. Noutra ocasião, passamos um longo tempo vendo um álbum de fotografias em que o personagem principal era o filho, dando vazão a relatos sobre o passado da relação de Antônio e seu companheiro, e daquele com a família deste. Nesse mesmo dia acompanhei Antônio e seu filho à missa, dirigida por um padre católico carismático, que freqüentavam com regularidade e prazer. O companheiro de Antônio preferira não ir, mas, dizia o garoto, rezariam por ele.

A mesma proximidade não foi possível estabelecer com os demais sujeitos pesquisados. Bruno foi-me apresentado por um colega de universidade, conhecedor do meu objeto de pesquisa. A entrevista foi realizada na sala de uma delegacia, local de trabalho desse colega, que gentilmente a disponibilizou para o encontro. Bruno conhecia o local, pois já tinha estado ali para resolver um conflito com seu companheiro em torno da guarda da filha de cinco anos. Aceitou

¹³ Todos os nomes dos sujeitos pesquisados são fictícios.

gravar a entrevista, mas saí insatisfeito pelo tom defensivo de suas respostas. A delegacia como contexto dava um tom de "julgamento" à entrevista. A esse respeito, sabe-se que o local no qual se realiza o encontro pesquisador-pesquisado não pode ser dissociado do conteúdo que emerge na entrevista.

O que distingue o depoimento de Bruno daquele de Antônio é que este último possui uma narrativa refletida sobre sua experiência homossexual e de pai. Tanto que ouvi, num espaço de quase dois anos, a mesma narrativa sobre suas motivações para a paternidade e reflexões sobre a homossexualidade. A narrativa de Bruno não apresenta a mesma coerência e reflexividade, característica que se evidencia no tom titubeante de algumas respostas.

Meu terceiro "informante"¹⁴, Carlos, mostrou-se francamente interessado em contribuir com a pesquisa. Cheguei até ele através de outra colega, que me disse haver ele adotado o filho de sua irmã, ou seja, seu sobrinho. Entrei em contato com ele via Internet e, numa de suas passagens por Florianópolis, nos encontramos no apartamento de sua amiga. Descobri que, além do vínculo estreito com o sobrinho, Carlos era também pai adotivo de outro menino. Por também ser pesquisador universitário na área de ciências humanas, ele também tinha suas reservas. Inicialmente, quis certificar-se de minhas credenciais e informar-se sobre a orientadora e a fase da pesquisa. Ele já estava acostumado a ser entrevistado em veículos de mídia sobre sua atuação profissional ou acerca da homossexualidade, mas era a primeira vez que sua paternidade era o alvo da conversa.

Paralelamente a essas entrevistas, entrei em contato com três grupos de militância homossexual: Nuances, de Porto Alegre(RS), e Dignidade e INPAR, de Curitiba(PR). Para minha frustração, nenhum deles possuía uma ação organizada em torno de projetos sobre famílias *gays*¹⁵. As pessoas que me atendiam davam de ombros, dizendo que tinham um que outro conhecido que talvez pudesse atender a minha demanda. Apostei numa destas indicações e fui ao encontro de um membro do grupo INPAR, em Curitiba. Numa tarde de segunda-feira fui ao seu apartamento no centro de Curitiba e conversamos rapidamente. Ele estava muito ocupado e com pressa. Era separado de um casamento heterossexual e tinha duas filhas. O conteúdo mais

¹⁴ A despeito do tom policialesco do termo "informante", sigo usando-o por se tratar de uma convenção na literatura antropológica e por questões de estilo. No entanto, prefiro tratá-los enquanto "sujeitos", respeitando a complexidade de suas existências individuais.

¹⁵ Os projetos desenvolvidos pelos grupos de militância homossexual não podem ser pensados fora das condições institucionais de financiamento. No Brasil, a AIDS ainda parece ser a grande mobilizadora de recursos nesta área

substancial de nossa conversa, no entanto, acabou sendo a atuação dos movimentos sociais e seus bastidores naquela capital.

Assim, a primeira dificuldade com a qual tive que me deparar no estudo dos homossexuais pais foi a inexistência, no Brasil, de uma organização que estivesse a serviço das demandas de efetivos/possíveis pais e mães homossexuais, a exemplo da *Association des Parents et futurs parents Gays et Lesbiens* – APGL, na França¹⁶. Esta ausência, por si só, já aponta para traços significativos do caso brasileiro, se comparado com a situação na França: as iniciativas de homossexuais que desejam ter filhos, enquanto tais, são levadas a cabo no interior de projetos que ainda não possuem sua legitimidade publicamente reconhecida. Esta limitação obrigou-me a ampliar o meu campo, fazendo dessa situação também um dado de minha pesquisa.

Neste ínterim, fui participar, em junho de 2001, do seminário *Cultura e Homoerotismo: III Encontro de pesquisadores universitários*, sediado em Niterói/RJ, para apresentar algumas reflexões sobre o meu estudo. Acabei por transformar o Encontro num trabalho de campo, pois identifiquei ali ressonâncias do *ethos* de meu terceiro informante, Carlos. Além disso, pude conversar com alguns pais homossexuais de filhos "biológicos" advindos de casamentos heterossexuais. Os diálogos interessados, no entanto, não vieram acompanhados de uma autorização para incluí-los na pesquisa.

Assim, a despeito do meu interesse em ampliar o quadro de modelos possíveis da filiação homossexual, as circunstâncias me impeliram em direção aos três pais adotantes como foco central de meu trabalho¹⁷.

Desta situação decorre um questionamento de primeira ordem: o que permite que estes três indivíduos sejam justapostos num mesmo quadro interpretativo? Eles não se conhecem nem fazem parte de uma mesma rede; moram em cidades diferentes e atuam em áreas profissionais diversas. Em detrimento dessas possíveis ressalvas, destaco dois pontos que me permitem tomá-los como representativos de uma mesma categoria social.

De saída, eles apresentam similaridades estruturais, definidas negativamente: os três não são pais biológicos, não dividiram o leito com as genetrizes de seus filhos e não estabeleceram relações com outra mulher que possa concorrer com a posição das mães das crianças, visto que os

(conforme me informou o presidente do grupo INPAR 28 de Junho, Beto Kaiser). O *Jornal do Nuances*, por exemplo, é financiado pela CN DST/AIDS do Ministério da Saúde e UNESCO.

¹⁶ Nascida em 1986, esta associação tinha em 1995 70 membros. Em 1999 já contava mais de mil (GROSS, 2000).

¹⁷ No entanto, o conjunto de contatos e impressões sobrevindas do trabalho de campo ficaram inapelavelmente marcados na minha análise do campo mais restrito.

vínculos erótico/afetivos que estabelecem são com outros homens. Disso decorre um outro conjunto de similaridades, agora positivamente definidas: compartilham de uma experiência existencial que possui referências comuns, em função da clandestinidade imposta às experiências homoeróticas¹⁸. Uma trajetória pautada pelo afastamento da família de origem, pelo aprendizado dos códigos de acesso a parceiros sexuais e à socialização junto de outros homossexuais cria uma base mínima comum de experiências e sentidos compartilháveis¹⁹.

Parto da constatação de que há um reconhecimento social desses sujeitos como "homossexuais", o que não implica necessariamente a existência de uma publicização da mesma ordem em todos os ambientes sociais em que circulam. Ora, a razão mesma de ter chegado até eles indica que, em algum nível, eles são reconhecidos como "homossexuais", e que o fato de terem aceitado participar da pesquisa evidencia também algum nível de auto-reconhecimento. Destaco que não pretendo postular que os sentidos que *cada um dá às suas* experiências sejam os mesmos, mas tão-somente que eles possuem referências comuns comunicáveis. Neste sentido, as pesquisas em meios homossexuais (POLLAK, 1985) e minha própria observação de boates destinadas ao público GLS²⁰ mostram que tais ambientes não são predominantemente marcados por clivagens de classe, permitindo a sociabilidade entre indivíduos oriundos de diversos segmentos sociais. Tal situação favoreceria a criação de fronteiras simbólicas *não diretamente* apoiadas em recortes sociológicos²¹.

Me deterei um pouco mais sobre este último ponto. No Brasil as pesquisas sobre homossexualidade dedicam uma certa centralidade aos sistemas de representação da sexualidade analisados no clássico artigo de Peter Fry (1982). Resumidamente, haveria na sociedade brasileira dois principais sistemas para a codificação dos atos sexuais entre "homens". No

¹⁸ Jurandir Freire Costa sugere o uso da noção de homoerotismo "por sua maior isenção em relação à conotação moral imputada à palavra 'homossexualismo', porém, deve ser visto como tática argumentativa e não como proposição conceitual com pretensões à validade universal" (1992:23). O termo homoerotismo retira o conteúdo identitário inscrito na noção de homossexualidade.

¹⁹ Ressalto que esta consideração não pretende assumir "a homossexualidade" destes sujeitos como um fato dado, como o elemento invariante que os tornaria intercambiáveis. Certamente não pretendo reificar uma certa concepção historicamente situada de sexualidade, mas ao mesmo tempo não quero cair no extremo oposto, singularizando suas experiências a tal ponto que deixariam de ser comparáveis. Seguindo Heilborn: "[...] para efeito de construção de um dado objeto ou de uma perspectiva, é necessário fixar um ponto arbitrário onde paramos de inquirir e desconstruir nossas pressuposições para que as investigações possam prosseguir" (1999:8).

²⁰ Sigla para Gays, Lésbicas e Simpatizantes.

²¹ Para Michel Pollak (1985), a situação de clandestinidade a que são submetidos os encontros entre homossexuais favoreceriam a criação de uma solidariedade no *guetto*. Mas ressalta também que há uma tendência de crescente especialização e diferenciação.

primeiro, de caráter hierárquico, os atos sexuais entre dois "machos"²² seriam marcados pela distinção de gênero, através da diferenciação entre o participante "ativo" e "passivo", percebidos como pólos masculino e feminino da relação, definindo as identidades de "homem/bofe" e "bicha". No segundo modelo, de caráter igualitário, já não mais operaria o marcador de gênero e sim a "orientação sexual", fazendo com que a clivagem significativa seja entre "homossexuais", "heterossexuais" e "bissexuais". Tais sistemas indicariam modos diferenciados de dar sentido aos atos sexuais, ao se relacionarem com contextos sociais e culturais específicos. No entanto, é preciso ressaltar que tais sistemas ou modelos são antes de tudo abstrações. O próprio autor resalta na sua análise que um mesmo indivíduo pode atualizar um ou outro desses sistemas, dependendo de com quem se relaciona e em que contexto²³. Meu objetivo, ao trazer esta discussão, é evidenciar que, quando me refiro a uma base mínima comum de referências compartilhadas e de sentidos comunicáveis, estou me referindo a essa capacidade de acionar diferentes modelos, e que, a despeito da maneira como se localizam nos sistemas, seus relatos fazem alusão a essas múltiplas referências.

A possibilidade de reuni-los através dessas considerações, no entanto, se apresentou após tê-los conhecido. Fonseca (s/d), ao discutir o estatuto da representatividade na pesquisa antropológica, mostra que tal delimitação somente se torna possível pelas contextualizações *a fortiori* realizadas pelo analista. Os informantes não são escolhidos por serem estatisticamente representativos de um tipo ideal, mas ganham significância pela localização num contexto histórico e social.

... a representatividade dos sujeitos pesquisados não é tratada na etnografia da mesma forma que é na sociologia. Nas análises usuais desta, os "informantes" são cuidadosamente escolhidos conforme critérios (muitas vezes estatísticos) formulados de ante-mão; devem ser "representativos" das categorias analíticas (e/ou tipos ideais) usadas na formulação inicial do problema. O particular é usado para ilustrar ou testar alguma afirmação geral. Por outro lado, na antropologia clássica, o pesquisador escolhe primeiro seu "terreno" e só depois procura entender sua representatividade. Chega no campo com algumas perguntas ou hipóteses, mas é sabido que estas devem ser modificadas ao longo do contato com os sujeitos pesquisados. Muitas vezes o "problema" enfocado sofre uma transformação radical em função de preocupações que só vêm à tona através da pesquisa de campo. É o dado particular que abre caminho para

²² Fry utiliza quatro componentes básicos usados socialmente para construir as identidades sexuais-afetivas: sexo fisiológico, papel de gênero, comportamento sexual e orientação sexual. O sexo fisiológico (macho) é tomado como invariante, conquanto a categoria "homem" seria dependente das articulações lógicas entre esses componentes.

²³ Diz o autor: "É claro que as áreas onde esses modelos encontram uma expressão total são raras e que na maior parte da população brasileira os dois modelos coexistem [...]. Também os princípios básicos de um ou outro modelo podem ser invocados situacionalmente pelo mesmo ator social" (FRY, 1982:105).

interpretações abrangentes. No primeiro tipo de pesquisa, a pesquisa empírica vem ao reboque das hipóteses teóricas, e é neste sentido que os informantes devem ser "representativos". No segundo tipo de pesquisa, esta relação é praticamente invertida. A observação feita, o pesquisador procura definir quais as generalizações possíveis (FONSECA, s/d: 4-5).

Durante a pesquisa de campo também incursionei por ambientes de sociabilidade homossexual, muitos dos quais organizados segundo as regras e os códigos descritos na literatura especializada e presentes no discurso dos sujeitos pesquisados, o que conferiu maior densidade ao conteúdo das entrevistas e conversas. Assim, mesmo que cada sujeito pesquisado se singularize por suas sínteses específicas, os ideais e valores que acionam estão referidos a um universo social e simbólico localizável, com fronteiras relativamente discerníveis.

Outro nível de incursão ao campo foi realizado através do material de mídia sobre as "famílias gays" e sobre os direitos cívicos de homossexuais. Além da coleta desse material, eu próprio, enquanto pesquisador do tema, fui um agente ativo nesse contexto. Entrevistas concedidas a jornais, TV e Rádio me transformaram num genuíno observador-participante, pois, além de observador das representações sobre a parentalidade homossexual, fui também produtor dessas mesmas representações. E não só: as vozes dos sujeitos aqui pesquisados também se fizeram ouvir nesses meios, ainda que pela mediação do pesquisador.

As representações de mídia também se fizeram presentes num evento ocorrido quando a dissertação já estava em fase de escrita. A morte de Cássia Eller provocou uma enxurrada de informações e debates relacionados às famílias compostas por homossexuais. As entrevistas e depoimentos dos sujeitos pesquisados são todos anteriores a esse evento de mídia, não incorporando, portanto, uma reflexão sobre o ocorrido. No entanto, algumas das imagens e associações presentes no discurso midiático também se fizeram presentes nas falas dos entrevistados. Por outro lado, minha própria análise das falas já não pôde mais ser dissociada desses acontecimentos, e ficou marcada, portanto, por esse contexto mais amplo.

Assim sendo, a etnografia da qual este trabalho resulta é composta de contextos sobreponíveis, como que formando círculos concêntricos inter-relacionados. O discurso dos informantes, os ambientes de sociabilidade homossexual e as representações midiáticas referem-se mutuamente, produzindo um complexo de significações dinâmico, mesmo que não necessariamente homogêneo.

2.2. Contextualizando os Dados

Além de acompanhar o cotidiano de uma família *gay*, dados sobre os quais me apoio sobremaneira nesta dissertação, meu trabalho de campo contou com entrevistas semidirigidas com alguns informantes que me foram indicados por minha rede de colegas e amigos.

No desenvolvimento das entrevistas, procurei me guiar pelas conexões singulares que cada qual estabelecia nas suas respostas, a fim de não impor questionamentos não sintonizados com a lógica que imprimiam às suas narrativas. Quando possível, tais entrevistas foram gravadas, recurso questionado por alguns autores, como, por exemplo, por Leach (1978), que põe a questão nos seguintes termos:

Se gravamos em fita uma conversa não ensaiada, ao escutá-la descobrimos que muito pouco é imediatamente compreensível, embora todas as pessoas presentes à gravação tivessem entendido o que foi dito. Isso se deve ao fato de o discurso ser, em seu cenário original, somente parte de um todo maior. O discurso tinha uma relação metonímica (signo) com todas as outras coisas que estavam acontecendo na sala no momento da gravação, e esse "outro" não-verbal também transmitia parte da mensagem (LEACH, 1978:85).

O autor chama a atenção para outros canais de informação que podem estar sendo utilizados no contexto de uma observação e conversação. É inegável que a presença do gravador cria um *frame* (BATESON, 1998) para a situação de encontro, delimitando um quadro no interior do qual o discurso produzido ganha seu sentido e condição de possibilidade. Mas isso não é o mesmo que afirmar que tal discurso seja menos "verdadeiro". Propor-se a alcançar a "verdade" dos fatos supõe a crença numa realidade objetiva, primeira. Tal objetivismo²⁴ se lança na busca do fato em si, procurando "limpá-lo" de interpretações "posteriores". Tal abordagem ignora que a "realidade" é construída através da atividade simbólica humana e é impensável fora dela. A "realidade" não é uma entidade fixa, mas o resultado de um processo de negociação (VELHO, 1997). Assim, um dos objetos da investigação antropológica são justamente as interpretações "nativas" sobre determinado tema. Clifford Geertz (1989) define tais interpretações como sendo de primeira ordem, ao passo que o antropólogo seria responsável por interpretações de segunda ou terceira ordem.

²⁴ A distinção entre objetividade e objetivismo é de Roberto Cardoso de Oliveira (1998).

O tratamento dado às entrevistas procura se aproximar da definição de Suely Kofes para "estórias de vida", distinguindo-as das "histórias de vida", e que se constituem:

1º) de relatos motivados pelo pesquisador e implicando sua presença como ouvinte e interlocutor, 2º) de um material restrito à situação de entrevista [...], 3º) daquela parcela da vida do sujeito que diz respeito ao tema da pesquisa, sem esgotar as várias facetas de uma biografia (1994:118).

Na proposta sugerida pela autora, as estórias de vida, enquanto narrativas dotadas de sentido interno, podem ser consideradas como

fontes de informação (falam de uma experiência que ultrapassa o sujeito que relata); como evocação (transmitem a dimensão subjetiva e interpretativa do sujeito); como reflexão (contêm uma análise sobre a experiência vivida. Neste sentido, o próprio entrevistado articula reflexão e evocação) (KOFES, 1994:120).

A distinção peculiar que marca e conforma a situação da entrevista, e, mais agudamente, se estiver sendo gravada, é que o pesquisador exige do pesquisado um esforço de reflexão sobre aspectos da sua vida que, de outra forma, poderiam permanecer relativamente impensados. Nesse sentido, o pesquisador induz o pesquisado a pensar sobre si mesmo e suas relações enquanto ser social. Um claro exemplo desse processo é apresentado por Paul Rabinow (1997) na sua reflexão sobre o trabalho de campo no Marrocos. Enquanto fazia um levantamento de dados socioeconômicos da aldeia na qual pesquisava, tomava informações de Malik, alguém que se concebia como um homem pobre. No entanto, o levantamento das propriedades e bens de Malik, a partir de um sistema de classificação apresentado pelo pesquisador, colocou diante de seus olhos uma realidade desconcertante, que se chocava com a sua autopercepção. Rabinow então mostra que a abordagem de uma ciência social objetivista, separando os fatos da totalidade, pode ser algo completamente estranho para o outro. Isto porque tais fatos podem não corresponder às categorias culturais nativas.

Whenever an anthropologist enters a culture, he trains people to objectify their life-world for him. Within all cultures, of course, there is already objectification and self-reflection [...] Therefore, anthropological analysis must incorporate two facts: first, that we ourselves are historically situated through the questions we ask and the manner in which we seek to understand and experience the world; and second, that what we receive from our informants are interpretations, equally mediated by history and culture. Consequently, the data we collect is doubly mediated, first by our own presence and then by the second-order self reflection we demand from our informants (RABINOW, 1997:119)

Na entrevista com Carlos, por exemplo, sucedeu justamente o oposto da situação descrita por Rabinow: Carlos antecipava as perguntas que intencionava fazer-lhe, atitude compreensível, considerando que compartilhávamos de uma mesma cultura acadêmica, disciplinados que fomos por vertentes teóricas afins. Mas, mesmo assim, minha demanda obrigava que ele formulasse um discurso sobre suas experiências homossexuais *vinculadas* com a experiência da paternidade, que assim dispostas eram para ele fato novo. A certa altura de nossa conversa, sugeri-lhe uma análise dos fatos que me relatava e, nesse momento, percebi que ele foi colocado diante de uma percepção inesperada, irrefletida. Durante toda a entrevista Carlos colocava lado a lado a relação com o filho e a relação com o sobrinho, ambos com quase a mesma idade. A maneira como apresentava e descrevia um e outro, no tocante às personalidades, atitudes e comportamentos, criava uma relação contrastiva entre os dois, sendo um o oposto do outro. No entanto, tais características eram apresentadas como estando reunidas nele próprio. Percebendo isso, sugeri que ele poderia estar concebendo os dois meninos como contendo, cada um, uma parte do pai/tio. Naquele momento instaurou-se um instante único da entrevista, visto que ele pôs-se a pensar sobre a questão, pelo que continha de novo e interessante.

Meu intuito nessa e em outras situações foi o de estabelecer uma relação dialógica (TEDLOCK, 1986; CRAPANZANO, 1991) com os sujeitos entrevistados, mostrando minhas dúvidas e criando questionamentos a partir das respostas recebidas²⁵. No entanto, mesmo reconhecendo a importância da interlocução como maneira de abandonar o medo infundado de "contaminação" do discurso dos "informantes" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998), não há fórmulas prontas para resolver esta situação do encontro. Em certas ocasiões me abstive de expressar opiniões, com receio de não ter acesso aos julgamentos e idéias dos sujeitos. Certa vez, enquanto conversava com Antônio sobre a psicóloga de seu filho, ele me relatou a maneira como essa profissional concebia as lutas de homossexuais por direitos, principalmente quando se traduziam em paradas públicas de orgulho. Teria dito ela: "Por que os homossexuais precisam fazer passeatas para serem aceitos, já que os heterossexuais nunca fizeram nada disso?". Contive-me para não expressar uma série de argumentos contrários, em defesa das paradas *gays*. Ainda sem saber se me posicionava ou não, Antônio continuou dizendo: "Eu pensei: não é que faz

²⁵ Canclini sugere, como alternativa ao modelo clássico de autoridade etnográfica na escrita do texto antropológico, que se reproduza "o caráter dialógico da construção de interpretações" (1993:29). Nas análises contidas no capítulo 4 subsequente, procurei guiar-me por tal premissa, mas nem sempre foi possível contornar a impressão de factualidade na apresentação das informações contidas nos relatos. Para uma avaliação crítica da pós-modernidade na antropologia, ver Caldeira (1988).

sentido!". Ele já havia participado de uma parada em *New York* e não se reconhecia nas bandeiras de luta levantadas pelo movimento. Não sei se minhas reservas foram procedentes, mas trago este fato à cena apenas para ilustrar que criar uma relação de interlocução nem sempre é tarefa fácil.

Concordo com os autores que pensam que o trabalho de campo realizado na mesma sociedade que a do antropólogo minimiza o impacto do confronto pesquisador-pesquisado, principalmente quando não ocorre um afastamento acentuado de segmentos relativamente familiares. Por essa razão, o encontro etnográfico em sociedades ditas complexas traz problemas de outra ordem. A sensação de familiaridade que pode acompanhar um pesquisador em contato com grupos ou segmentos geograficamente próximos, também pode mascarar o reconhecimento da distância em outros níveis. Tal situação requer que o pesquisador "desloque-se" de seu lugar social, a fim de criar condições para a percepção da alteridade. Gilberto Velho põe o problema nos seguintes termos:

[...] em princípio, dispomos de um mapa que nos *familiariza* com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos. Isso, no entanto, não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema. Logo, sendo o pesquisador membro da sociedade, coloca-se, inevitavelmente, a questão de seu lugar e de suas possibilidades de relativizá-lo ou transcendê-lo e poder "pôr-se no lugar do outro" (1997:127, destaque no original).

Apesar da atenção dispensada à perspectivação dos discursos, é inquestionável que sou parte indissociável do discurso "nativo". Minha presença e indagações são parcela integrante dos enunciados, o que também me torna responsável pelas articulações produzidas, tanto no momento do encontro, quanto posteriormente, na sua textualização, na qual exerço minha autoridade autoral.

3. COSTURANDO REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Neste capítulo proponho um conjunto de discussões que nortearão as análises do capítulo seguinte. Início com o conceito de gênero, chamando a atenção para as conexões históricas na gênese das atuais definições de gênero e sexualidade. Prossigo com uma reflexão sobre paternidade e identidade masculina, a fim de desnaturalizar alguns de seus pressupostos, continuando com a apresentação da vertente crítica que sobreveio do estudo de masculinidades. Na seqüência, ponho em questão o caráter "problemático" da homossexualidade, para não assumir impensadamente suas contingências históricas. Partindo de Michel Foucault, trago uma discussão histórica sobre a sexualidade, fundamental para a compreensão dos atuais modelos identitários. Finalizo com a temática do parentesco e das recentes reflexões sobre homoparentalidade.

3.1. A Construção Social do Gênero

Desde Margaret Mead sabemos que os papéis sexuais, comportamentos, atitudes e temperamentos de cada sexo são culturalmente variáveis. A comparação com contextos etnográficos exóticos abriu a possibilidade de relativização daquilo que pode ser considerado masculino e feminino numa determinada cultura. Mas a complexidade das desigualdades baseadas em diferenças sexuais tornou obsoleto o conceito de papel sexual, principalmente na sua deficiência em lidar com questões de poder. A categoria gênero, além de incorporar o poder como articulador fundamental, permitiu uma crítica mais radical da relação Natureza/Cultura, criando condições para o rompimento da constância com que se uniam o biológico e o social. Como afirma Adriana Piscitelli:

O conceito de gênero, considerado em princípio como um desnaturalizador potencialmente poderoso e como um conceito a partir do qual seria possível questionar posições teóricas estabelecidas, se impôs distinguindo-se do sexo. [...] A distinção sexo/gênero ...[é feita] utilizando vários elementos que são hoje seriamente atacados e, entre esses particularmente, a distinção dual entre natureza e cultura utilizada à maneira de explicação universal (1997:49-50).

Portanto, trata-se de desconstruir a própria noção de "sexo", a fim de fugir das armadilhas colocadas na presunção da existência de "fatos" biológicos inquestionáveis, dados *a priori*, anteriores e exteriores à significação humana, como suporte do gênero. Primeiramente, a palavra "sexo" já se presta a definições diversas, mesmo que interrelacionadas. Na sua utilização mais corrente, pode significar: 1) uma parte do corpo (pênis, vagina); 2) "o" corpo (macho, fêmea); 3) certas práticas eróticas (intercurso sexual, geralmente penetrativo). Uma primeira avaliação dessas definições nos mostra que a distinção entre homens e mulheres, e aquilo que podem "fazer sexualmente", se confundem. Neste raciocínio, o "curso natural" seria a atração pelo "sexo oposto", e o seu desvio, a atração pelo "mesmo sexo", dividindo o mundo entre heterossexuais e homossexuais.

No entanto, um olhar crítico sobre a história dessas noções, a partir de sua utilização na medicina, anatomia e biologia, nos mostra que seu aparecimento é extremamente recente. Thomas Laqueur, ao nos apresentar alguns momentos significativos da história ocidental do corpo, avalia que “Em termos de tradições milenares da medicina ocidental, a genitália passou a ser importante como marca da oposição sexual somente na semana passada” (2000:33). Seu estudo mostra que, de Aristóteles até o advento do Iluminismo, prevalecia o modelo de sexo único, no qual o corpo da mulher ainda não oferecia o contraste irreduzível, em tudo se opondo ao corpo do homem, como veio a ter posteriormente. A anatomia feminina só fazia sentido como um "homem imperfeito", e todos seus órgãos tinham como referente a perfeição masculina (a vagina era um pênis invertido, os ovários eram testículos que não haviam descido, e assim por diante). Segundo Laqueur, nessa hierarquização dos corpos as diferenças eram de grau e não de espécie. A posição social de homens e mulheres era claramente definida e rígida, mas a causa dessa desigualdade não estava nos seus corpos. As transformações políticas posteriores à Revolução Francesa, entre outros fatores de mudança social, fizeram ruir as bases que sustentavam a antiga ordem social, requerendo uma nova fonte de legitimação das desigualdades entre homens e mulheres.

Assim, o antigo modelo no qual homens e mulheres eram classificados conforme seu grau de perfeição metafísica, seu calor vital, ao longo de um eixo cuja causa final era masculina, deu lugar, no final do século XVIII, a um novo modelo de dimorfismo radical, de divergência biológica. Uma anatomia e fisiologia de incomensurabilidade substituiu uma metafísica de hierarquia na representação da mulher com relação ao homem (LAQUEUR, 2000:17).

A mudança epistêmica que acompanhou o Iluminismo, dando à Ciência o poder de estabelecer a verdade através da observação dos "fatos da natureza", andou lado a lado com as exigências políticas da época²⁶. A consolidação da ordem burguesa e sua manutenção vinculou-se com uma nova organização do gênero, fazendo com que as desigualdades sociais precisassem de novas justificativas. A importância do período que vai do final do século XVII até os nossos dias, com pontos significativos em fins do XVIII e meados do XIX, não é casual. Os pais *gays* têm atrás de si o peso desses duzentos anos de história. Diversos autores convergem ao marcarem o significado desse período para as modernas concepções de família, intimidade, gênero e sexualidade, que só podem ser compreendidas na sua interconexão. A divisão entre a esfera pública e privada, como espaços masculino e feminino, do trabalho e da família, aliada à criação da sexualidade como dispositivo regulatório dos corpos, a inscrição corporal das diferenças de gênero, a instituição da heterossexualidade como padrão de normalidade e a sujeição da mulher à maternidade, tomados em conjunto, constituem algumas das fronteiras sociológicas e simbólicas que dão inteligibilidade para o surgimento e os problemas de uma "família *gay/lésbica*". É certo que tais processos históricos não são homogêneos e nem têm o mesmo peso na determinação de contextos específicos, mas apontam para tendências que podem tornar compreensíveis situações particulares e "saberes locais"²⁷.

Assim, mesmo que se enfatize que qualquer construção do gênero é da ordem do simbólico, a relação com seu referente, o sexo, não é meramente arbitrária. Se considerarmos que é o gênero que dá inteligibilidade aos corpos, então é possível postular, antes, que é o *gênero que constrói o sexo*. Assim, a persuasiva naturalidade da oposição macho/fêmea (*male/female*) se desfaz. Como coloca Nicole-Claude Mathieu:

Il faut rappeler qu'une ...manière d'envisager le rapport entre sexe et genre est de considérer que le genre ne "traduit" pas le sexe, mais qu'il le **construit**, en même temps qu'il construit les modes de sexualité. Le genre divise les sexes en deux classes sociales et les sexualités en normales et anormales (2000:94)

²⁶ Segundo Laqueur, a emergência de um modelo de dois sexos, em tudo opostos um ao outro, foi precedido de uma mudança na organização social que o tornava relevante, e não, como se poderia pensar, de um mero e ingênuo desenvolvimento do saber científico. Como afirma Verena Stolcke, "[...] a ciência é, ela mesma, uma atividade social mediada pelas estruturas e valores que prevalecem numa dada sociedade" (1988:112). E é preciso ressaltar que a influência dos fatores sociais, políticos e econômicos sobre o conhecimento científico não pode ser considerada como mera "contaminação" exógena, tais fatores são constituintes da prática científica (CITELI, 2001:03).

²⁷ Ver, entre outros, Ariès (1981), Badinter (1985), Foucault (1988,1997), Giddens (1993).

Para compreender o lugar das relações homoeróticas na atualidade é preciso compreender também a ordem de oposições sobre as quais são fundamentadas as definições sociais de gênero. Ortner e Whitehead (1981) propõem que gênero, sexualidade e reprodução sejam tratados como símbolos interrelacionados, investidos de significado por cada sociedade, e que a análise seja feita através da interpretação desses símbolos, correlacionando-os com o sistema simbólico mais abrangente e com as formas de experiência social. Ou seja, entendem que os sistemas simbólicos não podem ser separados da organização social, sem, no entanto, postular relações causais entre esses domínios. Chamam particular atenção para os processos de naturalização que acompanham os significados associados ao gênero.

De acordo com Cornwall e Lindisfarne, “[...] the link between a sexed body and a gendered individual is not necessary but contingent” (1994:34). A fim de perceber algumas dessas contingências, passo a uma discussão sobre o valor da atividade sexual para homens e mulheres, indicando algumas conexões com noções de paternidade e maternidade.

3.1.1. Desempenho sexual e paternidade na construção da identidade masculina.

A prática sexual tem sido apontada como um ponto nevrálgico na constituição de identidades masculinas e de ideais de masculinidade. Muitos estudos evidenciam a força de representações que atribuem ao homem "constante disposição sexual", "desejo incontrollável" e "excesso sexual", atributos que conformariam tendências inatas à "promiscuidade" e "sexo sem amor" ou "impessoal". Tais representações e as associações que as naturalizam/essencializam estão presentes em diferentes contextos sociais, culturais e históricos, mas também em teorias científicas, que acabam por legitimar e reforçar essas associações²⁸.

Se considerarmos tais atributos como parte de um conjunto de prescrições que conformam identidades de gênero e servem de medida para a avaliação de indivíduos, os significados alocados nas práticas sexuais estruturam um universo moral regulador das possibilidades eróticas. Uma tradição de pesquisas junto ao complexo mediterrâneo e que

²⁸ Quando Lévi-Strauss, em seu clássico estudo *Estruturas Elementares de Parentesco*, se refere a uma “[...] tendência polígama profunda, cuja existência pode ser admitida em todos os homens, [que] faz parecer sempre insuficiente o número de mulheres disponíveis” (1982:78), este renomado autor parece estar dando mais um testemunho inadvertido dos valores de gênero de sua cultura, do que propriamente revelando peculiares traços universais.

privilegiam o tema da Honra e Vergonha apontam para a existência de um duplo padrão moral²⁹. Do homem é esperado que acumule conquistas sexuais, mas que exerça o poder de controle sobre as atividades sexuais de suas irmãs, esposa e filhas. Aos homens está reservada a prerrogativa da liberdade sexual, enquanto das mulheres é esperado que mantenham sua "pureza" (PITT-RIVERS, 1988). A honra de um homem adulto, e, conseqüentemente, suas aspirações em matéria de prestígio social³⁰, dependem do controle das mulheres de sua família, da manutenção desta e de sua defesa, muito embora seja na mãe, ideal positivo de mulher, que reside a força moral da família.

No Brasil alguns autores encontram ressonâncias desse complexo cultural, associando-o a contextos denominados tradicionais. Estudos focalizando as trajetórias sexuais de homens e mulheres, dentre os quais podem ser destacadas as pesquisas de Maria Luiza Heilborn (1993, 1998, 1999), apontam para a recorrência de um duplo padrão moral, relacionando-o com a manutenção de hierarquias de gênero. No que tange aos referentes da identidade masculina, Heilborn considera que:

Na construção do gênero masculino, a despeito das significativas diferenças de classe, há um patamar compartilhado que se refere a certos contornos culturais da sociedade brasileira: o manejo da atividade sexual por parte dos sujeitos é capital para a constituição de suas identidades de gênero. (1999:43)

As carreiras masculinas descritas por essa autora destacam a iniciação sexual como uma das etapas do processo de constituição da masculinidade adulta. Os atos sexuais (circunscritos principalmente às práticas penetrativas) são representados como "necessidade", e atendem às "demandas sociais de mostrar-se homem" (*ibid.*, p. 45). A importância das conquistas sexuais é submetida à avaliação do grupo de pares, fazendo ver que "o reconhecimento intragênero é crucial para a construção da identidade masculina" (*ibid.*, p.47). "Essa disposição, culturalmente fabricada, não é de fato alcançada por todos os sujeitos, mas se integra como um dos elementos que definem a masculinidade: uma disposição ativa para o sexo e o desejo de explorar suas múltiplas possibilidades" (*ibid.*, p. 46). Nesse modelo, a "autonomia" se erige em atributo

²⁹ Ver Bourdieu (1999), Melhus (1990), Peristiany (1988), entre outros.

³⁰ Ortner e Whitehead (1981) postulam que a chave para a compreensão do gênero está nas estruturas de prestígio, pois a maneira pela qual o prestígio é alocado, regulado e expresso estabelece a grade pela qual os "sexos" e suas relações são culturalmente percebidos.

altamente valorizado, que tem nas demandas femininas por vínculo afetivo/amoroso uma fonte de ameaça. Simone Monteiro (1999), pesquisando jovens de favela no Rio de Janeiro, destaca que para os rapazes uma gravidez é “sinal da afirmação de virilidade frente a si mesmo e aos pares” (1999:129), e o dever para com a paternidade pode apressar a passagem para a vida adulta. Nesses contextos, não há expectativas de que a paternidade implique automaticamente num investimento afetivo, mas que o jovem pai cumpra com as funções de provedor da companheira e filhos. Alejandro Villa (1997), analisando os significados da reprodução em setores urbanos pobres de Buenos Aires, mostra que os ideais relativos ao “exercício de uma sexualidade masculina impessoal” impedem o surgimento de uma identidade pessoal, singularizada, pois a submissão ao imperativo heterossexual é condição para o reconhecimento social entre pares. O que o autor qualifica como "impessoal" é a sujeição ao "outro social", através do compartilhamento de um código de conduta. Aqui também a concepção confirma o "poder fértil masculino" como "prova de virilidade", não implicando portanto uma importância especial à criança gerada. No entanto, a "imputação de paternidade" pelas mulheres representa uma ameaça à manutenção da autonomia sexual.

A fecundidade e a maternidade constituiriam assim signos de uma possível moralização dos comportamentos sexuais masculinos. Para os rapazes, a experiência de poder engravidar uma mulher, assim como as possíveis demandas desta por um filho, fariam surgir a certeza de poder produzir um filho: poder ter algo seu, algo próprio. (VILLA, 1997:122)

A aceitação do vínculo conjugal e da paternidade permite, por outro lado, ressignificar e legitimar o exercício da atividade sexual masculina, pois as reafirmações por autonomia não podem ser feitas indefinidamente. De acordo com o autor, tal comportamento passaria a ser visto com desconfiança e possível fonte de "perigo". As mulheres aparecem como agentes moralizadoras, legitimando a sexualidade masculina e ensinando os homens a serem pais.

Isso explica que a esposa ou companheira se apresente nos discursos sob uma forte ambivalência subjetiva: como um outro do qual se fala mal e que se recusa porque condena a autonomia sexual masculina (podendo inclusive converter-se em objeto de violência física e emocional masculina), mas também como um outro que deve ser respeitado como única lei possível à qual se submeter, se se quiser adquirir um valor reconhecido socialmente. (*ibid.*, p.124)

Assumir a paternidade se coloca como a única alternativa para a transcendência pessoal, cultural e social, tanto do grupo de pares, como do passado enquanto filhos. Nesse contexto pesquisado por Villa, os filhos ou filhas podem assumir dois sentidos distintos: ou recebem um significado impessoal, fazendo com que a paternidade seja percebida como a realização de uma expectativa externa para o seu desempenho de gênero, ou dão o sentido de realização pessoal na paternidade, não percebida como mero resultado de prescrições sociais. Assim, se considerarmos que a paternidade é, nesse e em outros contextos, uma importante posição na conquista e manutenção de capital simbólico, conferindo prestígio ao confirmar a virilidade, a posição do(a) filho(a), e, conseqüentemente, seu valor, não são sempre os mesmos numa gramática da masculinidade. Em todo caso, e como se depreende do estudo de Villa, a experiência da paternidade não pode ser dissociada das prescrições (raramente percebidas como impositivas) relacionadas ao desempenho sexual masculino.

Outro ponto que merece ser destacado neste estudo diz respeito à importância da mãe como "iniciadora" do homem na paternidade. Depreende-se daqui que a maternidade é percebida como sendo "naturalmente" condicionada, ao passo que a paternidade surge como necessitando de um aprendizado, portanto ausente de determinantes "naturais". A contrapartida masculina desses determinantes aparece no imperativo de suas "necessidades" sexuais, que, além de legitimarem sua ausência ou indiferença pelos filhos, podem inclusive desautorizar motivações inesperadas de proximidade mais estreita com o universo infantil, tendo em conta que a pureza necessária é monopólio materno. Uma das conseqüências visíveis dessa construção cultural é a significativa ausência de contingentes masculinos em profissões dedicadas ao cuidado infantil, notadamente as creches.

[...] o medo manifestado pela presença de homens na creche e também no cuidado de crianças na família parece estar relacionado a uma concepção da sexualidade masculina como algo incontrolável. Nas representações de masculino podemos encontrar que ele é **machão, forte, agressivo, animal**, assim, todo **homem** é potencialmente um agressor (CRUZ:244). [...] As imagens de inocência e pureza ligadas à maternidade não parecem extensivas à paternidade (CAMPOS, 1991 apud CRUZ, 1998:245).

O estudo clássico de Elisabeth Badinter sobre as raízes históricas do "mito do amor materno" localiza em fins do séc. XVIII o período de consolidação das modernas concepções de maternidade. Impõe-se à mulher que seja mãe antes de tudo, sob a justificativa de que o "instinto materno" seria responsável pelo amor espontâneo de toda mãe pelos seus filhos: "[...] o foco

ideológico ilumina cada vez mais a mãe, em detrimento do pai, que entrará progressivamente na obscuridade” (BADINTER, 1985:146). A autora demonstra que após a Segunda Guerra e através da vulgarização das idéias freudianas esse ideário se fortalece a tal ponto que toda uma mística se erigiu em torno da "religião da mãe" (*ibid.*, p.326). Desde então a participação masculina na parentalidade foi sendo restringida ao lugar da autoridade e do respeito, como representante da Lei (entendida aqui como a coercitividade da ordem simbólica, segundo Lacan), e a relação do pai com seus filhos passou a requerer a intermediação da mãe. A autora cita o conselho de um influente psicólogo da década de 1950 como referência desta mentalidade: “A mãe é responsável pela boa paternidade do marido” (*ibid.*, p. 315).

Contudo, a influência desse duplo padrão moral perde força nos contextos atravessados por processos de modernização e tributários do legado feminista e de liberação sexual pós-68. O impacto político das reivindicações feministas possibilitou a emergência de uma crítica mais contundente da tradicional divisão sexual do trabalho, assim como da divisão do "trabalho" sexual³¹.

O abalo sísmico que o feminismo provocou nas placas tectônicas do patriarcado desencadeou processos de deslocamento, não homogêneos, provocando tanto acomodações adaptativas como rupturas irreversíveis. Os balanços, diagnósticos e avaliações não são unânimes sobre a extensão das desestabilizações e avanços, e um dos pontos controversos nesse terreno diz respeito à chamada "crise masculina" (LISBÔA, 1998; GOLDENBERG, 2000). Mesmo em universos favoráveis à autonomia sexual feminina prevalece o imaginário que conforma a atividade sexual como uma "necessidade" de uma suposta "natureza" masculina. Sob essa justificativa, todo um conjunto de comportamentos e atitudes positivamente valorados são incentivados e esperados nas trajetórias sexuais de rapazes que esperam reconhecimento como "homens".

A tentativa de construção de novos modelos de masculinidade como resposta às demandas por equanimidade de gênero acabou gerando diferentes propostas, não livres de controvérsia. Ganha fôlego um discurso que analisa as demandas sociais de gênero como sendo

³¹ Jackson (1987) promove uma crítica contundente da "liberação sexual" "conquistada" pelas mulheres durante o período de efervescência político cultural pós-68, recolocando-a no quadro da "instituição da heterossexualidade" normatizada pela perspectiva androcêntrica da sexologia. Diz ela que a submissão ao homem foi transformada numa experiência erótica para as mulheres: "Male sexuality has been universalized and now serves as the model of human sexuality" (1987:73). Ver também Bruckner e Finkielkraut (1981) para uma crítica da "genitocracia penicêntrica" da "sexualidade liberada".

também opressivas aos homens (NOLASCO, 1995). As expectativas de desempenho do "homem" são percebidas como impositivas e restritivas, em outras palavras, ser um "homem" tornou-se um "fardo". Menos do que promover uma crítica social das estruturas de poder, esse discurso procura aliviar certos homens das ansiedades geradas pelas recentes transformações na hierarquia de gênero. Surgem propostas de um "novo homem", de um "homem sensível" (BUFFON, 1992), que incorpore a sensibilidade e a sensualidade como forma de distanciamento dos tradicionais modelos de gênero.

A relação pai-filho ganha destaque como *locus* privilegiado dessas mudanças, tanto no que se refere ao exercício mais reflexivo da paternidade, negando o tradicional distanciamento e rigidez das atitudes paternas, como pela sua importância no engendramento dos "novos homens". O analista junguiano Guy Corneau (1995), que se situa entre esses homens que "pensam sua crise", advoga a importância do contato físico-emocional pai-filho desde os primeiros meses de vida da criança, ao contrário da abordagem psicanalítica mais corrente, que percebe a participação masculina como mais significativa somente por volta dos 3 anos do filho. O autor conta um episódio no qual uma mulher queixa-se de seu filho de 15 anos que gostava de cuidar do irmãozinho de 7, receosa de que estaria criando uma "mãe em miniatura", ao que Corneau responde: "Sua questão é muito interessante, mas por que você não diz que está criando um pequeno pai?" (CORNEAU, 1995:47). Para esse autor, a alocação das atitudes cuidadoras unicamente na mulher, e o seu correlato, o pai-ausente, estariam na base do padrão hegemônico de aquisição da masculinidade.

Quando um menino não tem um pai em quem se apoiar, em vez de desenvolver sua identidade positivamente em relação ao pai, ele a desenvolve negativamente contra a mãe. **Ser homem [então] significa não ser mulher.** (idem, grifos no original)

A diferenciação pela negação criaria uma masculinidade com fronteiras frágeis demais para serem vividas sem tensão. Um pai-cuidador forneceria um modelo de identificação positiva, pois não dissociaria o contato corporal e a expressão de sentimentos como atributos de masculinidade³². Para Corneau, o pai ainda é a figura responsável pelo estabelecimento de limites, e o respeito pela sua autoridade seria necessário para a aceitação desses limites. Mas, mesmo mantendo essa prerrogativa, a experiência da paternidade é chamada a integrar-se no

³² Figuras destituídas de ambigüidade, como o personagem filmico *Rambo*, atuariam como "reforço da amputação, prolongamento do corte" (CORNEAU, 1995:51).

processo de construção de um "novo homem", em que sensibilidade e sensualidade são colocados na esfera do "humano", num movimento que procura des-marcas tais atributos de seus marcadores de gênero.

Nesse processo, os significados alocados nas práticas sexuais também passam a ser reelaborados, através de uma postura crítica, frente às expectativas de desempenho. A integração do afeto, dos sentimentos e da intimidade passa a compor o ideal "moderno-igualitário" de masculinidade. Como sugere Roseli Buffon (1992):

Acompanhando o movimento de incorporação de traços femininos por parte destes homens, que se traduz na aproximação com o mundo subjetivo das emoções, dos sentimentos, que se reflete na busca de auto-conhecimento, através das diversas modalidades de autocentramento, e na reinvenção das relações de amizade íntima, onde introduz-se a "confidência", temos a introdução dos afetos como elemento fundamental na prática sexual masculina. Todos estes elementos concorrem para a construção de uma nova imagem de homem - o "homem sensível". Um novo modelo de masculinidade, que se contrapõe ao "machista", e vem questionar a "divisão moral do trabalho". Questionamento que induz os homens a incorporar traços do feminino tradicional na construção desta nova imagem de homem. Incorporação que se faz, no entanto, é bom frisar, sem haver um abandono dos valores viris como fonte de identidade masculina, mas um redimensionamento do seu significado para o sentimento de "ser masculino" (p.36).

Não obstante o avanço representado por essas tendências em relação às formações tradicionais de organização do gênero, tais "mudanças" parecem atuar mais no nível individual do que propriamente nas estruturas de poder e distribuição de prestígio, fato muitas vezes negligenciado pelos pensadores (homens heterossexuais) da "crise do masculino"³³. Buffon ressalta no seu trabalho que a incorporação de atributos socialmente classificados como "femininos", como a expressão de emoções, não desloca a "razão" como marca definidora do "homem", pois este ainda se define pela capacidade do "controle" de si mesmo. O investimento na paternidade não questiona a "naturalidade" da maternidade, e todo o investimento da mulher nesta função não lhe dá direito a qualquer reconhecimento especial, pois estaria apenas cumprindo seu "destino natural". Assim, reestabelecem-se estruturas de distribuição desigual de prestígio, "novamente" privilegiando o homem, pela ampliação dos domínios nos quais pode demonstrar sua competência e superioridade (BUFFON, 1992:224-5).

A modalidade de discurso sobre a "crise masculina", que pretende inverter certas oposições, transformando o homem no novo "sexo frágil", é classificada por Oliveira (1998)

³³ Como na obra do psicólogo Sócrates Nolasco (1995).

como "vitimária", e apoia-se sobre o psicologismo, a vulgata marxista e a teoria dos papéis. Para o autor, a insistência sobre os "custos" implicados em "ser um homem de verdade" torna esse discurso incapaz de uma análise crítica das estruturas de sujeição feminina e das desigualdades entre diferentes versões de masculinidade.

3.1.2. Versões de masculinidade e poder

A tematização do "homem" como objeto de estudo vem tendo um apelo muito forte na sociologia americana sob a rubrica dos *men's studies*. Em um artigo de 1985, *Toward a new sociology of masculinity*, Carrigan, Connell e Lee apresentam um histórico desta linha de estudos desde as pesquisas de Talcott Parsons sobre papéis sexuais (*sex roles*) no contexto da família. Após passarem em revista uma vasta literatura, estabelecem sua posição através do conceito de masculinidade hegemônica, conceito-chave nos estudos de gênero que contemporaneamente se detêm nas masculinidades.

The ability to impose a particular definition on other kinds of masculinity is part of what we mean by 'hegemony'. Hegemonic masculinity is far more complex than the accounts of essences in the masculinity books would suggest. ... It is, rather, a question of how particular groups of men inhabit positions of power and wealth, and how they legitimate and reproduce the social relationships that generate their dominance (LEE et.al., 1985:592)

Segundo os autores, o modelo hegemônico só corresponde aos caracteres de um pequeno número de homens, pois haveria uma distância e uma tensão entre o ideal coletivo e as experiências concretas. No entanto, muitos homens seriam cúmplices em sustentar o modelo hegemônico, pois dessa forma compartilhariam dos benefícios a ele associados. Os mesmos autores enfatizam também que as masculinidades são circunscritas histórica e socioculturalmente, e que a hegemonia não se estabelece pelo confronto entre grupos, mas faz parte da própria constituição desses grupos. "The construction of hegemony is not a matter of pushing and pulling between ready-formed groupings, but is partly a matter of the **formation** of those groupings" (*ibid.*, p. 594. grifo no original).

Cornwall e Lindisfarne (1994), comentando o referido artigo, afirmam que os autores acima não problematizam a noção de masculinidade em si, pois estão descrevendo a

masculinidade dos homens (*male masculinity*). Para tanto, as autoras sugerem que a relação entre versões hegemônicas de masculinidades e variantes subordinadas somente podem ser compreendidas dentro de contextos culturais e de interação social. Preocupadas em evidenciar os processos de masculinização do poder³⁴, essas autoras afirmam que:

1. a associação, tornada “natural”, entre homens e poder, atua metafórica e metonimicamente;
2. o poder (masculinizado) é associado com aqueles, homens e mulheres, que têm controle sobre recursos e que têm interesse em naturalizar e perpetuar tal controle;
3. o uso freqüente de imagens, atribuições e metáforas do poder (masculinizado) significam o poder em contextos que podem não ter nada que ver com homens.

Se sob o ângulo da identidade sexual os homossexuais são estigmatizados e inferiorizados, a realização da paternidade lhes fornece um atributo associado a modelos hegemônicos. Tal característica requer um instrumental teórico que permita relativizar posições de prestígio e poder, já que abordagens monolíticas não conseguem dar conta do trânsito em hierarquias sociais.

Seguindo essa perspectiva, David Forrest (1994) põe em evidência o caráter paradoxal do "butch-shift", que poderia ser definido como uma tendência de "masculinização" entre certos grupos *gays* que se opõem à tradicional imagem do *gay* "efeminado". Assim, afirma o autor:

It would be safe to say, then, that masculinity must be seen simultaneously as both subversive (in that it challenges orthodox masculinity) and reactionary (in that it reinforces gender stereotypes - a crucial factor in the oppression of gay sexuality) (p.105).

O autor chama a atenção para a importância dos contextos na avaliação de situações de desigualdade. Ao lado da agressão física ou simbólica à qual estão sujeitos os homossexuais, muitos deles, ao ocultarem suas identidades sexuais, se beneficiam dos privilégios a que podem ter acesso enquanto "homens". A partir da análise deste autor, sugiro que a paternidade pode criar

³⁴ Michael Brown (1996) lança críticas à abordagem de Cornwall e Lindisfarne, por essas autoras afirmarem que o poder é um aspecto de toda relação social. Brown argumenta contra a excessiva utilização da categoria poder, que, por esta razão, perderia seu potencial explicativo. Pretendo enfatizar os sistemas simbólicos como nexos explicativos na constituição das masculinidades sem, no entanto, perder de vista o horizonte das relações de poder presentes nesses contextos.

possibilidades de *empowerment*, reformulando a autopercepção e criando condições para o acionamento de novos atributos de personalidade e agência. Tanto mais se considerarmos que a paternidade é um modo de "atualização" da identidade masculina.

A hierarquização de masculinidades não cria oposições definitivas, mas contextuais. Se no nível categorial heterossexualidade e homossexualidade podem ser lidos como pólos extremos em desigualdade de poder e prestígio, outros eixos devem ser levados em consideração. Considerando que o acesso à paternidade é dificultado para homossexuais em razão do desvio destes em relação ao modelo hegemônico de masculinidade (UZIEL, 2001), quando a realizam podem estar sujeitos a operar no registro desse mesmo modelo. A posição social conferida pela paternidade, mesmo que instável - isto é, pode ser contestada -, permite novas possibilidades de agenciamento do gênero, abrindo outros caminhos no trânsito em hierarquias sociais. Mas, para compreendermos a lógica desta oposição entre heterossexualidade e homossexualidade, será preciso um exame histórico dos contextos políticos e nexos simbólicos que as fazem surgir.

3.2. Homossexualidade: Qual o Problema?

De acordo com a perspectiva aqui adotada, quando nos referimos ao "homossexual" estamos lidando com uma categoria que possui uma história particular e que surgiu e só é inteligível dentro de contextos socioculturais específicos. Isto implica dizer que "a homossexualidade" não é biologicamente determinada nem possui existência universal, já que a noção de que atos entre pessoas de mesmo sexo sejam motivadas por uma *condição* teve seu surgimento dentro de sociedades ocidentais. Tal não implica, tampouco, que nas sociedades influenciadas pelas concepções que dividem o mundo em homossexuais, heterossexuais e bissexuais tais categorias recebam os mesmos significados, que sirvam aos mesmos propósitos ou que os indivíduos definidos por uma dessas categorias venham a ter a mesma experiência subjetiva. Não há uma essência comum que seja partilhada por homossexuais, valendo o mesmo para os heterossexuais, mas tais categorizações trazem consigo o peso de processos históricos que podem configurar experiências individuais, as quais, sob certos aspectos, acabam por possibilitar o reconhecimento de trajetórias semelhantes. Cria-se então um campo para o compartilhamento de valores e significações, permitindo, em certas circunstâncias, o surgimento de um sentimento de identidade. Portanto, não se trata aqui de problematizar e discutir a "homossexualidade" como

se fosse alguma espécie de exceção à regra, pela sua excepcionalidade. Compreendê-la supõe um movimento simétrico em direção à "heterossexualidade", posto que tais categorias resultam dos mesmos processos históricos, sociais e culturais. Ao invés de nos preocuparmos com a causa da homossexualidade, é esta busca (às vezes obsessiva) por encontrar uma causa que verdadeiramente merece explicação.

Num artigo que já se tornou clássico, Mary McIntosh (1968) esclarece que a noção da homossexualidade como condição (quer seja inata ou adquirida) deve ser, ela mesma, o objeto de estudo das ciências sociais. Tal concepção e o comportamento para o qual dá suporte operam como forma de controle social numa sociedade onde atos homossexuais são condenados. A rotulação das pessoas como desviantes operaria em duas vias, como mecanismo de controle social: 1) criando limites reconhecíveis entre comportamentos permitidos e não permitidos, 2) servindo para segregar os desviantes dos outros, de tal maneira que suas práticas e justificações ficassem contidas em um grupo relativamente limitado.

The creation of a specialized, despised and punished role of homosexual keeps the bulk of society pure in rather the same way that the similar treatment of some kinds of criminals helps keep the rest of society law-abiding (McINTOSH, 1968:69).

Kenneth Plummer (1981) sugere um programa de pesquisa que desloque a ênfase da "homossexualidade", enquanto fenômeno, para o estudo das categorizações sociais, criticando a concepção de que haveria um referente empírico externo supostamente identificável. Essa perspectiva inverte o problema causal (o que determina a homossexualidade?) ao inquirir por que certas experiências sexuais são reconhecidas como um problema e, em algumas culturas, traduzidas em um "modo de ser". Assim, a homossexualidade-como-um-problema é que passa a ser o problema a ser investigado. A questão central para esse autor é compreender por que tais experiências são freqüentemente investidas de tanto medo, hostilidade e raiva, identificando duas principais abordagens para tratar da questão. Uma localiza o foco no indivíduo, procurando explicar a homofobia, enquanto a segunda põe em destaque a sociedade, para entender o tabu homossexual. Para Plummer, a homofobia, como conceito para as ciências sociais³⁵, traz uma série de dificuldades: reforça a idéia de doença mental, negligencia as mulheres, tira a atenção da opressão sexual em geral e individualiza todo o problema (PLUMMER, 1981:89). Mesmo

³⁵ O autor parte da definição de homofobia cunhada na psicologia por George Weinberg (1973), que a define como uma reação de pânico presente em opressores de homossexuais.

concordando que o uso estratégico do conceito por parte do movimento homossexual tenha conquistado avanços, esse autor afirma que pensar em termos de homofobia põe o problema nas personalidades e não nas sociedades.

At the most general (and hence historically non-specific) level of social order, same-sex experiences can come under attack because they act as a threat to a society's dominant set of symbols, which provides the overarching canopy of meaning for most of its members: the 'natural order'.[...] We thus make sense of our predicaments by imposing master schemes (symbols) of order upon the world; anything that arises outside of these symbols therefore comes to be seen as threat to our own personal security and must be either explained away or expelled. We may explain them away by rendering them as anomalies or perversions of the system; calling homosexuals 'sick' serves to neutralize their threat. But when this fails, they need to be ejected from society (imprisoned, deported or killed). (ibid., pp. 90-1)

Daniel Welzer-Lang, no entanto, propõe um conceito de homofobia ajustado a uma perspectiva antropológica. Segundo ele, a homofobia é a “discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos ao outro gênero. A homofobia engessa as fronteiras de gênero” (2001:465). Experiências homoeróticas podem ser uma ameaça e tornar vulnerável o mundo estabelecido de muitos, tanto mais quando vêm acompanhadas de uma expressão "inadequada" da posição correlativa no sistema de gênero. Parafraseando Gilberto Velho (1985) em sua discussão sobre o comportamento desviante, experiências homossexuais não são um problema em si mesmas, já que atos e comportamentos socialmente classificados como desviantes servem para estabelecer fronteiras simbólicas de sociedades, grupos ou segmentos sociais. A figura do "homossexual", enquanto socialmente classificado como desviante, dá sentido a identidades de gênero e ideais de família que se classificam a partir do eixo puro/impuro, criando um particular ordenamento simbólico do mundo - cosmologias, frequentemente naturalizadas³⁶. Tais fronteiras não possuem existência definitiva e constante, mas são resultado de disputas políticas e por poder (VELHO, 1985).

A comparação com outras sociedades e culturas permite perceber que atos eróticos entre indivíduos, que seriam por nós reconhecidos como sendo de mesmo sexo, não são necessariamente desviantes, podendo inclusive representar os mais altos valores de uma cultura. Entre os gregos do período helênico, relações homoeróticas consistiam numa via privilegiada de transmissão dos saberes da vida adulta, somente acessível aos homens e rapazes livres e

³⁶ Mary Douglas (1976) demonstra que a classificação entre limpo/sujo e puro/impuro age como forma de ordenamento do mundo e criação/manutenção de fronteiras simbólicas.

prestigiosos, hierarquicamente associados (DOVER, 1994; SCHNAPP, 1996; FOUCAULT, 1998). Entre os Sâmbia, da Nova Guiné, atos homoeróticos representavam um importante papel no processo de "maturação" de jovens rapazes em homens adultos e guerreiros (HERDT, 1984; BADINTER, 1993; COSTA, 1996). Nesses contextos, atos eróticos ou sexuais entre rapazes e homens adultos, além de serem investidos de outros significados, não servem para a caracterização de distintos tipos de pessoas. Ou seja, não subentendem nem definem uma natureza singular. Tais sociedades não são exemplos de tolerância ou permissividade, apenas mostram que certos comportamentos não possuem um significado intrínseco e podem servir a diferentes propósitos, permitindo assim desnaturalizar nossas próprias concepções.

Gayle Rubin (1984), na sua proposta de um esquema descritivo e conceitual para se pensar o sexo e suas políticas, faz ver que nos países ocidentais de tradição cristã o sexo é considerado como uma força negativa, perigosa e destrutiva. Virtualmente, todo comportamento erótico é considerado mau na ausência de uma razão específica para que seja estabelecido, e as justificativas mais aceitáveis são o casamento, a reprodução e o amor. A autora mostra que o sexo é uma categoria marcada, investida com um excesso de significação, e que sua força mobilizadora tornou-se independente da ideologia religiosa na qual se originou³⁷. Segundo a autora, os discursos sobre o sexo (religioso, médico, de senso comum) assumem uma "teoria dominó" do perigo sexual, através do estabelecimento de uma linha imaginária entre o bom e o mau sexo, entre a ordem e o caos.

Levando em conta essa negatividade do sexo, não é de se estranhar que as buscas por uma causa para a homossexualidade alimentem tanta discussão. Do lado dos homossexuais, a certeza numa causa determinante para sua "condição" alivia tensões e ansiedades na medida em que a responsabilidade deixa de recair sobre o indivíduo. Somente assim a homossexualidade parece tornar-se defensável, pois admitir uma atitude voluntária na adoção de comportamentos e condutas tidas como degradantes ou perversas deixaria "os homossexuais" com menos condições de defender a legitimidade de suas existências. É por essa razão que a idéia de "opção" se torna tão problemática como explicação para a homossexualidade. Muitas vezes uma posição teórica construtivista é confundida com o apanágio da "escolha" na autodeterminação da identidade

³⁷ Green (2000) mostra como os médicos das primeiras décadas do séc. XX, a despeito das defesas em favor de um discurso "científico" sobre a sexualidade, reproduziam aspectos da moral religiosa católica.

sexual, o que não é o caso aqui. Edward MacRae, na sua pesquisa junto ao Grupo SOMOS³⁸, teve que lidar com esses problemas.

Era importante para a solidariedade grupal esse sentimento de que a homossexualidade era uma marca inescapável e "incurável", e que, portanto, a base para qualquer tentativa de melhorar a situação social do homossexual deveria vir do seu reconhecimento como tal, do seu "se assumir".

A concepção do homossexual como papel social parecia, para a maioria dos integrantes do grupo, negar a sua experiência, pois era comum ouvi-los dizer que já na infância se sentiam homossexuais. Realmente essa concepção, basicamente sociológica, não parece ser capaz de dar conta desse sentimento de estranheza e diferença que os homossexuais alegam carregar desde seus primeiros anos (MACRAE, 1990:41).

Dentro de certas vertentes construtivistas, esse sentimento de estranheza que é relatado como anterior a qualquer contato social ou conhecimento da homossexualidade e como sinal da existência de uma "orientação sexual", é tratado como resultando de uma significação reversa, através da qual as experiências biográficas do sujeito só podem ser compreendidas dentro das sínteses atuais. O passado só ganha significado pela perspectiva do presente, e o constitui, criando uma certa "coerência biográfica" (BOURDIEU, 1986; BERGER, 1976). Mesmo assim, Steven Epstein (1987) demonstra que as teorias construtivistas falham em lidar com os aspectos "não voluntários" da identificação sexual, principalmente no que se refere ao diálogo com estratégias políticas. A minha própria posição neste trabalho filia-se a uma perspectiva construtivista que, ao postular que a homossexualidade *não é* uma essência, procura investigar quais as conseqüências advindas de vivê-la *como se* fosse uma essência, tal como sugere Plummer (1983).

3.2.1. A criação da sexualidade ou: como "nasce" um homossexual.

A despeito do caráter "natural" do qual é investida a atividade sexual humana, acostumados que somos a percebê-la como uma "necessidade fisiológica", o surgimento de uma dimensão específica denominada "sexualidade" possui uma história recente e nos mostra que aquilo que pode ser qualificado de "sexual" não é o mesmo em toda parte (COSTA, 1996). Desde

³⁸ O grupo Somos, atuante em São Paulo no final da década de 70, teve uma importante participação na história do movimento homossexual brasileiro.

Foucault (1974), referir-se à sexualidade implica o reconhecimento de processos históricos que a tornaram uma dimensão relativamente autônoma e significativa na constituição de sujeitos e grupos. No marco de referência dos discursos médico-psiquiátricos de fins do séc. XIX, a sexualidade passa a ter uma importância crucial na definição dos sujeitos, na medida em que são incitados a emitir um discurso de verdade sobre si mesmos, tendo no sexo a fonte dessa verdade. Desde então vivemos numa cultura em que "o sexo diz quem nós somos".

Até então, atos sexuais entre homens não eram tomados como expressões de um tipo diferente de pessoa, muito embora pudessem ser severamente proibidos e punidos. Com a legitimidade alçada pelo "saber científico", em oposição ao religioso, o discurso médico-psiquiátrico passa a estabelecer novos parâmetros de interpretação e julgamento dos atos que não se adaptavam ao padrão normativo da família burguesa. Nesse processo, as "perversões" passam a ser corporificadas, gerando uma nova especificação dos indivíduos. O sodomita, praticante de atos ilegais, dá lugar ao homossexual, uma nova espécie de ser³⁹.

Esta nova caça às sexualidades periféricas provoca a **incorporação das perversões** e nova **especificação dos indivíduos**. A sodomia – a dos antigos direito civil ou canônico – era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo [...] É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém como natureza singular.(FOUCAULT, 1997:43. Grifos do autor)

Argumentando contra a "hipótese repressiva", Foucault postula que não há um impulso sexual que seria bloqueado pelo aparato repressor da sociedade, mas que a "sexualidade" é, antes, resultado de um mecanismo de poder-saber-prazer, em que a constante colocação do sexo em discurso gera efeitos disciplinadores sobre os corpos. Em outras palavras: "eu o proíbo de fazer isso, portanto é isso que você quer, é preciso que você queira exatamente aquilo que lhe estou proibindo" (BRUCKNER e FINKIELKRAUT, 1981:41). E continuam os mesmos autores: "O primeiro gesto da norma não é negativo, é criador, delimitando uma área, exatamente esta e aquela sobre a qual lança a proibição; ela pré-fabrica a emancipação futura, desenha-lhe o quadro geral, prepara suas fronteiras" (*idem*).

³⁹ A categoria "sodomita" faz parte do sistema de referência da tradição religiosa católica, na sua vertente inquisitorial, para definir juridicamente o homem acusado de ter mantido relações anais (PARKER, 1991).

Jeffrey Weeks (1986) localiza três momentos históricos significativos para a constituição da “sexualidade”: o primeiro, no primeiro século d.C., com a condenação da Igreja Católica ao prazer e a circunscrição do ato sexual unicamente para fins procriativos no interior do casamento; o segundo, nos séculos XII e XIII, com a consolidação da tradição cristã na regulação moral do casamento através das práticas confessionais; o terceiro e decisivo, nos séculos XVIII e XIX, com o advento da regulação secular em detrimento da religiosa, definindo a normalidade sexual em termos das relações com o "sexo oposto". Weeks também reconhece o impacto das categorizações do discurso científico para a gênese das concepções modernas de homossexualidade, mas aponta para a existência de uma "subcultura" homossexual emergente e contemporânea dos sexólogos, médicos e psiquiatras preocupados em estabelecer esquemas classificatórios.

Nesse sentido, Barry Adam (1985) acrescenta características estruturais como pré-condições ao processo de reificação do discurso médico na construção do "homossexual". A transição para o capitalismo reorganizou o significado do código de parentesco na organização das relações sociais, e permitiu novas formas de vínculo. A mobilização da força de trabalho em um mercado livre e a expansão do domínio público possibilitaram novas oportunidades de associação entre "indivíduos", inclusive sexualmente, criando condições para o surgimento de um estilo de vida e organização social baseado em tais associações.

Mas, um ponto central nesta discussão, é que na base da separação do mundo entre homossexuais e heterossexuais há um pressuposto que atualmente vem perdendo sua força: de que o homossexual não pode e não quer ter filhos. Ainda no período de hegemonia da regulação sexual cristã, o sodomita era culpado de atos “contra a natureza” (leia-se: não procriativos), pelo desperdício de um bem precioso, o sêmen. Era um “perdulário sexual” (COSTA, 1999). "O homossexual", membro de uma “espécie”, com uma natureza singular resultante do processo de localização e especificação das “perversões”, passa a ser a antítese do indivíduo procriativo, a anti-norma familiar.

O homossexual era execrado porque sua existência negava diretamente a função paterna, supostamente universal na natureza do homem. A manipulação de sua vida, neste caso, servia de anti-norma ao ‘viver normal’, assimilado ao comportamento heterossexual masculino. (COSTA, 1999:247-8).

Os homossexuais, ao lado dos libertinos e celibatários, eram os “anti-homens” da ordem médica higiênica, “desertores da obrigação de ser pai” (*ibid.*, p. 240). Por outro lado, no mesmo momento em que se “cria” o homossexual também se define como deve ser a norma. Ao mesmo tempo em que a figura do homossexual começa a ganhar corpo (nos dois sentidos da expressão), uma nova organização do gênero e da família ganha espaço, e a negatividade daquele reforça as fronteiras simbólicas dos ideais burgueses pós-Revolução Francesa. Assim, rompe-se com o caráter auto-evidente das instituições heterossexuais, já que sua formação não é independente de processos políticos.

Mas, mesmo que a criação da sexualidade como uma dimensão específica e constituidora da “pessoa ocidental moderna” (DUARTE, 1999) não se restrinja aos homossexuais, é nessa categoria que o processo atuou, e atua, com maior ênfase. O “homossexual” passa a ser definido e subsumido pela sua “sexualidade”, na medida em que ela atua tanto como causa, quando é chamada a “revelar” a verdade de si, e como fim, pois a totalidade do sujeito é subordinada a esta verdade, que, em alguns contextos, se cristaliza numa identidade homossexual. A recém-criada norma heterossexual burguesa também passa a ser organizada de acordo com a regulação do dispositivo da sexualidade, incorporando o prazer como uma finalidade legítima no interior do casal. Através do processo de higienização da família e em contraste com a regulação religiosa, o casal heterossexual é conclamado ao “amor físico” (COSTA, 1999:229). Mas, se num primeiro momento o bom exercício da sexualidade tinha como finalidade a procriação e o estabelecimento da família, esta incitação vai resultar na progressiva legitimidade (para não dizer obrigação) do prazer em si no interior de relacionamentos heterossexuais, estáveis ou não, mais especificamente no que se refere ao prazer da mulher, principalmente após o surgimento das pílulas anticoncepcionais (DURHAM, 1983; PARKER, 1991; HEILBORN, 1999). Ou seja, a “invenção da heterossexualidade” (KATZ, 1996) também se inscreve num movimento de autonomização da função erótica da sexualidade em relação à sua função reprodutiva, acompanhada de uma normatização da função erótica (GIAMI, 1999:38). Para os casais heterossexuais, a reprodução, mesmo que ainda uma obrigação, é cada vez mais resultado de uma “opção” (STRATHERN, 1991)⁴⁰, consoante o contexto

⁴⁰ Para um aprofundamento da noção de “opção” como marca de contextos “modernos”, ver Sérvulo Figueira (1987).

sociocultural⁴¹. Mesmo assim, a “sexualidade” para o “heterossexual” é, no mais das vezes, diluída em outras dimensões da pessoa; o “homossexual”, ao contrário, sendo contido por ela, foi historicamente sendo excluído da esfera da reprodução/filiação.

Progressivamente, condutas homoeróticas foram tornadas incompatíveis com uma certa norma familiar, não raro através do afastamento dramático da família de origem. Nesses casos, malgrado sua diversidade e complexidade, alguns autores apontam para a recorrência de certos padrões nas trajetórias de homossexuais. Frequentemente a ruptura com a família de origem acaba por impulsionar a migração para grandes centros urbanos, como estratégia de ascensão social e realização sexual. Se considerarmos que as socializações masculinas de uma maneira geral favorecem processos de individualização (FRANCHETTO *et.ali.*, 1980), no caso dos homossexuais pode ocorrer uma maximização desses processos. O enfraquecimento dos vínculos compulsórios provenientes do englobamento familiar em favor de relações eletivas, de maior mobilidade, da busca por “independência”, da possibilidade do anonimato e da predominância do trabalho como fonte de prestígio podem ser fatores que apontam para uma condensação do indivíduo enquanto valor predominante, mesmo que não exclusivamente, criando condições para que a sexualidade se torne uma importante dimensão no reconhecimento de si como sujeito (ver GUIMARÃES, 1977; VELHO, 1989; HEILBORN, 1992).

3.2.2. A celebração da sexualidade e o fim da festa: dos anos 60 à AIDS.

Paralelamente ao processo político e discursivo que alimenta a noção do homossexual, o auto-reconhecimento e a publicização de uma identidade homossexual permitiu a indivíduos e grupos o fortalecimento de laços de solidariedade em ambientes hostis e a criação de uma imagem positiva de si mesmos através da atuação política. MacRae (1990) define uma identidade homossexual como sendo:

[...] uma organização da personalidade e uma maneira de se relacionar com o mundo baseado numa certa representação de si fundamentada em categorizações sexuais geradas pela cultura em que se inserem e que dividem os indivíduos entre homossexuais, heterossexuais e bissexuais" (1990:49).

⁴¹ Principalmente no que se refere às clivagens de classe associadas à ocupação urbana, que no Brasil aparecem como delimitadores significativos de fronteiras simbólicas (VELHO, 1989 e 1997; HEILBORN, 1999; FONSECA, 1995; entre (muitos) outros igualmente importantes trabalhos).

Alguns autores dão mais ênfase ao dispositivo da sexualidade na sedimentação da identidade homossexual, enquanto outros fazem ver a importância histórica de "subculturas" que se constituíram em razão do compartilhamento de trajetórias sexuais comuns, através de redes e espaços de sociabilidade que atuavam como fonte de apoio mútuo e/ou de parceiros sexuais (WEEKS, 1986; GREEN, 2000). Mas é ponto pacífico que tais processos se interpenetraram e se influenciaram mutuamente.

O modelo americano aparece na literatura como um marco histórico e um paradigma para a constituição de identidades homossexuais positivas, mas não se pode desconsiderar a história do movimento homossexual alemão, que tem como marco significativo a criação do Comitê Científico e Humanitário, em 1897, fundado por Magnus Hirschfeld. Sua atuação foi tão intensa que já na década de 20 chegaram a circular 25 jornais homossexuais. Com a ascensão do nazismo, todo o vasto acervo do Comitê e do Instituto de Ciência Sexual (criado em 1919) foi queimado, e milhares de homossexuais enviados aos campos de concentração (TREVISAN,1997)⁴². Mas foi a sociedade norte-americana da década de 70 que assistiu ao fortalecimento de uma identidade *gay* autoproclamada, num contexto sociopolítico de luta pela afirmação positiva da homossexualidade. A possibilidade de reconhecimento numa identidade não estigmatizadora caminhou *pari passu* com a consolidação das comunidades *gays* americanas⁴³, das quais as principais e mais desenvolvidas apresentavam as características sociológicas de *ghettos*⁴⁴. Esse movimento de liberalização marca um importante momento histórico na despatologização e, de maneira mais lenta, descriminalização das práticas homoeróticas, criando condições para novas formas de existência social de homossexuais. No entanto, as "políticas de identidade"⁴⁵, ao estabelecerem novos parâmetros na definição do papel homossexual, se transformaram numa nova fonte de regulação. A categorização e a segregação

⁴² Para uma versão cinematográfica desse período, ver o filme *O Einstein do Sexo*, do cineasta alemão Rosa Von Praunheim (pseudônimo de Holger Mischwitzky).

⁴³ Murray (1979), discutindo a pertinência do conceito de comunidade aplicado à população *gay*, dá conta de que existem 125 definições possíveis para o referido conceito. Sua análise vai em defesa da pertinência de se falar de comunidades *gays* (sua pesquisa foi realizada em Toronto), enfatizando que uma comunidade é um processo social e não uma entidade, atribuindo maior importância em como as pessoas se vêem tendo uma história comum e um destino diferente de outros.

⁴⁴ Martin Levine (1979) demonstra que as comunidades homossexuais de New York, San Francisco e Los Angeles apresentavam todas as características do *ghetto* estabelecidas por Wirth: 1) concentração institucional, 2) área cultural, 3) isolamento social e 4) concentração residencial (1979:195).

⁴⁵ As "políticas de identidade" consistem, basicamente, numa incitação à proclamação pública da identidade homossexual como forma de atuação política.

auto-impostas acabaram por gerar novas formas de controle das experiências homoeróticas, com efeitos restritivos e normalizadores (PLUMMER, 1981).

A reformulação dos julgamentos morais e a luta por uma valoração positiva da homossexualidade mantiveram e reforçaram a importância da dimensão sexual na definição de sujeitos e grupos. Constituiu-se um estilo de vida baseado numa ética da liberdade sexual, através da proliferação de instituições sociais, de equipamentos de lazer e de códigos estéticos - cuja existência não pode ser pensada fora de uma lógica consumista do capitalismo liberal. Ganha visibilidade um modelo e um ideal de vida *gay* que se vangloriam de sua vocação cosmopolita, de caráter hedonista, proclamando um estilo de vida que tem seu ponto alto na celebração do "sexo-Rei" (FOUCAULT, 1988). O movimento de liberalização da homossexualidade, portanto, acabou por potencializar o processo histórico em direção à autonomização relativa e à racionalização da sexualidade:

As condições dessa liberalização são a diferenciação entre interesse sexual e procriação e o fato de que as práticas autonomizadas se tornaram mensuráveis, isto é, podem ser objeto de cálculos "racionais quanto à finalidade", apoiados em uma contabilidade do prazer que tem como unidade de base o orgasmo (POLLAK, 1985:57).

A proibição das práticas homoeróticas reforçou e acelerou a separação entre sexualidade e tendências afetivas, e a sujeição dessas práticas à clandestinidade impeliu os sujeitos para uma organização da vida sexual que minimizasse os riscos e otimizasse os resultados. Isso fez emergir um "meio homossexual", que tinha por finalidade propiciar parceiros sexuais através de uma lógica e regras específicas, cujo aprendizado tornou-se parte constituinte do processo de socialização no meio (*idem*). A permissividade do *ghetto* contribuiu para a sobreposição da sexualidade na definição de si, em detrimento de outros pertencimentos possíveis, e estimulou a associação de homossexualidade com promiscuidade.

Com o advento da epidemia de AIDS e o seu impacto na comunidade *gay*, novas ondas de estigmatização e preconceito se abateram sobre os homossexuais. Sua caracterização como "grupo de risco" serviu de justificativa para um ressurgimento da intervenção médica no campo da sexualidade. Mais do que nunca a "sexualidade" entrava na pauta do dia das discussões. Mesmo que a atuação do movimento homossexual tenha contribuído de maneira decisiva para o abandono da noção de "grupo de risco", a associação entre homossexualidade-promiscuidade-morte não pôde ser desfeita da mesma maneira.

Aparentemente a noção de promiscuidade tem um estatuto descritivo, por apreciação quantitativa de parceiros sexuais. No entanto, sua utilização ultrapassa essa racionalidade, atingindo uma carga semântica extremamente negativa para caracterizar "o homossexual". A quantidade de parceiros necessários para qualificar um indivíduo como promíscuo é algo absolutamente arbitrário, e, no caso da socialização sexual de homens heterossexuais, a elevação dessa quantidade é positivamente encorajada e é percebida antes como "experiência" do que como "promiscuidade". Quando aplicada ao homossexual, traz uma conotação negativa que extrapola a mera avaliação quantitativa, desencadeando uma série de associações com noções de perigo e risco⁴⁶. Neste caso, a "promiscuidade" parece caracterizar um estado de indiferenciação (o encontro sexual ocasional e breve não está simbolizando uma "relação") que, como tal, indica desordem, ausência de ordenamento. Portanto, além de seu caráter descritivo, essa noção tem também uma dimensão valorativa (geralmente associada com outras fontes discursivas, como a religiosa).

A naturalização do homossexual promovida pelas "políticas de identidade", na medida em que estas não conseguem transcender as categorizações do saber médico-psiquiátrico, também acaba por restringir a amplitude das possibilidades eróticas e tem na sua base uma renúncia (auto) imposta à parentalidade como horizonte possível/desejável. Conflitos individuais com este modelo identificatório e/ou sua negação podem advir desta incompatibilidade imaginária (COSTA, 1992:88). Aqueles que não quisessem abrir mão da experiência da paternidade tinham como saída a manutenção de uma "vida dupla", onde a fruição sexual homoerótica não era acompanhada de um reconhecimento de si como "homossexual". Mas outros tantos, mesmo passando pelo processo de socialização como "homossexual" e sem negar esse pertencimento, criaram estratégias de acesso à paternidade. Minha hipótese é de que a inteligibilidade do pai homossexual deve ser remetida ao movimento de "masculinização" decorrente da "emancipação *gay*", que permitiu que a figura do homossexual fosse desvinculada das tradicionais associações com atributos de feminilidade. Não é possível deixar de notar que a "aceitação" de categorizações essencializantes não impede a ação transformadora de indivíduos, que recusam (mesmo que parcialmente) a força dessas limitações. Levar em conta essas estratégias pode nos colocar de frente com novas elaborações das relações de parentesco.

⁴⁶ Não é minha intenção afirmar que estes usos e associações tenham um caráter fixo e intencional, mas apenas não assumir a adscrição de "promiscuidade" de maneira impensada e certa.

3.3. Conjugalidade e Família Homossexual.

Desde Lévi-Strauss (1972; 1982) e sua teoria da aliança, é possível ultrapassar o conteúdo ideológico presente na caracterização da família como "célula mater" da sociedade. Segundo o autor, não é possível "explicar a família apenas em termos naturais de procriação, instintos maternos e sentimentos psicológicos entre o homem e a mulher, e entre pais e filhos" (1972:325). Não é de sua existência que se pode derivar a sociedade, posto que deve ser compreendida como resultado da aliança entre grupos. Além disso, sua imensa variabilidade cultural indica que a formação nuclearizada da família não é senão um ideal muito particular e específico em alguns segmentos de sociedades ocidentais. Propor uma discussão sobre relações de parentesco num contexto urbano atravessado por processos de modernização e altamente heterogêneo pode parecer algo estranho, já que nesse universo o parentesco como princípio organizatório cederia lugar ao domínio econômico. No entanto, a pertinência desses estudos em sociedades ditas complexas justifica-se por permitir transcender uma "perspectiva substancialista" presente nos estudos sobre família (ABREU FILHO, 1982; PISCITELLI, 1998).

Assim, da perspectiva da teoria da aliança, as relações homossexuais se caracterizariam por não terem a força de colocar em obrigação as famílias, pois, como não são relações reconhecidas publicamente, não teriam o poder de produzir alianças. Uma primeira consequência dessa situação diz respeito à baixa coercitividade sobre a manutenção do vínculo conjugal. Aliás, as implicações de uma relação homossexual podem ser descritas como inversas àquelas que regulam as uniões reconhecidas e legítimas entre um homem e uma mulher: colocam em rivalidade as respectivas famílias, que, por sua vez, atuam objetivando a dissolução da união. Esse quadro assim colocado não é, certamente, o reflexo do que ocorre em todas as relações homossexuais, mas aponta para certas tendências recorrentes nas sociedades ditas complexas⁴⁷. Os significados que os sujeitos envolvidos numa relação homossexual atribuem a esse quadro podem ser variados, dependendo do que estará sendo avaliado. Na pesquisa realizada por Maria Luiza Heilborn focalizando casais de mulheres, a distância das famílias com relação à vida conjugal delas é percebida como positiva, pois implicaria num menor controle sobre a relação.

⁴⁷ A literatura antropológica traz relatos que poderiam oferecer exemplos contrários, como o casamento de mulheres Nuer. Mas, neste caso, o que torna possível essa união é o estatuto diferenciado da "tomadora", que, por ser estéril, passa a ocupar uma posição socialmente reconhecida como masculina (HÉRITIER, 1989). Ou seja, o sistema de gênero não é subvertido, as partes em união não são socialmente iguais. O mesmo raciocínio vale para os *berdaches* e o casamento entre homens e rapazes Azande (MATHIEU, 2000).

No universo considerado, os depoimentos apontam para uma não-uniformidade da relação com a família. Encontram-se situações em que os pais, e mais frequentemente os irmãos, conhecem a situação conjugal. Mas não é imperativo que os parentes estejam colocados a par da escolha do parceiro, e estratégias de ocultamento e revelação se alinham lado a lado. Uma delas é a de estabelecer de modo acentuado a distância entre os assuntos da vida do par do envolvimento com a esfera familiar, mantendo separadas as duas instâncias. Com frequência se depara com um discurso que valoriza como uma qualidade das relações homossexuais a possibilidade de colocar a família do cônjuge entre parênteses, condição percebida como mais complicada para o caso dos casais heterocorporais, os pares homocorporais, uma vez que não são plenamente reconhecidos, adquiririam uma flexibilidade maior perante a instância familiar e ao controle que esta exerce na manutenção do vínculo (HEILBORN, 1996:144).

Nesse contexto, marcado pela ética moderno-igualitária, de teor individualista e psicologizante, a ausência de controle é valorada como positiva, pois aumentaria a liberdade individual. No entanto, uma avaliação algo contrária, que se queixa da instabilidade das relações homossexuais, principalmente entre homens, faz derivar tal característica justamente da falta de mecanismos que pudessem favorecer a manutenção do casal. Tais parcerias estariam, então, dependentes de periódicos ritos de confirmação.

Essa inoperância do dispositivo da aliança já havia sido apontada por Foucault (1997) em razão da emergência do dispositivo da sexualidade. No período por ele analisado assistiu-se à substituição de uma "simbólica do sangue" por uma "analítica do sexo", potencializando processos de individualização. Mas é preciso não exagerar essa ruptura, muito embora ela se preste bem para fins analíticos. Principalmente no que se refere ao caso brasileiro, no qual, como afirma Tarlei de Aragão (1983), "não há salvação fora da família", indicando que as solidariedades baseadas no parentesco são fundamentais para a localização no mundo. Numa sociedade caracterizada pela importância do universo relacional, que tem no universo familiar a sua fonte de referência, não é possível simplesmente negar esse pertencimento. É possível argumentar que a lógica relacional não se reduziria a uma família empírica, e que as metáforas "domésticas" seriam extensíveis, criando-se, portanto, domínios "familiares". De qualquer forma, o abandono de uma lógica relacional (se fosse possível) implicaria no seu limite em "morte social" (DAMATTA, 1985).

Assim, a manutenção das solidariedades organizadas pelo universo familiar exige estratégias de negociação da identidade sexual, muitas vezes sob a "lei" do "eu sei tudo, mas não me conte nada". Por outro lado, a avaliação pública das relações homossexuais as colocam em frontal oposição com "a família", tomada aqui como um ideal e um domínio moral. Nesse tipo de

discurso parece não haver lugar para famílias constituídas por homossexuais. Portanto uma primeira distinção entre essas concepções de família se faz necessária: de um lado, como uma instituição social que promove a organização de solidariedades, e, de outro, como construção cultural utilizada na avaliação moral de indivíduos, grupos ou categorias sociais. Ou seja, é preciso distinguir a dimensão estrutural da ideológica.

Por outro lado, tem se tornado lugar-comum classificar as "famílias *gays*" como um tipo "novo" ou "alternativo" de família. Kath Weston (1991), discutindo essa questão em relação ao contexto estado-unidense, faz ver que a proposição de que tais famílias seriam "alternativas" parte de uma pressuposição questionável: a de que existiria um modelo hegemônico de referência. Em outras palavras, para que algo seja alternativo, terá que sê-lo em relação a um ponto fixo, fato que a autora contesta. Nos Estados Unidos a família nuclear aparece como a construção privilegiada, em detrimento das várias configurações divergentes observáveis. Segundo a autora,

...nuclear families do not constitute the timeless core of what it means to have kin in this society, relative to which all other forms of family must appear as derivative variations or marginal alternatives. A more useful approach to the analysis of gay families involves moving beyond the study of static variations and the celebration of diversity to examine historical transformations in kinship, ideology, and social relations - transformations that could not have come about without conflict, contradictions, difference, and struggle. (WESTON, 1991:07)

A crítica vale para o Brasil. Aqui tornou-se legião afirmar que a sociedade brasileira assenta-se sobre as bases da família patriarcal. No entanto, Mariza Corrêa (1994) já nos mostrou que tal modelo nunca possuiu a amplitude que se lhe arroga, já que diversas configurações familiares sempre estiveram presentes na história brasileira. Mesmo que a definição das "famílias *gays*" como "novas" se faça num tom entusiasta e favorável, tal qualificativo carrega consigo a pressuposição de que há um modelo homogêneo estabelecido, contra o qual os homossexuais estariam se opondo.

As configurações familiares baseadas na conjugalidade homoerótica parecem concentrar certas tendências presentes em contextos marcados por processos de modernização. Seguindo a análise de Claudia Fonseca, os sujeitos desta pesquisa seriam os verdadeiros representantes da família "pós-moderna", com sua ênfase na afeição e na escolha, onde:

[...] as crianças adotadas, enquanto filhos "escolhidos", podem ser considerados como, de alguma maneira, mais valiosas do que aquelas que são simplesmente nascidas dos seus pais. Da mesma forma, parceiros do mesmo sexo ganharam um espaço importante; se a afeição é a verdadeira base do relacionamento, por que o casal seria limitado a um relacionamento heterossexual centrado em torno da reprodução biológica? (FONSECA, 2001:03)

A "opção" enquanto valor tem sido apontada como uma marca de contextos igualitários modernos (ou pós-modernos), transformando a esfera da reprodução também em uma questão de "escolha". Se entre os casais heterossexuais é presumido que tenham filhos, a "opção" permite que não os tenham. Já para os homossexuais o sentido dessa presunção é que não tenham filhos, fazendo com que a "opção" implique numa ação positiva. Mas, se no plano discursivo é possível perceber uma forte ênfase nesses valores, os caminhos pelos quais se realizou a filiação aqui investigada permitem relativizar a imagem do indivíduo que age motivado, racional e conscientemente, por um objetivo preciso. Na mesma proporção em que os sujeitos pesquisados "optaram" pela paternidade, certos eventos permitiram e deram condições para que esse desejo fosse acionado e realizado. Mas o que importa reter neste momento da discussão é a força do ideário da "escolha", principalmente no que diz respeito às suas conseqüências: o lugar e a importância atribuídos ao filho(a). É a criança, erigida em personagem central da cena familiar, que constrói o sentido de "família", e que nada mais é do que a culminação de tendências históricas (ARIÈS, 1981). A "dedicação" que é possível ser despendida ao filho(a) aparece como a medida da legitimidade da parentalidade, fazendo com que a dimensão afetiva seja valorizada como o aspecto mais importante na constituição de vínculos familiares. Assim, o "amor" surge como o denominador comum que permite nivelar os diferentes arranjos familiares, num movimento que desloca pais e mães homossexuais de um lugar de desconfiança para o de ideal normativo, de acordo com esses valores.

Por outro lado, não me parece fora de propósito relativizar mesmo esse valor alocado na criança. O desejo de descendência pode ser, também, função de um dever de descendência. Nas palavras de Héritier, "Desejo e dever de descendência. Não transmitir a vida é romper uma cadeia na qual ninguém é o fim último e é, por outro lado, interditar a si mesmo o acesso ao status de ancestral" (2000:103). Dever para com a coletividade e dever para consigo mesmo.

3.4. Regras de Filiação, Pluriparentalidade e Homoparentalidade: Transformações nas Relações de Parentesco?

A dimensão que talvez tenha o potencial de representar alguma novidade na formação das famílias baseadas em relacionamentos homoeróticos concerne às regras de filiação. De acordo com Françoise Héritier (2000), é por tais regras que as sociedades garantem a legitimidade de pertencimento ao grupo, estabelecendo os fundamentos da identidade social e regulando direitos e deveres. No referido artigo, a autora francesa compara as "novas" tecnologias reprodutivas com as soluções encontradas por outras sociedades para o problema da esterilidade, mostrando que as técnicas ocidentais possuem paralelos em tradições "exóticas". Sua análise sintetiza pontos fundamentais para a compreensão das relações de parentesco. Mas, para além desta leitura de seu texto, proponho uma correlação mais específica de sua análise com o tema das famílias homossexuais. Este ponto de comparação assentaria na esterilidade do par homo, enquanto tal, obrigando-o a lançar mão de estratégias diferenciadas caso queira ter filhos. Pretendo apenas levantar algumas questões e para tanto resumirei os principais pontos da análise de Héritier.

De acordo com a autora, existem apenas seis possibilidades lógicas para as regras de filiação, que seriam: unilinear (matri ou patri), bilinear, cognática ou indiferenciada, alternada e paralela. Assim, "o campo das possibilidades não é infinito" (HÉRITIER, 2000:101). Mesmo que as sociedades se sirvam do conhecimento sobre a biologia, a filiação é sempre socialmente definida. Héritier estabelece três constantes: 1) as regras de filiação servem-se da diferença dos sexos, 2) os grupos apropriam-se apenas de uma das fórmulas possíveis, reduzindo sua margem de liberdade, 3) a filiação não é jamais um simples derivado da procriação. Chama a atenção para o fato incontornável da reprodução bissexuada (que só seria ultrapassada pela clonagem), fazendo com que as regras de filiação sejam "ancoradas" na diferença dos sexos.

O casal homossexual (de homens ou de mulheres) teria o potencial, que já se apresenta em alguns países, de, submetendo-se às exigências da reprodução bissexuada, não querer fazer dela matéria-prima para a elaboração de regras de filiação e de reconhecimento do parentesco. Tal situação parece representar uma mudança do sistema vigente, que entre as sociedades industriais ocidentais é o cognático ou indiferenciado, no qual se reconhecem igualmente as linhas agnática e uterina. O casal homo propõe uma filiação que não se baseie na diferença sexual

e que desvincule a parentalidade da reprodução bissexuada. Pelo fato de estarem situados num sistema cognático, precisam "jogar" com as possibilidades que esse sistema permite, fazendo com que algumas das "partidas" do "jogo" se assemelhem a uma filiação bilinear. O pai, assim reconhecido, transmite um lugar social, juridicamente definido, regulando direitos e obrigações. O companheiro dele também se constitui num canal de transmissão, mas sobre uma base afetiva (o mesmo exemplo valeria para uma mãe e sua companheira). Mesmo que consigam obliterar, no caso de reprodução biológica, a posição do parceiro de sexo oposto, não conseguem ainda colocar em seu lugar de importância o parceiro de mesmo sexo (não vinculado biologicamente com a criança). Além do mais, permanece o fato de que as gerações anteriores (e provavelmente posteriores) seguem atualizando o sistema cognático vigente (que toma por base a diferença sexual).

Agora, deslocando-se o foco dessa digressão por demais abstrata, as famílias homossexuais organizam-se de maneira semelhante às chamadas famílias recompostas, criando um quadro de pluriparentalidade (UZIEL, 2000). Como a denominação já sugere, as possibilidades de arranjos conjugais e parentais atualmente postos em prática (derivados de separações, divórcios, uniões consentidas, etc.) são múltiplos, dificultando os esforços por delimitação. Anna Paula Uziel destaca que a idéia de rede familiar se mostra mais promissora para compreender essas transformações do que uma noção limitada de família. A "permeabilidade" do lar seria uma característica importante das famílias recompostas. Segundo a autora:

Com essa permeabilidade, não é mais a partir dos novos casais que se define a família, mas a partir das crianças, já que é o espaço de circulação delas que delimita a família recomposta. Se isso significa dizer que a criança deve ser o foco de atenção, urge expandir essa preocupação para todos os contornos de família que existem ou possam surgir (2000:04).

A autora sugere que, mais do que se substituírem, as filiações se acumulam, principalmente pela importância atribuída ao vínculo biológico, lugar investido de poder de verdade. A idéia de acumulação de vínculos estaria no cerne da noção de pluriparentalidade. A tensão entre "filiação biológica" e "filiação social" apareceria de maneira evidente nos casos de adoção. Como afirma Uziel, "o discurso que defende a idéia de que pais são os que criam convive com a recorrência à biologia na dúvida e procura de verdade em disputas de guarda entre a

família social e a de origem. A própria compreensão do termo origem sinaliza sua importância” (*ibid.*, p. 06). No caso das adoções por homossexuais, portanto, torna-se mais difícil escapar dessas tensões, já que o casal homo não fornece a ilusão de um par procriativo.

Anne Cadoret (2000), na sua discussão sobre as "figuras de homoparentalidade", põe em destaque três modalidades de acesso à parentalidade por homossexuais: a adoção pelo casal homo, a inseminação com doador desconhecido e a co-parentalidade. As duas primeiras realizariam uma unidade familiar simples, com ênfase no casal. Na última, a criança faria parte de duas células familiares, e nela o acento não está no casal, mas sobre a necessidade alegada de possibilitar à criança uma mãe e um pai identificáveis. Aqueles que põem em relevo o casal perturbariam profundamente o sistema de referência vigente, posto que o filho é criado numa família *monogénrée*, enquanto na co-parentalidade estaria se reapropriando uma figura familiar vigente: justamente a família recomposta (*recomposé*), aquela na qual os pais da criança não vivem juntos, em que a aliança já é separada da filiação (CADORET, 2000:170). No caso da co-parentalidade, então, há uma separação entre casal conjugal e casal parental, já que tais pares não se encontram sobrepostos.

Marcela Iacub propõe uma discussão da homoparentalidade sobre o pano de fundo do que ela define como "ordem procriativa", que seria o conjunto de normas jurídicas que organizam as formas de inscrição genealógica e de criação biológica das pessoas (1999:190). Para a autora, tal ordem se estrutura sobre três grandes pilares: 1) a liberdade de procriar pelas vias naturais, 2) a assimilação da categoria de genitor à de pai (*parent*), 3) a equivalência das competências procriativas e das competências parentais. A assimilação genitor/*parent* se apóia sobre o princípio da "verdade biológica". Já a assimilação das competências ocorre como se aquele ou aquela que é capaz de fabricar uma criança fosse também, até que se prove o contrário, capaz de propiciar as condições para o cuidado e desenvolvimento a uma criança. Como afirma Iacub, “ceci suppose que les compétences parentales sont induites par la capacité à procréer, comme si elles étaient secrétées par les corps” (*ibid.*, p. 199). Segundo a autora, tal pressuposto põe em dúvida as demandas por adoção, dúvidas essas que serão tanto menores quanto mais os proponentes se assemelharem a um casal procriativo, ou seja, um homem e uma mulher em idade de procriar e "motivados" (*ibid.*, p. 200). Então, quando nem a "natureza" e nem seu simulacro (através de tecnologias reprodutivas) podem dar a vida, é o Estado que se arroga o direito de definir as competências parentais. Iacub conclui que, mesmo que atualmente a sexualidade tenha se

separado da procriação através dos métodos contraceptivos e das tecnologias reprodutivas, tornando lícitos os atos sexuais consentidos entre adultos, o ato sexual fecundo ainda é sacralizado, permanecendo como referência. A sexualidade fecunda, portanto, teria força normativa.

Si elle ne sert plus pour stigmatiser les comportements des individus, elle fait retour comme norme, comme paramètre et fondement de notre ordre procréatif. Elle fait de certains parents des parents "faux", d'autres des parents "artificiels" - et empêche les couples homosexuels de devenir des parents. Il est dès lors difficile d'entendre que le couple et la filiation sont deux problèmes bien séparés e que de l'acceptation du premier ne doit pas découler l'acceptation de la deuxième, c'est-à-dire que le refus de la filiation homoparentale ne se trouve pas lié à la sexualité. Car la sexualité qui structure notre ordre procréatif, ni dans la réalité ni dans les apparences (IACUB, 1999:202).

De acordo com Éric Fassin, as famílias homoparentais trouxeram à superfície aquilo que estava implícito e que se apresentava como auto-evidente: a heterossexualidade do casal parental (2000:391)⁴⁸. Em função da heterogeneidade dos arranjos homoparentais, a questão de maior relevância, segundo o autor, tratar-se-ia menos de inscrição ou não da diferença dos sexos na filiação, do que da admissão ou não de sexualidades diferentes na família. Portanto, são justamente as definições de família que se tornam problemáticas. No caso da França, onde a expressão social das demandas homoparentais atingiu tanto a arena política quanto a acadêmica, a precisão das definições e seu conteúdo político se constituíram no ponto nodal da homoparentalidade. Segundo Fassin, a intervenção acadêmica na arena política se torna crítica pelo uso normativo de certos postulados conceituais, principalmente quando se trata de discutir a universalidade da diferença de sexos como fundamento das regras de filiação. O problema residiria em se tomar uma universalidade sobrevinda do inventário etnográfico como uma universalidade "necessária". Defender uma tal proposição seria negar aquilo que mais profundamente define a espécie humana: sua plasticidade, sua capacidade de mudança e transformação.

⁴⁸ O artigo de Éric Fassin se encontra publicado na revista francesa de antropologia *L'Homme*, na edição especialmente dedicada ao parentesco. Tal fato por si só já revela a importância acadêmica da homoparentalidade e sua relevância para a discussão das teorias de parentesco.

4. O CAMPO EM ANÁLISE

O conjunto das entrevistas e conversas que estabeleci na pesquisa de campo é marcado por desigualdades na quantidade e na qualidade do conteúdo. Os pais adotantes resultaram ser os únicos a concordar com entrevistas gravadas, por essa razão mais profícuos em informações. Os demais foram contatados apenas de maneira informal, fornecendo um conjunto restrito e circunstanciado de relatos. O quadro abaixo sintetiza algumas características gerais dos sujeitos investigados, destacando-se o recorte etário, inserção profissional, forma de acesso à paternidade, sexo e idade dos filhos e abordagem metodológica utilizada. Na sequência, são apresentados perfis mais detalhados de cada "informante", ressaltando que a desigualdade no tipo de informação apresentada para cada sujeito reflete as contingências da pesquisa empírica. Também por essa razão, mas não unicamente, as análises subsequentes privilegiam o recorte no modelo de adoção. Afora as limitações impostas pelo "campo", tal modelo levanta questões que sugerem um "modelo brasileiro" de acesso à parentalidade por homossexuais.

Quadro de informantes

Nome fictício	Idade	Profissão	Modelo	Dados filhos(as)	Material utilizado na análise
Antônio	42	Empresário	Adoção legal, guarda compartilhada com a mãe	Um menino (07)	Entrevista gravada e observação participante
Bruno	30	Assistente administrativo	Adoção à brasileira: a mãe deu em adoção	Uma menina (05)	Entrevista gravada
Carlos	44	Professor universitário	Adoção à brasileira: convidado pela mãe	Um menino (10)	Entrevista gravada
Denis	47	Profissional liberal	Biológico anterior: casamento heterossexual	Três rapazes (19,22,24)	Entrevista sem gravador
Edson	46	Professor universitário	Biológico anterior: casamento heterossexual	Um menino (08)	Conversas informais
Fabio	(40)	Bancário	Biológico anterior: casamento heterossexual	Duas meninas adolescentes	Entrevista gravada
Gustavo	32	Estilista	Biológico posterior: acordo com uma amiga	Uma menina (02)	Entrevista sem gravador

Antônio (42 anos)

Antônio é natural do interior do estado do Rio de Janeiro, atualmente morando no interior de Santa Catarina. Antes de aqui chegar, morava e trabalhava no norte do país, onde mantinha um restaurante em sociedade com seu companheiro de vinte anos. Há oito anos mudou-se para Santa Catarina, com o objetivo de abrir um novo restaurante. Seu companheiro permaneceu lá ainda alguns meses.

Já em Santa Catarina, Antônio comprou um estabelecimento para iniciar o seu negócio e começou demitindo os antigos funcionários para proceder às reformas necessárias. Mas uma das funcionárias chamou sua atenção: ela estava grávida de três meses e tinha poucas condições financeiras para se manter. Antônio solidarizou-se com ela e passou a dar-lhe assistência. Naquele momento não tinha certeza sobre qual seria o futuro daquele bebê em gestação, mas suas preocupações eram com a criança que estava por nascer. Não demorou muito e abrigou a ex-funcionária em sua própria casa, receoso de que ela não se alimentasse adequadamente.

Nasceu um menino, que foi registrado pelo seu genitor, o qual, no entanto, não quis se responsabilizar pelo filho, motivando Antônio a se aproximar mais da criança. A mãe e o bebê ainda ficaram morando com Antônio durante um ano. Ela acabou por encontrar um novo namorado, e este veio pedir a Antônio autorização para se casarem. Antônio não se opôs, mas estabeleceu uma condição: para que abrisse mão de sua intenção de ser pai do menino e continuasse a auxiliá-lo financeiramente, eles tinham que casar oficialmente, com registro civil.

Depois de receber o consentimento para se casar, ela foi morar com o filho e o marido num apartamento próximo. Antônio pagou o aluguel por um ano. Queria tê-los à vista, próximos, para observar e avaliar como seria a vida do garoto. Em seguida o casal foi morar numa casa bem distante, mas o menino já estudava no colégio perto do restaurante. Um fato novo, no entanto, fez com que o relacionamento de Antônio com a moça e seu marido fosse abalado: descobriu que eles apenas casaram em cerimônia religiosa, contrariando o acordo. Antônio perdeu sua "confiança" no rapaz e gradativamente passou a questionar a competência tanto da mãe quanto de seu marido em cuidar da criança (segundo os critérios de Antônio). Em pouco tempo o garoto viria morar junto de Antônio, mas sem deixar de ver a mãe. A partir daí ele passou a ocupar o lugar de pai do menino, encaminhando judicialmente um processo de guarda e adoção.

O desejo de Antônio de ter um filho, ele o remonta ao primeiro ano de namoro, com o objetivo manifesto de consolidar a união, num projeto de família não compartilhado pelo companheiro. A paternidade de Antônio concretizou-se, então, como um projeto estritamente individual. Seu companheiro passou a ocupar a posição de "tio", ou, nas palavras do garoto, de "melhor tio do mundo".

Bruno (30 anos)

Natural do interior de Santa Catarina, aos 18 anos Bruno mudou-se para Florianópolis a fim de estudar. Ali permaneceu e atualmente trabalha como assistente administrativo, mas sua família segue morando no interior. Afirma que sempre desejou ser pai, inclusive porque sua mãe teve sempre uma grande expectativa em vê-lo casado e com filhos. Fez algumas investidas na tentativa de adotar uma criança recém-nascida através do contato com mulheres pobres que estivessem dispostas a doar seu bebê, mas não obteve sucesso. A oportunidade que lhe permitiu realizar sua paternidade teve lugar num encontro casual com uma amiga de infância. Ao reencontrá-la, tomou conhecimento que ela se encontrava grávida de quatro meses e que pretendia entregar o bebê para adoção. A gravidez foi resultado de um ato não consentido, e, pelo relato de Bruno, a moça e sua família não tinham intenção nem condições financeiras de permanecer com a criança. Quando a menina nasceu, Bruno registrou-a como filha legítima e levou-a para morar consigo. No entanto, fez questão de que o nome da mãe da criança fosse inscrito na certidão de nascimento. Pediu desligamento de seu emprego e permaneceu dois anos somente cuidando da criança. As indenizações rescisórias permitiram esse período de afastamento. Quando voltou a trabalhar, contou com o auxílio de creches para cuidar da filha. A mãe, que mora em outra cidade, tem pouco contato com a menina, atualmente com 5 anos. A adoção não foi resultado de um projeto de casal, mas uma escolha pessoal, o que acabou por gerar tensões que culminaram no rompimento de um relacionamento de oito anos com seu parceiro.

Carlos (44 anos)

Carlos é natural do Rio Grande do Sul e reside em Porto Alegre, mesma cidade onde moram seus pais. Trabalha como professor universitário, na área de humanas, com pesquisas sobre sexualidade. Certo dia a irmã de uma ex-namorada, então grávida de três meses, lhe propôs que fosse pai da criança. Ela fez o convite, mas sem esperar uma resposta imediata. Em dois dias Carlos aceitou ser o pai do bebê de sua amiga.

Ele define a atitude dela como um exemplo do "raciocínio da mulher moderna". Morando em outro estado e já separada de seu ex-marido, ela se envolveu ocasionalmente com um homem de nacionalidade estrangeira, com o propósito de engravidar. Posteriormente convidou um amigo homossexual para ser o pai da criança, mas ele veio a falecer. Com o objetivo de retornar à casa da família, em Porto Alegre, ela então entrou em contato com Carlos, que ela conhecia por ter sido namorado da irmã.

A família dela possui um "nome" importante na cidade, e Carlos cumpriu uma importante função social ao aceitar a paternidade que lhe foi oferecida, legitimando o filho de sua amiga. Prova disso é o fato de que somente os parentes mais próximos sabem tratar-se de uma adoção. Carlos acompanhou sua amiga na maternidade, recebeu as visitas junto com ela e registrou o menino como se seu filho fosse. O garoto, de dez anos, sempre morou com a mãe na casa da avó materna, mas possui um quarto na casa do pai, que visita regularmente. Carlos alimenta expectativas de que num futuro próximo o filho venha a morar consigo.

Paralelamente, Carlos possui uma relação muito estreita com um sobrinho de 11 anos, filho de sua irmã, "mãe-solteira", que parece ter encontrado no irmão um quase substituto de pai para seu filho. Atualmente ela tem um companheiro estável, que vem gradativamente "assumindo" a função de pai. Carlos não se incomoda com isso, mas mantém um vínculo muito próximo com o sobrinho, que às vezes o chama de "pai". Isto se faz notar no tratamento semelhante que oferece ao filho e ao sobrinho. Ambos recebem presentes iguais, compartilham o mesmo quarto na casa de Carlos. O filho de Carlos possui muitos outros primos maternos, mas foi com o sobrinho de Carlos que estabeleceu amizade e convívio freqüente.

Atualmente Carlos não se encontra em parceria estável, mas passou a privilegiar companheiros mais "maduros", que desejem estabilidade conjugal, indicando uma mudança no padrão de seus relacionamentos.

Denis (47 anos)

Natural da cidade do Rio de Janeiro, lá casou-se aos 23 anos. Filho de um juiz de direito, possui formação universitária em mais de uma área, com mestrado e doutorado. Separou-se aos 29 anos para se relacionar com um rapaz dois anos mais jovem, com quem permaneceu por quatorze anos. Justifica seu casamento pelo desejo de ter filhos, mas relata pressão paterna para dar "continuidade" à família através de "filhos homens". Teve três. Mudou-se para Florianópolis faz dez anos, a trabalho. Seus filhos sabem dos relacionamentos homoeróticos do pai e convivem com os companheiros dele. (O contato com Denis foi intermediado por uma colega)

Edson (46 anos)

Professor universitário, com pós-doutorado em ciências humanas, mora em Natal/RN. Casou-se aos 24 anos e divorciou-se aos 38. Tem um filho de 8 anos, que mora com a mãe. Separou-se quando o garoto tinha 1 ano. Não frequenta a casa da ex-esposa, mas vê o filho regularmente. Há sete anos está em conjugalidade com um rapaz alguns anos mais jovem. (Conversei com Edson durante minha participação num encontro de pesquisadores)

Fábio (+- 40 anos)

Mora em Curitiba faz cinco anos, vindo do interior do Rio Grande do Sul. Bancário em licença, atua numa ONG de defesa dos Direitos Humanos, voltada principalmente para o público homossexual. Foi casado e teve duas filhas, atualmente adolescentes. A ex-esposa mora em São Paulo e não sabe dos relacionamentos homoeróticos de Fábio. (Conversamos quando de minha visita a uma ONG de Curitiba)

Gustavo (32 anos)

Em Florianópolis desde os 17 anos, veio do interior do Estado depois de desentendimentos com o pai. Foi convidado por uma amiga para terem um "filho biológico", hoje uma menina de 04 anos que mora com a mãe e recebe as visitas do pai. Após o nascimento, Gustavo e sua amiga se desentenderam, pois ela criou expectativas de vínculo afetivo entre eles.

Quando resolveu aceitar o acordo, separou-se do seu parceiro de cinco anos, um relacionamento que já não ia muito bem. (O contato com Gustavo foi intermediado por um colega)

4.1. Diferentes Modos de Acesso à Paternidade: os Caminhos da Criança.

A revista *Suigeneris*, voltada para o leitor homossexual (principalmente masculino) editada por cinco anos, trazia em 1998 uma matéria de capa sobre famílias *gays*⁴⁹. Entre os casos apresentados havia exemplos de inseminação artificial com pai *gay* e mãe lésbica (1), pai biológico de casamento heterossexual (1), adoção por pai solteiro (1), casal *gay* planejando adoção (1), solteiro planejando adoção (1) e solteiro procurando uma mulher para reprodução biológica (1). Nas falas apresentadas pela revista existe a preocupação recorrente com a estabilidade financeira como pré-requisito para poder receber uma criança e uma valorização da noção de "opção" e "escolha". A descrição do casal *gay* que deseja ter filhos traz à tona esse ideário: "ele ainda aguarda a sonhada estabilidade econômica para escolher a filha e ser pai ao lado do namorado..." (p. 33). O projeto desse casal era o de adotar um menino e uma menina, cujos nomes já estavam escolhidos. A preferência pela adoção foi marcada pelo desejo de uma relação de exclusividade com as crianças. Teria dito o casal: "pensamos na possibilidade de inseminação artificial também, mas a mãe seria um elemento estranho na relação. Quero o filho integralmente e desejo acompanhar toda sua formação, ao lado de meu companheiro" (*idem*). Em agosto de 1999 a revista *Gmagazine*, também voltada ao leitor homossexual masculino, trouxe uma matéria sobre as dificuldades de ser "pai *gay*"⁵⁰. Os depoimentos apresentados pela revista eram todos de pais saídos de casamentos heterossexuais, mostrando como se relacionavam com os filhos ou filhas. A maioria se percebia tendo que lidar com as mesmas preocupações que os pais heterossexuais, a ponto de a revista concluir que "pai é tudo igual, só muda o endereço" (p.70). Em julho de 2001 a revista *Veja*, semanário de circulação nacional, publicou uma matéria intitulada "Meu pai é gay. Minha mãe é lésbica", tratando do aumento de "um novo tipo de família", constituído por *gays* e lésbicas "assumidos". São apresentados três modelos possíveis de acesso à parentalidade: 1) pais/mães que se "assumem" depois de um casamento heterossexual e

⁴⁹ Família Gay: a homossexualidade atinge a última fronteira. **Suigeneris**. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 40, 1998.

⁵⁰ Ser pai gay é fácil? **Gmagazine**. São Paulo, Ano II, n. 23, agosto 1999.

criam os filhos ao lado de novos(as) companheiros(as), 2) adoção e 3) lésbicas mães por inseminação artificial⁵¹.

Essas matérias, voltadas tanto para o leitor homossexual quanto a um público mais heterogêneo, dão uma idéia das diferentes estratégias em curso para a realização da parentalidade. Muito embora minha análise se concentre na situação de casos de adoção, o encontro no "campo" com alguns desses outros modelos de paternidade me permite sugerir algumas características que distinguem os diferentes modos de acesso.

Primeiramente me pareceu não ser por acaso que os pais adotantes se mostrassem mais solícitos em discorrer sobre suas experiências e participarem da pesquisa que os pais de filhos biológicos saídos de casamentos heterossexuais. Havia para estes um receio em falar de suas relações homossexuais, reservas que não foram aplacadas pela promessa de sigilo e anonimato feita pelo pesquisador. Mesmo que confraternizassem com amigos homossexuais em ambientes públicos destinados a esse fim, eles se mostravam preocupados frente à possibilidade de publicitação, em outros níveis, de sua identidade homossexual. Tais reservas estavam relacionadas à instabilidade do direito legal de relacionamento com os filhos, que lhes poderia ser cerceado.

Um relato que me chamou particular atenção foi o de um rapaz de uns 30 anos⁵², que se separou da agora ex-esposa logo após o nascimento do filho. Sua justificativa para a entrada no casamento foi justamente o desejo de paternidade. Também conversei com outro sujeito que apresentou relato semelhante (Edson); separou-se quando o filho tinha 1 ano de vida, contudo, não apresentava a mesma "razão prática" para o enlace matrimonial. A separação ou o divórcio após a geração de filhos parece ser de particular significância. Em primeiro lugar, o êxito na reprodução biológica pode estar simbolicamente confirmando a identidade de gênero masculina, levando-se em consideração que não é incomum que a identidade de gênero seja confundida, no senso comum, com a identidade sexual (PLUMMER, 1983; GROSSI, 1998). Gerar um filho acaba por "certificar" a virilidade, não só para o meio social como para si próprio. Alguns relatam que só tiveram sua primeira experiência homoerótica depois de já saídos do casamento, muito embora suas narrativas indiquem que o interesse pelo "mesmo sexo" lhe fosse anterior. A

⁵¹ Meu pai é gay. Minha mãe é lésbica. **Veja**. São Paulo, Ano 34, n. 27, jul. 2001. O texto se pauta numa atitude favorável à questão, apresentando os problemas pelos quais passam os entrevistados, além de opiniões favoráveis à adoção legal e conselhos de como a homossexualidade "deve" ser tratada com as crianças, texto dirigido tanto aos pais *gays* e mães lésbicas quanto aos pais heterossexuais.

⁵² Não o incluí no quadro de informantes, posto que apenas tivemos uma conversa numa mesa de bar.

percepção de um "desejo" por outros homens era então motivo para conflitos internos (que não deixavam de ser reflexo dos possíveis conflitos externos), e somente após passarem por um casamento heterossexual com filhos é que se sentiram relativamente seguros para realizar tais "desejos". Essa maneira de dar sentido à autobiografia não é fato novo, principalmente na literatura sobre bissexualidade. O que pretendo ressaltar é que novas pesquisas podem se beneficiar de resultados insuspeitos caso o casamento com uma mulher for analisado como uma estratégia de acesso à paternidade, seja ela consciente ou não. Nesse sentido, torna-se interessante submeter tais situações ao quadro explicativo proposto por Françoise Héritier (1989), que defende a tese segundo a qual o fulcro da dominação masculina assentaria na apropriação pelos homens da fecundidade feminina. Tal tese desdobra-se da análise levistraussiana da aliança, na qual um homem (enquanto representante do grupo) abdica da fecundidade de sua irmã/filha em favor da aliança com outros grupos.

Levando-se em consideração o fato óbvio de que o par homossexual masculino⁵³ não é procriativo, a geração de um filho biológico não pode prescindir da negociação da fecundidade feminina. Para tanto, uma alternativa possível seria "escamotear" essa negociação, rompendo com o pacto afetivo que se supõe na base do casamento. Outra seria explicitar os termos dessa negociação, transformando o encontro sexual num meio para um determinado fim, qual seja, um(a) filho(a). No meu campo encontrei dois homens que, reconhecendo-se como homossexuais, tornaram-se pais desta maneira⁵⁴. Tal modelo de acesso à parentalidade é o que mais propriamente pode ser qualificado como resultando de uma estratégia, pois exige uma ação calculada para um fim específico, e, mais importante, é assim conscientemente percebida. Ambos encontraram em amigas as parceiras para o acordo, elas também conscientes de seus termos. A gravidez de ambas foi descrita por eles como resultando de encontros sexuais sucessivos (não bastou um apenas, como eu ingenuamente imaginava), e acompanharam toda a gestação ao lado delas. Quando as crianças nasceram, eles se deram por satisfeitos e voltaram às parcerias homossexuais. O que tinha tudo para correr perfeitamente bem, no entanto, foi conturbado por um fator imprevisto: as emoções. Nos dois casos as mulheres se viram ressentidas com o fim da relação, alegando que se sentiram usadas. Mesmo sabendo do inevitável desenlace (segundo,

⁵³ Destaco aqui o par masculino em função das pesquisas em torno da reprodução lésbica, na qual o óvulo de uma recebe carga genética de outra e é fecundado por um "sêmen artificial" ("Começam testes para bebê de duas mães e sem pai" In: <http://www.glsplanet.com/cgi-glsplanet/archives.cgi?category=1&view=1.18.02-1.28.02>).

⁵⁴ Destaco que apenas um deles consta no quadro de informantes, já que o segundo não autorizou a utilização da conversa que tivemos.

repetido, a versão deles) elas alimentaram expectativas de continuidade do vínculo afetivo⁵⁵. Nesse modelo já se vislumbra o aparecimento de uma mudança no quadro das atitudes em relação à homossexualidade, já que o reconhecimento de si como homossexual aparece como anterior à consecução da paternidade e não se constituiu em impedimento à sua realização.

Outro modelo, e sobre o qual me deterei mais detalhadamente, também carrega esse traço diferenciador, mas se realiza na adoção. A paternidade destes foi apresentada por eles como a concretização de um desejo antigo, que, por motivos diversos, não pôde ser levado adiante. Sua realização se tornou possível por contingências que os colocaram em frente a mulheres dispostas a doar ou compartilhar seus filhos, exigindo que em questão de horas ou dias eles tomassem a decisão que mudaria o futuro de cada um. Nenhum deles teve dúvida sobre qual seria o caminho a tomar: "escolheram" ser pais. Cada qual acompanhou parte do período de gravidez, fazendo-se pai antes de a criança nascer. Alguns sequer sabiam o sexo do bebê até o nascimento.

A motivação em ser pai pôde ser acionada no momento em que certas contingências sinalizavam para a possibilidade de sua concretização, fazendo com que agissem na capitalização das mesmas. Para compreender tais contingências, é possível se inquirir sobre a motivação das mães ao doar ou compartilhar seus filhos. Durante a pesquisa não conversei com nenhuma dessas mães, mas a maneira como os sujeitos pesquisados as descrevem em suas motivações permite a sugestão de algumas hipóteses. Em primeiro lugar, as mulheres em questão não agiram segundo um mesmo padrão. De acordo com Bruno, sua amiga tinha a intenção de doar a filha, independentemente de quem fossem os recebedores. Portanto, Bruno não foi escolhido em função de sua preferência por relacionamentos homoeróticos. Já nos casos de Antônio e Carlos, as mães continuaram se relacionando com os filhos. A maneira como Antônio localiza socialmente a ex-funcionária, mãe de seu filho, dá indícios de que estaríamos diante do fenômeno descrito por Claudia Fonseca (1995) como "circulação de crianças". Pesquisando entre "classes populares" urbanas, a autora identificou padrões de transferência provisória de crianças que não podem ser avaliados segundo os ideais burgueses ou de "camadas médias" de conjugalidade e família⁵⁶. Sobre o contexto da "circulação de crianças" a autora esclarece:

⁵⁵ Situação que guarda alguma semelhança com o enredo do filme *Razão do meu afeto*. A personagem feminina do filme fica grávida do namorado e o deixa, dando espaço para o amigo *gay* cuidar dela e da filha que viria a nascer. Quando esse amigo passa a se envolver com um novo namorado, ela se vê frustrada e desiludida.

⁵⁶ Para uma síntese da visão de mundo e do *ethos* que definem as "camadas médias" como um segmento específico da sociedade brasileira urbana, ver Tania Salem (1986).

A mãe biológica quase nunca considera ter "abandonado" seus rebentos. [...] Mães que entregam os seus filhos a outros consideram que sacrificaram suas prerrogativas maternas em benefício destes; elas regalaram os pais adotivos com a graciosa presença de uma criança, assegurando ao mesmo tempo um contexto familiar decente para seus rebentos (FONSECA, 1995:36).

Caso proceda tratar-se aqui da vigência dessa lógica, a conjugalidade homoerótica de Antônio passa a ter particular relevância na disposição da ex-funcionária de compartilhar seu filho. De acordo com minha hipótese, uma motivação digna de relevância pode ser o fato de que a mãe em questão, ao compartilhar o filho com um pai homossexual, não compromete o seu lugar de mãe. A conjugalidade homoerótica do pai adotante oferece relativa garantia de que não haverá outra mulher ocupando o lugar de mãe, a ponto de fazer concorrência com a genitora.

Já as ações da amiga de Carlos, por sua vez, indicam claramente que o objetivo era fornecer um pai homossexual ao filho. Isto fica expresso pelo fato de que Carlos foi o segundo homem convidado a ocupar a posição, e tanto ele quanto o primeiro tinham um histórico de relações homoeróticas. E por que ela queria escolher um homem homossexual para ser o pai de seu filho? Sugiro que seria muito improvável que um homem heterossexual fosse aceitar esse tipo de convite, se levamos em consideração que muitos homens sequer reconhecem seus filhos biológicos. O pai homossexual, por sua vez, só tem a ganhar com o reconhecimento social que a paternidade lhe confere.

As circunstâncias em que Carlos se tornou pai deixam entrever mais nitidamente certas tendências na forma contemporânea de organização das relações familiares. Como sugere Marcela Iacub (1999), é aqui que a separação entre casal conjugal e casal parental torna-se mais evidente, em razão da intencionalidade dos atores envolvidos. As indicações dadas por Carlos sobre a mãe de seu filho inscrevem-na entre os segmentos urbanos intelectualizados, que na sociedade brasileira são apresentados como concentrando tendências modernizantes e de transformação dos costumes (VELHO, 1989; SALEM, 1986). Levando-se em conta que tais contextos são caracterizados pela recorrência de ideologias individualistas, a separação entre casal conjugal e casal parental acaba por permitir novas possibilidades de administração das relações familiares. Tal separação acaba resultando em maior estabilidade dos lugares do "pai" e da "mãe" em relação à criança, já que a parentalidade não se encontra dependente da conjugalidade. Tal quadro não é específico dos arranjos de co-parentalidade por adoção, posto que também pode ser encontrado entre as famílias recompostas. A diferença reside no fato de que

entre os primeiros tal separação se lhes é constitutiva, ao passo que entre as últimas parte-se de uma situação inicial na qual a parentalidade resulta da conjugalidade.

Na análise clássica de Lévi-Strauss, o casamento, enquanto instituição social legitimadora da prole, constitui-se de relações de reciprocidade, de mutualidade e de direito/obrigação (1996:67). As situações de adoção que investiguei mostram que é socialmente possível separar tais relações. A atribuição de direitos e obrigações em relação às crianças prescindiu da relação de mutualidade entre "pai" e "mãe". A relação de reciprocidade continua existindo, posto que fundamenta a co-parentalidade, mas não enquanto produtora de alianças. Como coloca Anne Cadoret (2000), na co-parentalidade a aliança é separada da filiação. Proponho que é pela lógica da dádiva, primeiramente sintetizada por Marcel Mauss (1974), que podemos compreender o tipo de adoção que venho apresentando.

Vínculos prévios já colocavam os sujeitos pesquisados em relação com as futuras doadoras, uma relação que tem sua qualidade alterada no momento em que a criança passa a vinculá-los, agora como pai e mãe. A ligação com a funcionária, a amiga de infância e a irmã da ex-namorada forneceu o universo relacional que possibilitou o acesso à parentalidade. A criança moveu-se através de canais ativados por relações de reciprocidade, ocupando o lugar de uma dádiva, e, como tal, alterando a qualidade do vínculo. Em contrapartida, o pai "convidado" retribuiu dando o "nome" para a criança, bem precioso em muitas sociedades. Segundo Hérietier, “o que assegura [à criança] a sua completa existência é a atribuição de uma identidade social reconhecida por todos, uma identidade marcada pelo nome que lhe dão” (2000:103). Jacques Godbout, na sua rica discussão sobre o fenômeno da dádiva, afirma que:

Pode parecer estranho que façamos da relação com os filhos um protótipo da relação de dádiva. Mas é assim de inúmeras maneiras. Antes de mais nada, o nascimento é uma dádiva. Dádiva de si próprio por excelência, dádiva da vida, dádiva original, motivando a relação de dádiva e a inclusão de todas as pessoas no estado de dívida, dívida da qual o mercado e certos psicanalistas querem nos libertar. [...] O início da cadeia da dádiva situa-se aí, para qualquer indivíduo, numa dívida que ele não pode assumir a não ser dando a vida por sua vez, o que estabelece o caráter fundamentalmente não diádico, não simétrico da dádiva (GODBOUT, 1999:51-2).

A dádiva da vida, dada pela mãe (e pelo pai biológico), e a dádiva do nome, dada pelo pai social, vinculam-nos à criança, e é através dela que ambos são vinculados. Na situação apresentada por Antônio, a mãe da criança foi sua ex-funcionária, a relação mais desigual dentre as três investigadas. Antônio distingue-se pela motivação de auxiliar financeira e materialmente a

mãe do menino que veio a ser seu filho, mas, ao mesmo tempo, deixou claro que a criança era o único motivo que os punha em relação. Tal motivação não foi apresentada explicitamente como uma obrigação mas, se tomarmos o filho como dádiva recebida, os "dons" à mãe podem ser interpretados como resultando da obrigação de retribuir, ou seja, como "contra-dons". No entanto, sua maneira de conduzir o ciclo de prestações, através de sucessivos auxílios, parece querer "compensar" a ex-funcionária pela dádiva recebida, talvez para não ficar em dívida e torná-la devedora, por sua vez. Dessa forma, parece querer dizer "você já não pode mais tirá-lo de mim". Godbout diz ainda:

[...] o filho é o ser a quem devemos tudo dar. Não só lhe damos a vida, como também ele é a única pessoa por quem afirmamos espontaneamente que estamos prontos a dar a nossa vida. [...] A dádiva ao filho é talvez a forma mais específica da dádiva moderna, e a dívida contraída, a mais difícil de assumir. O filho é a única pessoa a quem a sociedade moderna permite dar sem receber. É o deus da modernidade, o rei, aquele por quem se pode tudo sacrificar. Com qualquer outra categoria de pessoas, dar demais se torna rapidamente suspeito, estranho, anormal. O filho é a única transcendência que resta (1999:53).

Essa dimensão sacrificial assumida na relação com os filhos foi prontamente manifestada pelos sujeitos pesquisados. Mesmo que eles não tenham dado a vida (se bem que deram "vida social" às crianças), estão prontos a sacrificar a própria se preciso. Jacques Godbout chama a atenção para o valor central ocupado pela criança, processo também analisado por Philippe Ariès ao destacar os contornos e a densidade particular da família desde o século XVIII:

A família moderna [...] separa-se do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário dos pais e filhos. Toda a energia do grupo é consumida na promoção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças, mais do que a família (ARIÈS, 1981:271).

Efetivamente, a criança passa a ser o epicentro da vida desses pais, que não se ressentem disso. Talvez pela satisfação que acompanha tal transcendência⁵⁷.

Agora, voltando para as motivações subjacentes à paternidade, é através dela que deixam de ser filhos por sua vez, permitindo que se transformem em canais de transmissão (de posições sociais e valores). De certa forma, "liberam-se" do peso de uma dívida, qual seja, aquela contraída com seus próprios pais, e o fazem oferecendo-lhes os netos. Reestabelecem a linha de

⁵⁷ Godbout não deixa de assinalar o peso da dívida que carrega a criança moderna.

continuidade e ocupam o lugar de parceiros nesse circuito de dádiva que são as relações de parentesco. O dever para com a geração precedente é cumprido, situação que encontra sua contrapartida na felicidade dos agora avós. Na análise de Françoise Héritier (2000), oferecer descendentes é cumprir com o destino prescrito pela coletividade.

No entanto, tornar-se pai não foi para eles um processo auto-evidente e inequívoco, já que outras figuras masculinas surgiram como potencialmente conflituosas para o estabelecimento dessa posição.

4.2. Entre Homens: Quem é o Pai?

Antes de adentrarmos no conjunto de funções que caracterizam e definem a paternidade para os sujeitos pesquisados, uma rápida incursão na literatura antropológica permitirá tornar menos evidente o quadro dessas funções. De saída, a importância atribuída nos estudos clássicos à instituição denominada *avunculato* já nos permite um primeiro conjunto de reflexões. Grosso modo, o *avunculato* caracteriza os sistemas onde o irmão da mãe possui prerrogativas de autoridade sobre o sobrinho uterino. Entre as sociedades clássicas, pela importância dada a essa instituição, podemos situar o exemplo dos Trobriandeses, estudados por Bronislaw Malinowski em 1922. Entre esses nativos da ilha melanésia, o tio materno é tratado com respeito e temor, ao passo que o pai se caracteriza pelo tanto de afeição e cuidado que prodigaliza aos filhos⁵⁸. Os Trobriandeses também se tornaram famosos por supostamente desconhecem a paternidade fisiológica⁵⁹. A explicação nativa para o momento da concepção é congruente com o sistema matrilinear de parentesco, postulando que o papel do marido é "abrir caminho" através do ato sexual, permitindo a entrada de um espírito ancestral matrilinear e de, durante a gestação, "formar" o corpo da criança através de seu sêmen. De acordo com Marilyn Strathern (1995), nessa sociedade o par procriativo não é marido/esposa, mas irmão/irmã. Meu objetivo ao trazer essa discussão tem como propósito relativizar certas categorias ocidentais utilizadas para pensar a paternidade. Primeiramente, as atitudes que definem o ocupante dessa posição não são as mesmas em todas as sociedades, o que permite estabelecer que estamos a tratar de convenções sociais

⁵⁸ A partir destes dados, Malinowski (2000) apresentou uma importante crítica às teorias emergentes da psicanálise, fazendo ver que entre os Trobriandeses o complexo de Édipo relaciona a criança com sua mãe e seu tio materno.

⁵⁹ Para uma discussão detalhada sobre esta polêmica, ver Leach (1983).

culturalmente significadas. Em segundo lugar, a distinção entre as categorias genitor e *pater*, largamente utilizadas na antropologia como categorias analíticas⁶⁰ destinadas a diferenciar o pai fisiológico do pai social, é também fortemente marcada pelos valores da cultura dos antropólogos - e que Strathern (1995) chama de cultura euro-americana. Entre os trobriandeses não faz sentido distinguir entre genitor e *pater*, posto que a concepção não é atribuída a um momento fecundante.

Através desses exemplos já é possível perceber que o repertório de categorias analíticas de que dispomos para analisar a paternidade não é ainda satisfatório. Ao mesmo tempo, a adoção por homens que se relacionam conjugalmente com outros homens se constitui em um campo rico de possibilidades para o estudo da paternidade num plano comparativo mais geral, permitindo, talvez, uma complexificação das categorias de análise. Assim, para a escola estrutural-funcionalista inglesa, onde se erigiu a chamada Teoria da Descendência no estudo das relações de parentesco, a ênfase recai sobre a organização social de direitos e obrigações (DUMONT, 1975). Para essa teoria, a dimensão *jural* adquire um lugar de centralidade⁶¹. Para Radcliffe-Brown (1982), principal representante dessa escola, a categoria *pater* designa a pessoa socialmente reconhecida como "pai". A posição social *pater* diz respeito principalmente ao caráter legal, jurídico, socialmente sancionado da paternidade, principalmente pela preocupação dos antropólogos ingleses com as regras de transmissão de herança, propriedade e posição social⁶².

A caracterização do *pater* como pai social, no entanto, carrega consigo uma série de imprecisões. Primeiramente, supõe uma separação problemática entre fatos da Natureza e fatos da Cultura. Tal separação não leva em consideração que aquilo que chamamos Natureza é também um artefato cultural, ou seja, é dependente da inteligibilidade fornecida por sistemas simbólicos particulares. Decorre disso que aquilo que em teoria chamamos de social não é o mesmo que os modelos nativos tomam como social. Do ponto de vista teórico, toda paternidade, assim como qualquer dimensão humana, é social, isto é, é dependente do conjunto de significações socialmente construídas. Já da perspectiva dos modelos nativos, um "pai social" pode estar designando apenas um homem que não geriu seu filho, mas que está como pai para ele. O primeiro uso do termo "social" está relacionado com a dimensão inconsciente da atividade

⁶⁰ Como em Radcliffe-Brown (1982).

⁶¹ Louis Dumont, ao discutir os principais conceitos da teoria da descendência, demonstra que o aspecto *jural* das relações sociais é algo mais do que só legal ou jurídico. "Se trata, en suma, de relaciones que son el objeto de prescripciones precisas, formales, ya se trate de personas o de cosas" (1975:42).

⁶² Neste sentido, Radcliffe-Brown (1982) afirma que mesmo uma mulher pode ser considerada *pater*, a exemplo das mulheres estéreis Nuer, também objeto de reflexão de Françoise Héritier (2000).

simbólica, enquanto o segundo possui uma elaboração consciente pelos atores sociais. A relação entre as duas dimensões é complexa e a tarefa do analista consiste em explicitar algumas dessas conexões.

Tais reflexões se tornam necessárias quando nos pomos a pensar sobre o lugar ocupado pelos fatos qualificados como biológicos ou naturais na definição da paternidade. Claudia Fonseca (2001), ao analisar o impacto social das tecnologias de identificação genética, demonstra que tais técnicas apóiam-se na crença em "verdades biológicas". Françoise Héritier, em 1985, já ensinava que toda relação de filiação é, antes de mais nada, uma relação social: "todas [as sociedades] consagram a primazia do social – da convenção jurídica que funda o social – sobre o biológico puro. A filiação não é, portanto, jamais um simples derivativo da procriação" (HÉRITIER, 2000:102).

Fonseca, no entanto, mostra que atualmente o "biológico", como lugar do "real", vem adquirindo uma importância simbólica crescente. Segundo a autora, a confirmação de origens responde à "quimera da identidade pessoal moderna - tentando descobrir, através da investigação de suas linhagens sanguíneas, exatamente quem elas são" (FONSECA, 2001:15). Esta tendência, no entanto, ainda confirma a proposição de Héritier, já que o valor socialmente relevante vem sendo depositado nos fatos da biologia.

A situação particular do modelo de adoção investigado, como modo de acesso à paternidade, mostra instabilidades na sedimentação da figura do pai, colocando em jogo tensões que precisam ser constantemente negociadas. A primeira delas diz respeito justamente à consolidação da posição social como "pai", pela oposição ao "pai biológico". Ao lado dessa tensão, os sujeitos pesquisados também apontaram o marido da mãe de seus filhos como fonte de conflitos (que em nenhum dos casos se confunde com o "pai biológico"). Carlos relata a distinção feita pelo seu filho, que elabora essas figuras masculinas como definindo três tipos de pais: o "biológico", o "que cuida" e o "que dorme com a mãe". Concomitantemente, havia a questão de estabelecer qual seria a natureza do vínculo de seus parceiros com a criança. Essas três figuras masculinas não tiveram o mesmo peso para todos os informantes, mas, no jogo comparativo, mostraram-se potencialmente relevantes para compreendermos como cada um desses sujeitos se tornou "pai".

4.2.1. O "pai biológico"

Nas três situações os filhos sabem da existência de um "pai biológico". Os sujeitos pesquisados opõem-se a ele pela categoria "pai do coração". Também se autodesignam "pai verdadeiro", mas tal qualificativo carrega um potencial de contestação, principalmente por parte dos filhos adotados. Essa categoria surgiu no discurso das entrevistas, o que faz pensar que o fato de estarem sendo pesquisados estimulava uma retórica de auto-afirmação e valorização. Mas, na entrevista de Antônio, o filho, que veio ver “o que estava acontecendo”, acabou entrando na conversa. Pude perceber que essas categorias davam inteligibilidade para a relação pai-filho, pois eram utilizadas por Antônio no diálogo com a criança. Autodenominar-se “pai do coração” sugere que o vínculo construído pela afetividade resulta de um ato voluntário, opondo-se ao caráter compulsório e não intencional do vínculo “biológico”, sendo mais “verdadeiro” que este último. Para efeito dessas definições há, por parte dos pais adotantes, uma valorização dos aspectos volitivos implicados no exercício da paternidade. Mas, mesmo que se autodenominem "pais verdadeiros", as crianças põem em dúvida tal qualificativo. Carlos descreve assim o modo de pensar de seu filho:

[...] ele tem claro que tem um pai biológico, que ele não conhece. Algumas vezes, ele não tá mais em idade de fazer isso, mas algumas vezes ele me perguntou ‘tu conhece o meu pai de verdade?’, né, aí a [mãe] fica muito braba, porque ele se refere a essa coisa, ‘o pai de verdade’: ‘O teu pai de verdade é o Carlos, porque é ele que te cuida, tem o sobrenome dele’. (Carlos)

A figura do “pai biológico” não aparece com frequência nos discursos e, quando surge, possui uma identidade social indefinida, como alguém que "anda pelo mundo" (Carlos). É reduzida a imagem do macho procriativo, na falta de uma localização social que lhe dê contornos como pessoa (no sentido antropológico do termo). O fato de alguns desses genitores não constarem na certidão de nascimento (nos casos dos filhos de Bruno e Carlos) pode estar contribuindo para isso⁶³. Mas, mesmo que o genitor não possua existência jurídica, sua força simbólica se mantém através da categoria nativa "pai biológico".

⁶³ Há que se considerar a importância do "nome" para a confirmação de paternidade. Recentemente foram divulgados dados do IBGE indicando que um terço da população não tinha o “nome do pai”, estimulando programas de TV e reportagens a debater a “gravidade do problema”. Que se pese o duplo sentido que carrega a expressão “filho da mãe”.

Vale trazer para esta discussão a análise da paternidade realizada pela etnóloga e psicanalista francesa Geneviève Delaisi de Parseval, quando ela afirma que havia⁶⁴ um dogma ocidental em matéria de parentalidade: o ponto certo era a mãe, quanto ao pai, havia sempre dúvida (1986:14). Esse dogma resultaria na definição da mãe como aquela que procria e do pai como aquele que cria, indicando que a ação fundadora da paternidade seria "assumir" o filho, remetendo-nos ao padrão romano de reconhecimento da descendência e inclusão social. A maneira como os sujeitos pesquisados se comparam com o genitor dos filhos se faz através da oposição entre "fazer" e "criar" uma criança. No interior dessa oposição, o elo entre os dois momentos ainda é realizado pela ação motivada do homem que "assume" seu filho, reconhecendo-o como tal⁶⁵. Como dizem, "fazer é fácil, difícil é criar". Mas, se voltarmos a análise para o referencial da dádiva, o "pai biológico" ainda é aquele que deu o dom da vida. O potencial de conflito que essa figura carrega também parece indicar um temor não verbalizado, o de que um dia ele possa vir a reclamar sua "dívida".

Do ponto de vista das crianças, dado a saber pelo discurso dos pais adotantes, a figura do "pai biológico" é investida de importância no que tange ao conhecimento das "origens", com o poder de preencher uma lacuna da identidade social dessas crianças.

4.2.2. O marido da mãe

Há também, na consolidação do "pai", uma preocupação em restringir a influência do companheiro da mãe sobre a criança. A prerrogativa da autoridade e disciplina é do "pai", e ingerências "externas" nesses assuntos podem gerar situações de tensão entre os informantes e as mães das crianças. Antônio, referindo-se ao marido da mãe da criança, afirma: "Ele não é nada do meu filho". Contou que no início (quando o garoto tinha em torno de 3 anos), a mãe dizia para o filho que Antônio era o "pai um" e que o companheiro dela era o "pai dois". Antônio descobriu e foi contra, "pai só tem um, e sou eu". Proibiu-a de fazer comparações. Considera que o marido da mãe nem pode ser chamado de "padrasto". Esse tipo de conflito com o marido da mãe também me foi descrito por Edson e alimentava as tensões com sua ex-esposa (Edson não possui o direito

⁶⁴ Utilizo aqui o pretérito, mas a análise da autora foi feita no tempo presente, já que seu texto é do início da década de 80, portanto anterior às novas transformações.

⁶⁵ Ainda na análise de Fonseca (2001), as decisões judiciais que se fundamentam nos testes de DNA apenas obrigam que certos pais "assumam" seus filhos, atualizando o mesmo princípio.

de acesso à casa da ex-esposa, onde mora o filho). Relata um episódio no qual a ex-esposa solicitou ao namorado para que a ajudasse com o filho, que estaria "muito mal-educado com ela". Edson estava fora do país na época e soube do ocorrido através da ex-esposa, que ligou para ele queixando-se do filho. Ela lhe contou, e mais tarde o próprio filho também o fez, que o tal namorado quase agrediu o menino. Edson não concordou com a decisão: "eu sou o pai do menino, o [namorado da mãe] não é nada do meu filho". Essa e outras situações sugerem que o lugar de autoridade e disciplina não é facilmente delegável, como se tais funções definissem, afinal, quem é o "pai".

Por outro lado, é possível comparar tais situações com as vividas por casais heterossexuais que se separam, reorganizando-se em novos arranjos conjugais e formando as chamadas "famílias recompostas" (CADORET, 2000; UZIEL, 2000). Apesar das semelhanças aparentes, é preciso levar em consideração que, na situação hipotética de um casal (homem e mulher) que tiveram filhos e se separaram, o "pai" guarda uma vantagem em relação a um possível novo companheiro da mãe: ele é também "pai biológico". Entre os pais homossexuais adotantes, a "concorrência" com o marido da mãe se alimenta da "artificialidade" que os primeiros já carregam por não serem os genitores⁶⁶. Os sujeitos pesquisados têm a seu favor o fato de serem os provedores materiais da criança, traço importante para definir a paternidade no contexto social brasileiro.

4.2.3. O companheiro do pai

No que tange ao lugar dos parceiros dos pais, eles também foram descritos como potenciais fontes de conflitos. O companheiro de Antônio ocupa o lugar de "tio" ou, para utilizar uma expressão do menino, de "melhor tio do mundo". Não interfere nas decisões de Antônio, e suas atitudes são marcadas por uma maior permissividade em assuntos de disciplina e regras. Por exemplo, se Antônio não permite que o filho diga "palavrões", o "tio", por sua vez, empresta as

⁶⁶ Quando me refiro à "artificialidade" do pai adotante, estou falando das concepções nativas. Pelo fato da paternidade por eles vivida não ser apresentada como auto-evidente, fazendo com que venha acompanhada de justificações, defesas e retóricas de auto-afirmação, é possível inferir tal traço. No entanto, eu próprio tive que controlar meus julgamentos e pré-conceitos na análise dos significados que os pais adotantes dão para sua paternidade. Por vezes me inquietavam os relatos nos quais se punham numa posição de superioridade em relação à mãe das crianças. Pensava eu: "como eles, que chegaram 'depois', puderam não só se equivar às 'mães biológicas', como ultrapassá-las em certas prerrogativas". Trago tais reflexões para que o leitor possa compreender melhor o caminho de minhas interpretações, participando do tipo de controle que exerci sobre minha subjetividade.

orelhas para o menino dizer seus improperios. Nos passeios ao *Shopping Center*, o "tio" permite que o menino brinque por mais tempo nos jogos eletrônicos, dando-lhe uma margem de liberdade maior do que aquela que o "pai" lhe dá. Este último está longe de ser autoritário ou inflexível, mas se preocupa em estabelecer os limites que considera adequados à boa educação do filho. E, nesse sentido, Antônio e seu companheiro fizeram propositadamente tal distribuição de funções. Dessa maneira, eles permitem que a criança encontre um lugar de refúgio e de liberdade, de tal sorte que os limites estabelecidos pelo "pai" não sejam deslocados com muita frequência, mantendo assim sua dimensão de necessidade e inevitabilidade.

Se, nesse caso, a distribuição de papéis conseguiu chegar a um bom termo, no caso de Bruno houve a explicitação de um conflito. A tensão em torno da possibilidade de a filha também reconhecer o seu companheiro como "pai" fez com que o relacionamento entre eles fosse definitivamente rompido⁶⁷.

[...] claro que ele não cuidava dela, quem cuidava era eu, né. Depois ele começou assim, depois que ela teve dois aninhos de idade que ele começou a... que ele começou a ver ela... assim como é que eu posso te dizer... começou a ver que essa criança era mais forte pra ele também, entendeu. Não era só uma criança pra ele, e isso me... é... deixou um pouco confuso na época, porque eu sou um pouco egoísta [...] era difícil pra mim dividir ela, e eu comecei a ter um pouco de conflitos com ele. (Bruno)

O que os diversos casos demonstram é que há uma tendência por parte dos pais homossexuais a estimular relações autônomas dos filhos com seus companheiros. No entanto, quando o companheiro tenta transformar a relação com a criança numa relação filial, instaura-se um conflito com o "pai". Tal arranjo difere daquele posto atualmente em prática em países como a França, no qual o filho "amarra" o par conjugal homossexual (DUBREIL, 1998). Não encontrei em minha pesquisa representantes do modelo em que a adoção resulta de um projeto do casal, situação que, segundo Cadoret (2000), carrega um potencial de mudança maior na produção de configurações familiares e de atualização das regras de filiação. No Brasil, parece relativamente mais fácil para um homossexual realizar a paternidade sozinho, já que pode contar com o apoio de sua rede de relações, principalmente na família (a maioria relatou uma atitude solícita de suas respectivas mães para ajudar na criação dos netos). Por outro lado, torna-se mais prudente colocar o companheiro como um "auxiliar" na criação do(a) filho(a), para que, numa eventual dissolução

⁶⁷ Tomei conhecimento, através de um amigo do casal, que o relacionamento entre eles já não ia bem antes de Bruno adotar a filha. Mas, na sua entrevista, Bruno dá destaque ao conflito gerado pela possibilidade de ambos serem reconhecidos como "pai" pela menina.

do par conjugal, não se tenha que recorrer ao sistema judiciário para deliberar sobre questões de guarda. A falta de uma legislação/jurisprudência adaptada para a solução de conflitos envolvendo casais homossexuais pode pôr em risco o direito ao exercício da parentalidade de ambos. Tanto mais se levarmos em conta a ilegalidade da chamada "adoção à brasileira" que, se levada a juízo, pode comprometer os direitos do pai adotante. Por tudo isso, afigura-se mais prudente manter o companheiro numa relação não-parental em relação à criança, pois, numa eventual disputa por guarda, podem ambos acabar perdendo.

É provável que a fase crítica das tensões no estabelecimento seguro de "quem é o pai" esteja relacionada com o desenvolvimento da criança nos primeiros anos da infância. Carlos não relata nenhum conflito dessa ordem porque, no seu caso, o genitor reside em outro país, a mãe da criança somente veio a ter um companheiro constante recentemente, e porque ele próprio não teve nenhum relacionamento estável o suficiente para que pudesse representar uma "ameaça" ao seu lugar de "pai".

A importância por eles alocada nessas figuras masculinas sugere que a constituição de relações de parentesco, e seus significados possíveis, parecem impor-lhes um modelo de paternidade que não comporta partilha, ou seja, a figura do "pai" é uma posição que se supõe deva ser ocupada apenas por uma pessoa. As prerrogativas que aparecem como menos compartilháveis referem-se ao exercício da autoridade, do estabelecimento de limites e do disciplinamento das crianças. O papel de provedor da família também aparece como atributo exclusivo do "pai". A esfera do cuidado também ganha destaque no relato que fazem de sua paternidade, mas tal função não recebe valor diacrítico na definição do "pai". A dedicação nas atividades cotidianas das crianças - o preparo das roupas, da comida, as brincadeiras, etc. - são tidas como um "acúmulo" de funções.

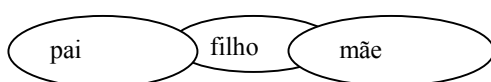
A paternidade, portanto, vai se constituindo no contexto dessas relações. E é esse contexto que deve ser tomado como referência para pensarmos os contornos da família.

4.3. Contornos da Família e Relações de Parentesco

A variedade das formas possíveis de organização familiar figura entre os fatos mais documentados pela pesquisa antropológica. A amplitude dessa diversidade permitiu relativizar a abrangência e a aparente naturalidade do ideal nuclearizado de unidade familiar. Também as

pesquisas em sociedades urbanas industrializadas nos mostram que o conjunto pai, mãe e filhos vivendo harmonicamente sob o mesmo teto consiste num ideal, que, como tal, só raramente encontra realização plena. Portanto, a maneira como os sujeitos pesquisados se pensam em família, se de um lado não segue o ideal heterossexual burguês de família, por outro acompanha a heterogeneidade já inscrita na ordem social.

No universo investigado, as crianças mantêm um vínculo com as mães, seja morando com elas, visitando-as regularmente ou conversando ocasionalmente pelo telefone. Quando as crianças moram com o pai, eles estimulam a manutenção do vínculo com a mãe, que é caracterizado como um benefício para os filhos. No entanto, uma proximidade "excessiva" dos meninos junto à mãe é avaliada negativamente, atitude que, todavia, não pode ser tomada como sendo exclusiva desses pais⁶⁸, mas que aponta para uma tendência de eles tentarem manter uma relação contínua e mais próxima com os filhos⁶⁹. É recorrente que se refiram à “mãe do **meu** filho”, reivindicando uma certa exclusividade (posto que não é “nosso”) e precedência sobre a criança. Antônio não se opõe aos contatos do filho com a mãe e até os estimula, mas atribui a si mesmo maior competência para saber o que é melhor para o garoto. A proximidade com a mãe é mantida porque acredita ser melhor para o filho e não por considerações que digam respeito a ela⁷⁰. Essa proximidade da criança com a mãe, no entanto, não implica que pai-filho-mãe sejam considerados, juntos, como formando uma família. Os critérios para definir seus contornos podem variar de acordo com a perspectiva, evidenciando sua relatividade contextual.



⁶⁸ A literatura psicanalítica e antropológica é farta em discussões e exemplos sobre a natureza crítica da relação do menino com o universo feminino através da mãe, fato evidenciado no tom dramático de certos ritos de passagem para o universo masculino adulto (HERDT, 1984; BADINTER, 1993).

⁶⁹ O filme americano *Sobrou pra você* retrata uma situação com feições semelhantes. A personagem vivida por Madonna se diz grávida do amigo *gay*, com o qual teve uma relação sexual movida pelo "clima" de uma situação envolvente. A criança nasce, e o amigo, vivido por Rupert Haverett, passa a viver com ela e assumir todas as funções de pai. Com o tempo ela encontra um namorado e o amigo vê sua situação ameaçada, entrando com um processo judicial contra a mãe. Aí descobre que não é o "pai biológico" do filho e perde a causa, para sofrimento de todos. Ao final, a mãe contraria a decisão judicial e permite que o amigo continue vendo o filho.

⁷⁰ Neste caso há também um recorte de classe atuando na avaliação de Antônio, deixando entrever o contraste de dois mundos, nos quais o filho pode ter diferentes significados. Como meu enfoque estava centrado no pai, não pude explorar esta tensão entre diferentes visões de mundo, nos quais a criança pode ocupar diferentes lugares sociais e simbólicos.

Se considerarmos o pai adotante como ego, a família consiste nele e seu filho – a mãe da criança é excluída das definições nativas. Pai e mãe estão vinculados à criança, mas não se vinculam entre si, quando se está a falar de família. A inserção do companheiro do pai homossexual nesse contorno dependerá do contexto da argumentação. Conversando comigo, eles podem afirmar que o companheiro e o filho constituem a sua família, mas para outros sujeitos sociais podem restringir essa definição apenas ao filho. O que está em jogo é a possibilidade de explicitação ou não da natureza afetivo-sexual do vínculo com o companheiro. Nesse sentido, a paternidade como um projeto individual torna frágil a situação dos parceiros desses pais, na medida em que se envolvem emocionalmente com as crianças ao mesmo tempo que podem ser afastados delas a qualquer momento, como na situação descrita por Bruno⁷¹.

Mas, se pai-mãe-filho não formam, juntos, uma unidade familiar, as relações de parentesco continuam sendo traçadas através da figura do par procriativo, mesmo que, como é o caso da co-parentalidade por adoção, não o tenha sido de fato. As relações de parentesco nas quais a criança é reconhecida são traçadas através do pai adotivo e da mãe. Ou seja, a filiação é realizada pela atualização do princípio da diferença sexual. É preciso destacar que grande parte da controvérsia em torno das "famílias gays" reside sobre esse ponto. Pelo menos do ponto de vista formal, a modalidade de adoção realizada pelos sujeitos investigados não contraria nem se opõe às regras vigentes no sistema de filiação da sociedade brasileira, que consiste no reconhecimento indiferenciado das linhas agnática e uterina. Na França, a importância dada ao reconhecimento da diferença sexual se tornou a *pedra de toque* contra a regulamentação da filiação homossexual (GROSSI, 2000).

Ao contrário do que está sendo posto em debate no contexto francês, não me deparei com nenhum modelo que colocasse em jogo um princípio de exclusão ou que propusesse duas linhas agnáticas (esta última proposta seria, por si só, irrealizável do ponto de vista legal). A maneira como os pais adotantes descrevem a vinculação de seus filhos com o "tio" e com a parentela dele revela a existência de um princípio inclusivo, muito embora com certas restrições. Antônio, por exemplo, comentou que seu filho tinha seis avós, a saber, os pais da mãe, seus próprios pais e os pais do companheiro. No entanto, a maneira imprecisa com que descreveu a relação da criança com os últimos não deu indícios de que se traduziria em categorias de parentesco. O convívio com os pais do companheiro cria vínculos afetivos entre eles e a criança,

⁷¹ A minha afirmação de que existe um envolvimento emocional parte da observação do cotidiano doméstico de

mas eles não são socialmente reconhecidos como "avós". Bruno também relatou uma proximidade afetiva de sua filha com os pais do companheiro, na época em que estavam em conjugalidade:

A [filha] gosta muito deles [dos pais do companheiro], gostam muito dela, só que... assim... eles não tratam ela como um membro da família. Não declaradamente. Mas aquela de amor, com certeza sim, eles têm como um neto (Bruno).

"Ter como" e "tratar como" parece estar indicando uma assimetria entre o sistema de atitudes e o terminológico. Tal situação está relacionada com o estatuto da parceria homossexual e com o lugar do companheiro em relação à criança. No que tange às possibilidades de expressão social da conjugalidade homossexual, ela se encontra constantemente submetida a estratégias de negociação. Nas situações descritas, os pais dos companheiros sabiam do conteúdo erótico/afetivo que punha o filho em relação com outro homem. No entanto, saber não é o mesmo que reconhecer, no sentido de dar legitimidade. Portanto, a vinculação estabelecida no nível das atitudes não vem acompanhada de um tratamento simétrico no plano terminológico, já que a posição ocupada pelo parceiro do pai adotante não teve, nos casos pesquisados, poder de inscrição genealógica. Mesmo que a categoria "tio" tenha sua origem no sistema terminológico de parentesco, ela não cria relações da mesma maneira que as categorias "pai" ou "mãe". Os parceiros homossexuais não gozam do *status* de afins, indicando que a parceria homossexual não põe em obrigação famílias, mas apenas indivíduos (dependentes de ritos de confirmação periódicos)⁷². Assim, mesmo que se refiram à conjugalidade homoerótica como um "casamento", essa conjugalidade não se mostrou, pelo menos no universo investigado, com o poder de produzir alianças. Mesmo que possam ser identificados ciclos de prestação de um indivíduo para com a família de seu companheiro, eles não são suficientes para representar algum tipo de coercitividade na manutenção do par, tendo em vista a facilidade com que podem ser interrompidos tais ciclos⁷³.

Antônio e do relato dele e de outros pais sobre seus parceiros.

⁷² É preciso ressaltar que alguns estudos sobre família e relações de parentesco no Brasil identificam uma maior importância dada às relações marcadas pelo signo da consangüinidade, através de práticas que resultam num aumento da solidariedade baseada no "sangue".

⁷³ Antônio contou-me, numa de nossas conversas, que há alguns anos seu companheiro pediu a individualização da conta bancária, que era mantida conjuntamente. Para Antônio, tal decisão indicava que o relacionamento não ia bem, e se queixou à irmã do companheiro. Contrariando todas as suas expectativas, ela se mostrou indiferente à sua indignação, frustrando sua busca por apoio.

Da mesma forma, a relação de conjugalidade não é facilmente reconhecida como suficiente para caracterizar uma família. A noção de família que os informantes evocam põe a criança num lugar de centralidade. É o(a) filho(a) que cria e dá sentido à família. Ao contrário do contexto pesquisado por Kath Weston (1991), a comunidade *gay* de San Francisco, na qual os amigos formam as *families we choose*, é principalmente através do vínculo da filiação que se torna possível instituir uma família e, principalmente, transcender a própria posição enquanto filho. Carlos narra um evento para o qual foi convidado – a festa de bodas de casamento de uma tia materna – em que foi feito um convite para sua irmã, o marido e o filho e outro para seu pai, mãe, irmão e ele próprio. Pelo fato de não estar casado, Carlos (assim como o irmão) ainda era percebido como englobado pela família de origem, a despeito dos seus 44 anos de idade e de já morar fora de casa desde os 14. O seu relato deixa transparecer o desconforto com esta situação. Fez questão de ir à recepção com seu filho, inclusive dispensando a companhia da mãe do menino. A presença do filho, e só dele, foi uma declaração pública para a família extensa de que ele próprio havia constituído sua própria família. Curiosamente, é nessa declaração de "independência" que também se processa uma atualização das relações de parentesco, permitindo uma aproximação sob outras bases. Tanto os pais quanto a parentela mais extensa de Carlos sabiam de seus relacionamentos homoeróticos, principalmente porque ele fez algumas declarações públicas à imprensa sobre o fato.

Por vezes o conhecimento tácito substitui a necessidade de nomeação das relações conjugais homoeróticas, como no caso de Bruno:

A minha mãe é aquela coisa, ela aceita hoje, no início ela sofreu um monte. Ela não aceitava, ela disse "ah meu filho, eu queria morrer, mas eu queria te ver casado", ela dizia, e isso me martelava, eu sofria também muito. E depois ela começou a perceber que eu não era aquilo que ela... eu comecei a me relacionar com ela, uma coisa mais, eu fiquei mais ligado a ela, por essa questão de sofrimento dela, eu fiquei mais... como é que eu posso te dizer, mais junto dela, eu comecei a perceber mais ela, comecei a me unir mais a ela. Não que, eu nunca cheguei pra ela "eu sou homossexual", eu nunca fiz isso, só se ela me perguntar. O dia que ela me perguntar eu farei isso. Mas ela nunca chegou pra mim e falou isso. Depois de alguns anos ela começou a aceitar a situação, ela começou a aceitar, aceitar. Veio a [filha], ela começou a ver a minha atuação como pai, daí ela começou a perceber que eu não era pior que os outros, eu era igual. Eu tinha uma vantagem de ser uma pessoa... ela viu... eu tinha uma vantagem em cima dos outros, porque os meus irmãos não sabem fazer nada com uma criança (Bruno).

Essa parece ser a estratégia mais comum no relacionamento com a família de origem, e mais ainda quando se trata da parentela extensa. Mesmo que a questão seja do conhecimento dos

familiares e parentes, falar sobre o assunto pode ser motivo para instauração de conflitos. Nessas situações a presença de um filho adquire particular relevância. Como me disse Gustavo, seus pais “engolem cobras e lagartos para verem a neta”. A alegria gerada pelos netos compensa ou, se não tanto, minimiza as frustrações com o destino que haviam planejado para os filhos; em outras palavras, em não se tendo uma nora, pelo menos têm-se os netos. Todos relataram a grande satisfação com que seus pais "exibem" socialmente os netos e netas.

De certa forma, a paternidade sobrepõe-se à "homossexualidade" no conjunto da identidade social dos sujeitos encontrados. Da perspectiva da análise sociológica do comportamento desviante, a paternidade reduz a força estigmatizante do comportamento homossexual (ver GOFFMAN, 1988). Para além das relações com os pais e/ou a parentela extensa, "assumir" a paternidade introduz um novo elemento na fórmula de cálculo que acompanha "assumir" uma identidade homossexual.

4.4. Pais "Assumidos": Negociando a Identidade Social

A categoria "assumir" possui, no contexto de discussão da identidade homossexual, grande importância social e política. Historicamente as "políticas de identidade" promovidas pelos movimentos de militância homossexual atuaram significativamente na transformação de rotulações negativas e estigmatizantes em identidades positivamente valoradas. Na sociedade norte-americana tal movimento ficou conhecido como *coming-out*, expressão que no Brasil tem sido traduzida como "saindo do armário". Esse sentido dado ao termo já indica em que consiste: expor-se, posicionar-se publicamente, explicitar-se, desvelar um segredo. Assim como no *coming-out*, "assumir-se" conota uma ação voluntária de tomada de posição no mundo. Da perspectiva da antropologia sabemos que tais posições possuem uma preexistência em relação ao indivíduo que a ocupa, conformando portanto as possibilidades de existência social disponíveis. Tais posições certamente são também alvo de disputas políticas dentro de contextos sociais específicos, demandando negociações e predispondo ao conflito. Afirmar publicamente uma identidade homossexual obedece a um cálculo de benefícios e prejuízos, o que faz tal decisão depender de condições extremamente circunstanciais, e o filho é um importante elemento levado em consideração nesses cálculos. Apresento na seqüência os contextos de relações mais

significativos para pensarmos sobre a fórmula de cálculo que constrange a publicitação de relações homossexuais.

As conversas que estabeleci com os pais que foram casados e tiveram seus filhos em relacionamentos heterossexuais me permitem estabelecer uma primeira diferença em relação àqueles que os adotaram. Os primeiros possuem uma preocupação fundamental com a guarda dos filhos, e a posição desses pais em relação às crianças aparece como desigual se comparada com a posição das mães. "A homossexualidade", nesses casos, surge como uma variável susceptível de ser utilizada contra as pretensões de contato mais estreito com seus filhos⁷⁴. Tanto mais quando a separação ou divórcio do casal desperta ressentimentos na ex-esposa, predispondo-a para manipular "a homossexualidade" de seus ex-maridos, na medida em que tal dimensão ainda é susceptível de depor contra eles. Nessas situações, a expectativa de que a nova escolha sexual-afetiva possa sofrer esse tipo de manipulação constrange alguns a ocultar das ex-esposas suas relações homossexuais. Cheguei a conhecer um militante da causa homossexual que ocultava essa dimensão de sua vida à ex-esposa !

Mas a negociação do ocultamento não se submete sempre à mesma fórmula de cálculo. O professor universitário Edson, pai "biológico" de um menino de 8 anos, divorciou-se quando o filho tinha 1 ano. Em razão da exposição pública decorrente da atuação como professor, resolveu não fazer segredo de sua identidade sexual a fim de não ficar vulnerável às manipulações alheias. Justificou que ao se "assumir" ficaria livre de possíveis chantagens em relação à sua vida pessoal. Assim, desde cedo decidiu falar com o filho sobre o assunto, antes que alguém o fizesse em seu lugar. No entanto, a maneira como o filho vai tomando conhecimento dessa dimensão da vida do pai ocorre de maneira gradual e sutil. Nesse caso, o filho desenvolveu uma relação de amizade e cumplicidade com o companheiro do pai, com direito a ciúmes do pai quando o menino ligava para falar com o "tio". A sutileza com que trata a questão, por outro lado, acresce-se da inteligência e sagacidade do filho em perceber com naturalidade do que se está a tratar⁷⁵. Edson

⁷⁴ A revista *Época*, em matéria sobre os direitos conquistados pelos homossexuais, avalia que a maior parte das decisões judiciais ainda são pautadas pelo preconceito: "o artista gráfico Franklin de Paiva Netto, filho do presidente da LBV, José de Paiva Netto, foi proibido de visitar o filho, por seis meses, depois que se separou para assumir a homossexualidade - o juiz o via como uma 'influência nociva'. Depois, conversas, só na presença da babá" (14.01.2002, p.34).

⁷⁵ A revista *G Magazine* descreve o relato de um pai "biológico" tentando contar ao filho de 12 anos que era *gay*: "Levei-o à praia, para passearmos e eu me abri. Andei quilômetros, ficamos cansados, paramos naquelas barraquinhas de água-de-coco e eu nada de entrar no assunto. Quando, enfim, dei uma respirada mais forte e ia abrindo a minha boca, ele viu uma lanchonete e quis comer um hambúrguer. Entrei, pedimos e, quando estávamos

conta que em certa ocasião, quando saíram ele, o namorado e o filho para passear de carro, o menino teria percebido dois homens no carro ao lado. Naquele momento interpelou-os: "Papai, tem casal de homens?". Ao que Edson respondeu: "Casal é dois". Mais tarde a ex-esposa teria ligado indignada porque o filho saiu dizendo que existem casais de homens e casais de mulheres. Uma indignação que, no caso, deixa entrever que a homossexualidade pode ser mais problemática para adultos do que para crianças.

Já entre os pais adotantes não ocorrem conflitos dessa ordem com as mães dos filhos, pois as relações homossexuais deles já eram do conhecimento delas quando eles se tornaram pais. Pelo menos no caso de Carlos tal característica parece ter sido um pré-requisito para a escolha e o convite de sua amiga, já que o primeiro "candidato" a pai também mantinha relações homoeróticas.

A questão que se coloca de maneira mais premente para os pais adotantes é quando dar ao filho o conhecimento de suas relações. Também Carlos se distingue dos demais por possuir uma exposição pública de sua vida mais pessoal, e em uma dessas aparições - numa revista de grande circulação - justamente por causa da homossexualidade. Nessa ocasião comprou exemplares da revista para o filho e o sobrinho.

Falar para o filho que o pai tem relações homossexuais, no entanto, não é uma questão que se resolve com uma conversa. Principalmente quando os termos "viado", "bicha" ou "guei" são utilizados como categorias de acusação nos grupos etários de meninos e rapazes. Na dinâmica de aquisição e manutenção da masculinidade, tais categorias são utilizadas para hierarquizar, "feminilizando", os adversários em disputa por capital simbólico (VALE DE ALMEIDA, 1996 e 1998; WELZER-LANG, 2001). Por essa razão, Carlos precisou lidar com um processo gradual de diálogos com o filho e o sobrinho, às vezes para convencê-los de que o pai/tio "era gay mesmo", já que eles viam que Carlos não se encaixava nos estereótipos do homossexual efeminado trazidos do convívio com os colegas de escola.

Nós tínhamos conversado já sobre essas coisas de ser gay, mais de uma vez e tudo mais. Um dia eu entrei no banho, tava no box tomando banho, ele [o filho] ficou no chão do banheiro e pegou um vidrinho que tenho alguns brincos. Eu tenho orelha furada e algumas vezes eu uso, tem sido cada vez menos constante, eu não me acho bem, sei lá, é um adereço que já passou. Ele pegou a tal coisinha, despejou no chão. Eu não vi isso porque eu tava dentro do box, e quando eu abri pra sair do box ele tava com uma

saindo, disse na lata: 'Pai, você está fazendo tanta onda comigo hoje só pra me dizer que é gay? Qual é, hein?' Bom, meu refrigerante foi parar no chão...' (1999:68-70).

joiazinha [...]. Ele disse assim "Mas tu é gay mesmo", colocou no chão, saiu do banheiro e não voltou. (Carlos)

Carlos quis aproveitar a situação para conversar mais sobre o assunto com o filho, mas não conseguiu ir adiante. Carlos tem também um histórico de namoros com mulheres, fato que, sendo do conhecimento do filho, é fonte adicional de dúvidas.

Antônio, por sua vez, preferiu não tocar no assunto com o filho; ele acha melhor esperar que o garoto tome a iniciativa. Mesmo assim, o filho não é totalmente alheio à relação conjugal do pai. Antônio comenta uma conversa que teve com ele em que manifestava seu desejo de vê-lo casar e de lhe dar netos, quando o filho teria dito que "arrumaria um sócio e adotaria uma criança". Exatamente como o pai fez! A categoria "sócio", além de permitir uma justificativa socialmente "aceitável" para o vínculo entre Antônio e seu companheiro, já que são efetivamente sócios num restaurante, transformou-se também em metáfora para posições na rede de parentesco, pelo menos da perspectiva da criança. Para o filho de Antônio, a categoria "sócio" permite perceber o "pai" e o "tio" como estando em relação⁷⁶. Afora este tipo de percepção, Antônio tem para si como certo que o conhecimento do conteúdo sexual da relação que tem com seu companheiro será fonte de conflitos para o filho, temendo uma reação negativa. Tal temor ficou evidente para mim numa de minhas visitas. Estávamos almoçando eu, Antônio e seu companheiro, quando este último me solicitou uma cópia da fita com a entrevista de Antônio. Ao se justificar, disse que a entrevista serviria de "prova do amor de Antônio pelo filho". A postura cautelosa adotada por Antônio, esperando que o filho toque no assunto, é respaldada pela psicóloga que os acompanha⁷⁷.

Bruno já se apresenta mais tranqüilo na maneira como diz conduzir a relação com a filha de 5 anos. Procura não ocultar o fato de namorar com homens, descrevendo a reação da filha como de "naturalidade". Ressalta que ela convive com um conjunto diversificado de pessoas, que, dessa forma, lhe possibilitam outras referências no que tange às formas de namoro.

⁷⁶ A carga semântica ampliada que tal categoria assume no caso de Antônio está referida também ao domínio religioso. Quando acompanhei Antônio e seu filho ao culto religioso de orientação católico-carismática, ouvi o padre afirmar que "Deus é um sócio fiel". Não tive oportunidade para avaliar o impacto dessa utilização da categoria "sócio", mas a situação por mim presenciada evidenciou as possibilidades de sua utilização.

⁷⁷ A questão é por demais delicada para que se julgue aqui a atitude tomada por Antônio. No entanto, a sua maneira de conduzir a situação, me parece, pode desembocar naquilo que na psicologia se conhece como "profecia auto-realizável". Ou seja, a crença de que o filho não compreenda a relação homossexual do pai pode fazer com que isso realmente venha a acontecer. A revista *Veja* (11.07.2001) deu destaque para a questão na sua matéria sobre o assunto, recomendando que os pais/mães não façam segredo das relações homossexuais aos filhos.

Na relação com "estranhos", avaliam se um possível interlocutor curioso tem ou não condições de compreender seus arranjos familiares. A ausência da mãe no núcleo doméstico, quando é dada a saber, desperta questionamentos que podem ou não resultar na publicitação da parceria homossexual. Antônio descreve a maneira como tais situações sociais podem ser conduzidas:

[...] hoje em dia eu não posso sair na rua falando que eu sou homossexual. Mas nenhuma pessoa hetero também precisa sair na rua dizendo que é heterossexual. Mas se eu pergunto pro cara ali "Você é casado?", ele fala "Não, não sou casado", ou fala assim "não, sou desquitado". Tudo bem, eu perguntei e ele me respondeu. Se a pessoa chega pra mim "Você é casado?", eu falei "Sou", "Ah, mas a sua esposa eu nunca vi", "E não vai ver, porque eu não sou casado com uma mulher, sou casado com um homem". Pronto, obtive a resposta. Eu tava fazendo um curso aí, na hora do recreio uma das alunas perguntou "Pera aí, você falou do problema do seu filho, lá da adoção do menino e tal, mas o que aconteceu com a mãe? Você não ficou com ela? Não morou com ela? Não casou, nada com ela?". Eu falei "Não, só adotei a criança", "Pera aí, você não é casado, você não casou com ela, você não é casado?". Eu falei "Sou casado", "Você é casado?", "Sou", "Você é gay?", "Sou, onde que tá o problema?". Só isso (risos)! Facinho, na hora do recreio, no primeiro lanche.[...] Então eu não preciso sair daqui falando pra Deus e o mundo, mas se alguém perguntar, e eu achar que a pessoa tem liberdade pra ouvir a resposta. Também não preciso responder... (Antônio).

Quando Antônio afirma que não precisa sair "na rua" falando sobre o assunto, aciona o sistema de oposições analisado por DaMatta (1985) na organização do mundo social no Brasil. A "rua" representa o espaço público e impessoal, e a "casa", o universo doméstico e familiar da rede de relações que permite situar uma pessoa no mapa social. Falar sobre a própria homossexualidade parece ser mais fácil quando o interlocutor faz parte da rede, permitindo situá-lo. No momento em que se transforma num "conhecido", um possível interlocutor passa a estar em melhores condições de ser iniciado nos "segredos domésticos".

Nessas situações, a verbalização é um recurso utilizado com certa cautela, principalmente quando a questão é "assumir" para os familiares propriamente ditos. A saída de casa, afastamento que não implica necessariamente rompimento, ajuda a minimizar as ansiedades em torno do jogo de ocultamento e revelação das relações afetivo/sexuais homoeróticas. A capacidade de conquistarem independência financeira dos pais é um aspecto apontado como favorável, pois fica mais fácil se afirmarem perante a expectativa frustrada dos pais e, principalmente, não ficam tão vulneráveis ao controle deles. A máxima "eu pago minhas contas, ninguém tem nada que ver com minha vida" expressa um pouco esta situação. Decorre disto uma

valorização das noções de "autonomia" e "independência" como fatores que contribuem para um bom relacionamento com a família de origem.

Voltando à citação de Antônio, o "hoje em dia" que mencionou faz referência à presença do filho, ao seu atual posicionamento enquanto pai. Pode-se perceber aí como a paternidade reformula o cálculo da colocação pública de uma identidade homossexual. No entanto, o que esse relato deixa entrever, ao lado de algumas situações que presenciei, é que "assumir" a paternidade cria novas implicações para o "assumir-se" homossexual. E a ordem dessas "apresentações de si", para utilizarmos uma expressão detalhadamente estudada por Goffmann, tem a maior relevância no conjunto de impressões criadas nos possíveis interlocutores. Apresentar-se socialmente como "pai" cria uma aura de respeitabilidade, que numa posterior apresentação como "homossexual" não se abala completamente. Ser já reconhecido como "homossexual" para depois colocar-se como "pai" imprime certa desconfiança na demanda filial, susceptível de ser questionada na sua legitimidade.

Chama a atenção que para se poder sustentar uma identidade homossexual positiva seja preciso apresentar uma qualidade compensatória. A maneira como se colocam em discurso aponta para este tipo de atitude. Bruno, por exemplo, se apresenta "melhor" que os irmãos enquanto pai. Assim, o déficit gerado pela homossexualidade consegue ser compensado pela maneira "excepcional" com que cuida da filha. Várias situações demonstram que a identidade homossexual não consegue carregar valor neutro e, no mais das vezes, carrega valor negativo.

4.5. A Moralidade na Legitimação da Paternidade.

O período que se sucede ao nascimento do(a) filho (a) é marcado por significativas mudanças no âmbito das relações afetivas e da rede de amigos. Há um progressivo afastamento dos ambientes de sociabilidade homossexual, acompanhado de uma redução das trocas sociais com aqueles amigos que continuam por demais integrados no circuito do "mercado sexual" (POLLAK, 1985). Os pais homossexuais passam a valorizar relacionamentos estáveis e submetem a escolha do parceiro sexual ao bem estar do(a) filho(a). Nesse sentido, suas condutas e escolhas são reavaliadas em razão da presença do filho(a), fazendo com que suas vidas passem por um processo de moralização. No discurso de Antônio esse processo se mostra extremamente articulado:

[...] hoje eu preciso resguardar o ambiente da minha casa, meu endereço precisa ser um endereço resguardado, limpo, entendeu, sem... sem nenhum risco. Eu não posso ter atitudes onde a segurança do meu filho entre... então a gente tem que zelar dessa limpeza da casa, do lar. E isso aí me valorizou muito como ser humano, hoje em dia eu vejo que valeu a pena eu ter rejeitado uma série de pessoas que antigamente eu não rejeitava. Rejeitei uma série de pessoas, rejeitei uma série de aventuras, rejeitei uma série de passeios, até com [companheiro], coisas que a gente fazia, ir pro barzinho tomar cerveja de noite, ir pra boate, sair, ir pra rua, aventurando, essas coisas. Hoje em dia a gente não tá fazendo nada disso, porque hoje em dia eu preciso estar vivo... vivo, e muito vivo [...] E a hora que entrou uma criança, ela limpou tudo, deu clean em tudo e conduziu a relação para um outro rumo. Achei fantástico, entendeu. (Antônio)

A recorrente caracterização do estágio atual como “limpo”, “organizado”, “puro” informa sobre os significados concentrados na atividade sexual de uma maneira geral, e na homoerótica em particular. Quando a atividade sexual homoerótica é associada com “promiscuidade”, ela se torna ainda mais susceptível de ser classificada como “suja”, “caótica”, “impura” ou “baixa” e, por essa razão, fonte de perigo (DOUGLAS, 1976; RUBIN, 1998).

O filho “limpou” a relação de Antônio e seu companheiro, eliminando aquilo que ele chama de “facilidades para a promiscuidade”. Para ele, a grande maioria dos homossexuais são “promíscuos”, como se fossem dotados de uma constante disposição para atividade sexual, que é estimulada pela falta de restrições sociais.

Quer dizer, a presença... quando eu adotei o [filho] ele, ele podia estar sendo salvo pela gente, mas ele também nos salvou, de muita coisa. (Antônio)

Antônio explica sua opção pela constituição de uma família através da adoção de seu filho como maneira de romper com um certo estilo de vida homossexual, marcado pela ida a boates *gays*, por uma sociabilidade restrita aos amigos homossexuais e pela regularidade dos encontros em grupo. Afirma que nesses encontros, quando se reúnem para conversar, beber e fumar, as infidelidades recíprocas seriam muito comuns.

Numa viagem a New York, contou ter assistido à *gay pride parade*. Acompanhou todo o desfile e participou de algumas festas nos *piers* do bairro *gay* novaiorquino. Na sua descrição enfatizou a presença de homens musculosos e sem camisa, à procura de sexo e drogas, numa celebração efusiva das liberdades conquistadas. A "leitura" que Antônio fez dessa parada *gay* põe em destaque o seu desconforto com a sexualização expressa por parte da comunidade homossexual. Seu olhar parcial, no entanto, deixou de perceber a amplitude dos efeitos políticos dessa manifestação pública. Antônio se utiliza dessa narrativa para questionar o mérito da

“liberdade” festejada pelos homossexuais americanos⁷⁸. Suas experiências pessoais são justapostas àquelas presenciadas em New York, e a “liberdade” é o denominador comum que imprime valor negativo para ambas. A “liberdade” é apresentada como um signo da vida no gueto e se traduz no acesso irrestrito ao objeto sexual. A constante disposição para trocas sexuais é apresentada como um “vício”, que resulta na “promiscuidade”. No discurso de Antônio, o "vício" não se refere à homossexualidade em si, mas à maneira como ela é vivida. A permanência nesse universo implicaria na “degeneração” dos homossexuais, com um agravamento advindo do contato com outras marginalidades.

Eu queria isso, um relacionamento sólido, sem promiscuidade, sem facilidade pra promiscuidade. Alguma coisa que me pegasse, porque a gente tava altamente viciado [...] você sabe que o mundo gay é um mundo altamente viciado e promíscuo. [...] ninguém respeita ninguém. Por quê? Não é reconhecido mesmo, a gente vive no submundo, nos buracos, você tem que ficar junto com os marginais, com as prostitutas, com tudo que não presta, pra ter um pouco de liberdade. (Antônio)

Carlos, por sua vez, refere-se constantemente à "baixaria" e "putaria" para designar o que Perlongher (1987:192) chama de "rituais da perversão", que se caracterizariam pelo livre acesso ao objeto sexual no interior de trocas homoeróticas entre homens. Espaços como saunas, ruas e parques públicos marcam a territorialidade de uma “liberdade” que se confunde com o vício, onde a noite é o seu tempo por excelência.

Eu venho curando isso em mim [...] tem bicha que vai até os setenta anos, saindo todas as noites, pegando gurizinho, vai caçar no parque, vai ... aí não, eu conheço uma linha de gente assim, não, hoje em dia eu tô em franco processo de modificação. (Carlos)

Os discursos que conformam as avaliações atuais das trocas homoeróticas irrestritas possuem pontos de entrecruzamento, denotando um campo semântico comum. É preciso ter em conta que o surgimento da AIDS impactou na maneira pela qual são avaliadas as condutas "promíscuas", vinculando-as com idéias de degenerescência e morte. É recorrente a noção de que o filho faz com que se sintam "vivos", e que precisam garantir que continuem assim⁷⁹. Machado (1998), no seu estudo sobre conversão religiosa de homossexuais, descreve processos de

⁷⁸ Perlongher observa que “[...] em algum lugar do imaginário social, a homossexualidade é sempre uma festa: despesa de sêmen, esbanjamento de dinheiro, esbanjamento de fluxos libidinais e econômicos” (1987:223). A real ou imputada inexistência de dependentes econômicos (leia-se: esposa e filhos) estaria na base dessa associação.

⁷⁹ Bataille (1987) já apontava para uma associação essencial entre sexualidade e morte enquanto pontos de retorno à continuidade, em oposição com a descontinuidade que funda a existência do ser humano.

associação entre promiscuidade e perversão aos homens homossexuais, através da "endemonização" de práticas não previstas no modelo de família e reprodução que atuam como base de sustentação e reprodução de certas ideologias religiosas, notadamente as pentecostais. Segundo a autora,

O crescimento dos portadores do vírus HIV na sociedade brasileira e a identificação dos homossexuais masculinos como um grupo de risco favoreciam a associação desta identidade sexual com o mal/ou o diabo e a AIDS com a represália divina à 'perversão' e à 'promiscuidade' deste grupo social. (MACHADO, 1998:278)

Os significados criados na adscrição da "promiscuidade" como característica das trocas homoeróticas masculinas no discurso dos sujeitos pesquisados não se confunde com aquele analisado por Machado, mas aponta para uma tendência de atribuir um "excesso sexual" às trocas eróticas entre homens. Tal tendência faz remeter aos significados de gênero que configuram a atividade sexual como uma dimensão central do "homem" (WEEKS, 1986; PARKER, 1991; HEILBORN, 1999), compreendido aqui como categoria histórico-sociocultural, e que se fariam sentir na maneira como são interpretadas (e experienciadas) as trocas entre "homens". Creio que o argumento, que sofre pelo seu esquematismo, pode ser válido, inclusive, para a relação "homem"/"bicha" analisada por Peter Fry (1982), pois conquanto o operador de gênero os diferencie em ativo/passiva, masculino/feminina, a "bicha" continua sendo um tipo de "homem", mesmo que inferior. Seguindo uma pista de Vale de Almeida: "em determinados contextos, o fato de um cara ser efeminado e até homossexual pode significar masculinidade a menos, mas ele ainda é homem" (1998:217). Neste "ainda homem" pode estar incluída uma constante "disposição sexual", mesmo que realizada no modo "passivo".

Anna Paula Uziel (2001), discutindo a adoção por homossexuais, afirma que:

Ainda que seja enunciado como discurso ultrapassado e antiquado, no Brasil é clara a educação diferenciada que recebem meninos e meninas, no que tange ao número de parceiros(as) afetivos e sexuais e à diversidade de experiências. A associação entre homens homossexuais e promiscuidade vem em decorrência dessa diferenciação: se são dois homens, imagina-se que os dois foram estimulados (ou são biologicamente determinados) a expandir a experiência sexual como símbolo de virilidade (2001:07)

A caracterização das condutas homossexuais como promíscuas, colocadas em oposição com a norma familiar, põe em evidência significados mais amplos da atividade sexual para os "homens" e a sua conexão com a paternidade. Pois não é só a identidade homossexual que torna

singulares os pais adotantes pesquisados, levando em conta que um pai "sem mãe" é, por si só, um fato incomum. A paternidade como projeto individual pode ser vista com reservas⁸⁰ justamente por conta da ausência da complementaridade com a mulher-mãe, que se supõe necessária para a constituição da parentalidade masculina. Portanto, o "excesso" que se atribui ao homem encontra na mulher seu ponto de equilíbrio, tornando-o apto a exercer a paternidade. A literatura sobre Honra e Vergonha mediterrâneas e a análise de Tarlei de Aragão (1983) para o Brasil destacam a importância da mãe como categoria relacional e, principalmente, fonte e lugar da moralidade. Villa (1997:122), no seu estudo de grupos populares urbanos de Buenos Aires, aponta para essa legitimação e moralização da sexualidade masculina que é realizada pela mulher-mãe. Tal lógica parece ocupar um lugar específico na moralidade de grupos populares, mas é de se questionar se é só lá que encontra lugar.

Se minha análise estiver correta, os homossexuais que investem na paternidade precisam realizar um afastamento em relação às imagens negativas vinculadas à atividade sexual, já que, enquanto "homens", tal "excesso" lhes é imputado como atributo constitutivo. Além da distância simbólica que estabelecem do que chamarei de "homossexual típico", esse imperativo moralizador produz impactos efetivos na maneira como organizam seus relacionamentos erótico-afetivos.

A forma desses arranjos faz pensar que a paternidade, na modalidade em que aqui se apresenta, não suporta um qualificativo homossexual⁸¹. Antes, a construção de uma certa legitimidade para esses pais requer que estabeleçam um distanciamento em relação à imagem do "homossexual promíscuo", revelando uma incompatibilidade relativa entre os lugares de homossexual e pai. Anna Paula Uziel, analisando os pareceres do processo de adoção de um requerente homossexual, mostra que:

A suspeita da promiscuidade afasta a possibilidade da constituição de uma família. Se a homossexualidade implica número grande de parceiros, a instabilidade, característica, se opõe ao equilíbrio desejável de uma família (UZIEL, 2001:07).

⁸⁰ Como demonstra Uziel (2001) na sua análise dos processos de adoção por homens homossexuais.

⁸¹ Característica que também pode estar relacionada com a ausência de um projeto coletivo que contenha as demandas parentais de homossexuais, que, por sua vez, resulta da especificidade do caso brasileiro com respeito às possibilidades de publicitação da identidade homossexual. No contexto americano e europeu elas se encontram mais compartimentalizadas, pois a estrutura social específica desses contextos incita o agenciamento destas identidades. Segundo Rubin, "In modern, Western, industrial societies, homosexuality has acquired much of the institutional structure of an ethnic group" (1998:112). Refiro-me ao que esta autora chama de "community-formation" e "identity-acquisition".

A figura de um homossexual típico é uma constante no discurso dos sujeitos por mim pesquisados, e foi utilizada como uma imagem negativa, capaz de produzir contrastes positivos pela sua manipulação. A imputação de comportamentos tidos como promíscuos aparece vinculada com "propensões" masculinas, sejam elas "naturais" ou "sociais". No entanto, tais "propensões" aparecem como negativas principalmente quando referidas ao homossexual, revelando uma dificuldade em nivelarem-se as experiências masculinas heteroeróticas e homoeróticas num mesmo plano de avaliação moral.

[...] você sabe, o nosso mundo ele é um pouco fechado, sem nenhuma responsabilidade, o nosso mundo homossexual ele gira só em torno de sexo, em torno de sexo e aproveitar a vida (Bruno)

O peso da negatividade que recai sobre a atividade sexual homoerótica não se manifesta apenas no discurso, mas também em rearranjos domésticos. Uma das mudanças no cotidiano doméstico de Antônio é particularmente significativa nesse processo e me pareceu sua manifestação mais extrema: ele passou a dormir no quarto do filho, numa cama "de solteiro". Seu companheiro permaneceu no quarto e no leito que antes eram do casal. Ou seja, dormindo numa cama de solteiro, no mesmo quarto que o filho, Antônio "incorpora" o lugar de pai, a cama dessexualizada sendo signo de uma nova condição: a atividade sexual e a manutenção do relacionamento com o parceiro são submetidas às demandas atribuídas ao filho, condição que é assumida como necessária ao desempenho da paternidade. O curioso é que a vontade de adotar um filho teve como objetivo manifesto a consolidação da união, objetivo que parece encontrar pontos de conflito nos rearranjos domésticos efetivamente produzidos. A consolidação da união refere-se ao assentamento desta sobre novas bases, fortalecendo a exclusividade monogâmica ou, como afirma Bataille (1987), num "egoísmo a dois". Mas não sem algumas concessões do companheiro. Mesmo assim, nem Antônio, nem seu companheiro me explicitaram qualquer conflito conjugal que fosse decorrente desses rearranjos⁸². No entanto, essa maneira de organizar as trocas conjugais parece apontar para uma incompatibilidade relativa entre uma percepção de si enquanto "homossexual" e "pai".

⁸² A possibilidade por eles percebida de que o filho salvaria a união encontra ressonâncias numa ética conjugal heterossexual burguesa articulada com a constituição de uma "família". No entanto, tal ética entra em conflito com a forma atual das parcerias homossexuais, principalmente pela sua relativa impossibilidade de alçar reconhecimento público (legal incluso). A ilegitimidade do casal homo não permite que o filho "obrigue" da mesma maneira os dois elementos do casal.

Carlos relata um incidente que é exemplar na demonstração dessa incompatibilidade relativa. Num dos passeios com o filho e o sobrinho ao parque público, depara-se com uma situação que, naquele espaço, não é nada incomum. Um outro pai, posto que ali também estava com seu filho, voltou-se para Carlos e o convidou-o para irem juntos ao banheiro. O significado desse convite remetia à lógica da “pegação”⁸³ que Carlos indicava conhecer.

Tu sabe que eu, Flávio, mas eu fiquei constrangido, sabe, eu fiquei envergonhado, e olha que tu tá falando com uma bicha que nem teria como se envergonhar [...] mas eu fiquei envergonhado assim, tava ali o meu filho, tava ali o meu sobrinho [falando num tom de indignação], era um parque, e aquela coisa, vou exagerar agora, famílias brincando, pureza e tudo, sabe. (Carlos)

Enquanto “pai”, as trocas sociais (com intenção de serem eróticas), que sob outras condições não seriam motivo de espanto, como que se revestem de tabu. Quando ocorrem, portanto, são motivo de vergonha. O que agencia a identidade social “pai” é a presença do filho, razão da localização de Carlos naquele contexto, e naquele tempo.

A primeira frase que veio à cabeça e que eu não disse foi dizer assim: ‘Tu tá pensando que eu sou o quê?’ (Carlos)

A situação descrita por Carlos é particularmente relevante para a compreensão de sua nova posição social, já que o território urbano em que se encontrava dá lugar a dois contextos de relações distintos, e a distância máxima entre ambos é marcada pelo eixo temporal, sendo um, diurno, familiar e “puro”, e o outro, noturno, erotizado e “impuro”. As constantes referências à “baixaria” reforçam, literalmente, o valor inferior deste último. Esses contextos estão, por sua vez, paradigmaticamente associados às identidades parental e sexual. O evento que se criou com o convite inesperado revelou uma incompatibilidade de sobreposição dos contextos, a despeito de tomarem lugar no mesmo espaço urbano, tornando manifesta a tensão entre as identidades⁸⁴.

Por outro lado, Carlos também relata situações de assédio por mulheres, principalmente quando está acompanhado do filho. Seja em *shopping centers* ou na confraternização com

⁸³ “um modo de circulação característico dos sujeitos envolvidos nas transações do meio homossexual: a ‘paquera’, ou *deriva*.” (PERLONGHER, 1987:156, grifo no original) “A ‘paquera’ homossexual constitui, no fundamental, uma estratégia de procura de parceiro sexual, adaptada às condições históricas de marginalização e clandestinidade dos contatos homossexuais.” (*ibid.*, p. 157).

⁸⁴ Certamente a presença do filho como fonte de tabu para encontros sexuais não é nenhum fato excepcional, pois segue as prescrições morais vigentes. O que se distingue como característico é a vergonha e a indignação produzidas pelo convite.

colegas de trabalho, a presença do filho ou o mero conhecimento da paternidade pode ser utilizada como pretexto para aproximações, conversas ou até paqueras. Nessas situações, no entanto, a aproximação não é descrita como problemática, pelo menos não com o mesmo grau de indignação da situação anterior. Algumas das cantadas femininas provavelmente partem da presunção de heterossexualidade do pai com o "seu" filho (isto é, ele "fez") e não causam desconforto equiparável à cantada masculina⁸⁵.

Bruno teve em seu passado um histórico de relações sexuais com mulheres, mas a certa altura decidiu que só se relacionaria com homens.

A partir dos 22 anos de idade eu não tive mais vontade de... eu não tive mais vontade não, eu me decidi a somente transar com homens. A partir de então eu disse assim, eu sou obrigado a escolher, ou esse ou aquele caminho. O que eu tenho dentro de mim? Entendeu, eu tenho atração por homens, eu não tenho atração por mulheres. Eu faço... eu transo com mulheres por causa da sociedade, e pra dizer pra mim mesmo que... que eu tinha aquela coisa dentro de mim, de... que eu poderia mudar. Com vinte e dois anos eu ví que não poderia mudar. [...] não adianta eu pegar na mulher, ela se apaixonar por mim e eu fazer ela sofrer. Eu também sofria, porque eu tinha necessidade de um homem [...]
(Bruno).

Para Bruno a preferência homossexual é dada no nascimento, não é fruto de escolha pessoal. No entanto, ele percebe que há os homens que "transam" com homens "só para gozar", indicando que a busca pelo "prazer" não é estritamente limitada pela preferência inata⁸⁶. Tal lógica também se aplica na maneira como Bruno e outros com os quais conversei pensam suas relações heterossexuais, pois dizem que tais envolvimentos são "apenas sexuais". Mesmo que sob o ponto de vista do histórico de parceiros/as possam ser tomados como "bissexuais", o investimento afetivo é reservado aos homens. Além disso, esse investimento privilegiado pode, como no caso de Bruno, ser percebido como uma "necessidade".

No entanto, a possibilidade de se situarem no campo do desejo heterossexual a partir da explicitação da paternidade parece aproximá-los do ideal hegemônico de masculinidade. É também a aproximação do ideal que acaba tornando significativa a ordem de enunciação dos

⁸⁵ O assédio de mulheres também foi relatado por Gustavo, que teve sua filha via relação sexual com vistas à reprodução. Algumas colegas de trabalho, mesmo sabendo dos relacionamentos homossexuais de Gustavo, passaram a "dar em cima". Depois que a filha nasceu, ele retribuiu a algumas dessas investidas, mas falou que eram encontros "apenas sexuais".

⁸⁶ A referência ao "prazer" como categoria que dá sentido à experiência sexual, sem no entanto remeter a uma lógica identitária, parece indicar a vigência da ideologia erótica brasileira analisada por Parker, para quem "No sistema de referência erótico [...] o corpo não é considerado nem fundação para a hierarquia do gênero nem local físico para a verdade do sujeito sexual, mas [...] um objeto de desejo e fonte de prazer" (1991:172).

pertencimentos, já que pode fazer "muita diferença" apresentar-se primeiro como pai e só depois como homossexual. Nessa situação, a ordem dos fatores altera o produto final.

4.6. Gênero e Masculinidade: a Paternidade como Lugar de Construção do Masculino

A maneira como qualificam seus comportamentos e atitudes através do idioma de gênero faz parecer que a experiência da paternidade promove uma masculinização de si mesmos. Tal não implica afirmar que antes da chegada do filho fossem caracterizados como femininos, mas tão-somente que o exercício da paternidade fez com que se aproximassem do ideal hegemônico de masculinidade. A presunção de heterossexualidade que acompanha a apresentação social de si como pai faz com que acionem outros atributos associados ao modelo hegemônico heterossexual. Carlos refletiu explicitamente sobre essa questão, afirmando que a paternidade fez com que operasse num "registro de homem", ou seja, de acordo com as prescrições sociais da categoria "homem".

[...] eu acho que uma discussão importante tem a ver com a trajetória de vida de cada um, mas assim: o quanto ter um filho impactou na construção da minha masculinidade e da minha homossexualidade. Eu que me achava uma bicha muito bem resolvida, quando o meu filho nasceu eu comecei a me dar conta... Enfim, eu nem teria assim como te resumir, a gente pode entrar nisso, mas hoje em dia eu vejo claramente que ter um filho, ter alguém que te chame de pai, sabe, construir esse vínculo, que inclusive é um vínculo para a vida toda, porque assim, eu não tenho mais como deixar de ser pai dele, assim, é um negócio que introduziu uma modificação imensa na minha vida, inclusive eu mudei de opinião em relação a várias coisas sobre a homossexualidade, entende, práticas e amigos que eu tinha eu... eventualmente até terei ficado mais careta em certas coisas, me arrisco em dizer que até isso tenha acontecido, mas produziu um impacto muito grande (Carlos)

A autodefinição como "bicha" utilizada neste trecho e que aparece em outros momentos da fala deste e de outros informantes não está significando uma adesão ao sistema hierárquico de representação das práticas sexuais analisado por Fry (1982). Sua utilização remete ao estilo *camp*, caracterizado pelo deboche explícito dos estereótipos, pela apropriação jocosa de categorias externas⁸⁷ e acusatórias. Essa postura não entra em conflito com o processo de modificação que relata Carlos, na medida em que a postura mais conservadora está referida a uma transformação

⁸⁷ Externas em relação ao grupo de pares. Também presenciei esse uso jocoso da categoria "bicha" entre alguns participantes do Encontro *Cultura e Homoerotismo*, ocorrido em Niterói(RJ). Se proveniente de atores sociais não "familiares" a esse círculo, a categoria é recebida como ofensiva.

de parâmetros de avaliação e julgamento, assim como ao seu posicionamento público. Seu ideal de masculinidade é postulado justamente pela rejeição do homem "efeminado", que é resumido na categoria "florzinha". O modelo valorizado é o do homem "feminino", que se caracteriza pela incorporação da afetuosidade e da disposição para o cuidado.

A sustentação de um modelo viril de masculinidade, apoiado na vestimenta, nos gestos e postura corporal e nas atitudes é uma constante nas narrativas, e se reforça através da paternidade.

[...] eu nunca tive problema com o meu pai, aquela questão de "ah, eu queria um filho macho, pra tá comendo a mulherada por aí", meu pai já não pensa dessa forma. Ele sabia... porque eu não tenho trejeito nenhum, sento... eu não faço... não cruzo a perna como mulher, se eu tenho que cruzar a perna cruzo como um homem e acho que ele vê pela TV os homossexuais, e talvez me respeite e me valorize por esta questão. Porque eu não tenho trejeito [...] (Bruno)

O fato de ter virado pai mexeu com a minha masculinidade, no sentido de que me deixou mais masculino, é uma coisa mais genérica isso que eu vou te dizer assim. Tu não me conheceu antes (risos), não pode ter essa dimensão, mas assim, eu era um pouco... eu nunca fui uma bicha louca né, nem gosto, eu até tenho um pouco de preconceito, assim... é... é... eu era um pouco mais afetado, um pouco mais feminino no falar, no andar, no vestir, no me comportar. Eu estou mais masculino, eu noto isso (Carlos).

A disposição para o cuidado, ou seja, a "maternagem" dos filhos, não entra em conflito com o ideal viril de masculinidade. Mesmo a maior presença no universo doméstico é compensada por também serem os provedores da casa e pela presença ativa no universo público do trabalho. Neste aspecto, Bruno se destaca por ter se afastado do emprego por alguns meses para se dedicar exclusivamente aos cuidados da filha recém-nascida. Depois desse período voltou ao mercado de trabalho, contando com o apoio de creches para deixar a filha. Creio que a distinção com a mulher-mãe, neste ponto, e que só pode ser muito geral, está na possibilidade de eles poderem optar por essa permanência no domínio privado. Para a mulher, esse lugar é quase que consubstancial, espera-se que assuma a casa como seu lugar de realização pessoal, e principalmente quando mãe. É certo que tal maneira de pensar já de muito é contestada, mas nem por isso deixou de figurar entre os modelos idealizados de mulher. Entre os segmentos denominados modernos, de caráter igualitário, não é mais incomum que se encontrem casais formados pelo homem-que-cuida com a mulher-que-trabalha, e é dentro dessa configuração que os sujeitos pesquisados encontram um modelo de paternidade. No entanto, mesmo nesses contextos, a domesticidade masculina é que resulta ser avaliada positivamente, no contraste com

a inserção pública da mulher (ver BUFFON, 1992). Como coloca Welzer-Lang, "variações do masculino não significam *ipso facto* que se recolocam em causa as relações sociais de sexo (ou de gênero)" (2001:471).

A organização da casa de Antônio também deixa transparecer uma certa concepção de gênero. Curiosamente, ela não possui cozinha, espaço feminino por excelência. O apartamento onde moram é contíguo ao restaurante que administram, fazendo com que se sirvam da cozinha industrial do estabelecimento. Inclusive, são Antônio e seu companheiro que preparam as principais refeições do restaurante, alocando os funcionários em atividades auxiliares e de limpeza. O desempenho de atividades que poderiam ser consideradas femininas não é posto em questão por eles, já que elas estão subsumidas à dimensão do trabalho, esfera pública/masculina. Tal situação fica mais evidente quando eles efetivamente desempenham tarefas domésticas. Antônio lava as roupas da casa e as põe para secar numa área que pode ser vista por prédios vizinhos. Contou que os moradores desses prédios, principalmente os homens, ficavam constrangidos ao vê-lo pendurar a roupa. Falou que não se importa com isso, mas que parece estranho aos vizinhos que um homem esteja fazendo esse tipo de atividade. Mas, enquanto mantínhamos esta conversa, também manifestou seu desejo de contratar uma empregada doméstica para realizar esses serviços...

Antônio também fez referência a uma mudança de atitudes após a chegada do filho, muito embora não com a mesma articulação que Carlos. A maneira como seu relacionamento conjugal está organizado atualmente denota uma transformação. Depois de um domingo inteiro em visita à sua casa e depois de ter ido à missa com ele e o filho, acompanhou-me até o ponto de ônibus. Lá me disse que antes do filho ele tinha maior insegurança dentro do relacionamento com seu companheiro, o que acabava gerando uma maior dependência em relação a ele. Atualmente se diz mais seguro, passando a tomar as decisões que julga necessárias. Atribui tal determinação à presença do filho, já que agora tem alguém que "depende" dele.

O modelo que orienta os pais adotantes no posicionamento e nas atitudes frente aos filhos é o dos pais heterossexuais, por vezes através das reminiscências de infância. Nessa direção, não se julgam diferentes dos outros pais, a não ser quando ressaltam que acumulam mais funções que aqueles. Assim, em lugar da definição do processo como de "masculinização", seria mais apropriado, mas ainda assim um tanto canhestro, dizer que passam por uma

"heterossexualização". Ou seja, o ideal em relação ao qual se orientam é o da masculinidade heterossexual, do pai provedor, disciplinador (mas sensível) e um tanto quanto conservador.

Tal maneira de se situarem em relação ao gênero se coaduna com as projeções que fazem para o futuro dos filhos. Todos expressaram uma preferência de que os filhos sejam heterossexuais. As representações nativas sobre as determinações da homossexualidade permitem compreender o significado destas questões.

4.7. Representações da Homossexualidade e a Sexualidade dos Filhos.

As teorias "nativas" que dão conta de explicar "a homossexualidade" não são as mesmas para todos os informantes, e para alguns a maneira como concebem a motivação sexual e os relacionamentos homoeróticos está estreitamente vinculada com as motivações à paternidade. Para Antônio, a existência de homossexuais não é fortuita, eles possuem uma importante função a cumprir, a de cuidar de crianças abandonadas por pais heterossexuais.

Penso que Deus, ou a natureza, nos colocou na Terra para exercermos alguma função. Nós temos um papel aqui na Terra. Nós temos que fazer algo aqui. [...] O desequilíbrio ecológico, ele existe nos orfanatos. Pode correr os orfanatos das cidades, do mundo inteiro, que você vai ver uma infinidade de crianças abandonadas. Essas crianças foram feitas por casais heterossexuais que tinham condições biológicas de fazer, mas não tinham a menor vontade de criar. [...] Então se nós homossexuais pudéssemos adotar todas as crianças que a natureza nos deu, não haveria uma criança abandonada neste mundo, nem jogada em orfanato. O orfanato simplesmente é o resultado do processo de discriminação, de tabus. E se não houvesse a discriminação, nem os tabus, todos os homossexuais adotariam filhos e os orfanatos não estariam cheios de crianças abandonadas. E daria aos homossexuais uma vida mais digna. Que os homossexuais, muitos deles hoje têm uma vida, assim, desencaminhada ou desequilibrada, por conta justamente de não achar uma justificativa pra sua existência. Porque a justificativa da nossa existência ela foi quebrada! (Antônio)

Esta justificativa para a existência homossexual se inscreve numa cosmologia orientada para a perfeição e o equilíbrio, e a adoção do filho permite preencher o sentido que era buscado para a homossexualidade. Nesta concepção, "os homossexuais" partilham de uma mesma finalidade, inscrita no ordenamento do mundo, na qual a intercambialidade entre "natureza" e "Deus" faz submeter tal ordem a um *logos* divino. Assim, o projeto de adoção, que poderia ser considerado como uma ação individualizada e exceção à regra, é apresentada como sendo o ideal. Dessa forma, "o homossexual", descrito como "desequilibrado" ou "desencaminhado", é que

representaria a exceção, ou mais propriamente, o desvio do ideal. Contudo, a causa desse desvio não está localizada numa ação consciente do desviante, mas nas instituições e agentes sociais que impedem a plena realização do ideal. O que torna essa maneira de pensar mais interessante é justamente o contraponto, consciente ou não, que faz às concepções contrárias à homossexualidade, tanto religiosa quanto do senso comum de cunho biologicista. Além de Antônio encontrar sentido para sua adoção numa causa final apoiada na ordem divina, a percepção de um "desequilíbrio ecológico" no fato da existência de crianças abandonadas põe abaixo o argumento de que "os homossexuais não reproduzem a espécie"⁸⁸.

Esse modo de pensar põe o filho como parte da explicação para a homossexualidade. Outros depoimentos não estabeleceram uma conexão tão direta, mas, mesmo assim, cada maneira de explicar as relações homoeróticas ou as motivações dos sujeitos nelas envolvidos implicam certas conseqüências na forma como lidam com a paternidade e com os filhos.

A percepção de que a preferência erótico/afetiva é inata pode trazer uma certa tranquilidade quanto ao desenvolvimento sexual dos filhos, na medida em que não se sentem responsáveis por esse tipo de determinação.

[...] eu quero que ela [a filha] tenha uma educação boa, e não é porque eu sou homossexual que ela vai ser uma homossexual também. Não, não tem nada a ver essa questão, eu acho que a pessoa ela nasce com isso. Tem muitas pessoas que já me falaram "ah, será que ela não vai ser homossexual também? Porque ela vive no meio de homossexuais". Não, a minha filha não vive no meio de homossexuais. Ela vive com heteros junto, no meio de crianças, ela vive... ela vive num meio comum, ela não vive trancada dentro de casa só comigo, ou... com pessoas "entendidas", não é por aí. Então ninguém pode falar isso (Bruno).

Por outro lado, uma concepção que leva em consideração fatores sociais na determinação da preferência erótico/afetiva abre espaço para a problematização das "influências" sobre o desenvolvimento da criança.

A maioria das discussões em torno das famílias *gays* acaba entrando na seguinte questão: será que o pai *gay* ou mãe lésbica não vão "influenciar" o filho? Apesar de a maioria dos homossexuais serem provenientes de famílias formadas por um casal heterossexual, esta é

⁸⁸ Seguindo a onda de debates suscitada pela morte de Cássia Eller, o programa *Fala que eu te escuto*, da rede de TV Record, consultava o seu público (na maioria fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus) sobre as famílias *gays*. Contou-me uma amiga que assistiu ao programa que após várias opiniões contrárias à questão, ligou para o programa um homossexual "assumido", que teria dito: "os homossexuais apenas estão criando os filhos que os heterossexuais abandonaram".

uma preocupação que concentra muitas ansiedades. Pesquisas tentando medir o grau dessa influência afirmam que a média de filhos de homossexuais que se tornam homossexuais segue os padrões gerais, em torno de 10% (BAILEY *et ali*, 1995). Mas o ponto crítico da questão é justamente a questão em si. Tais dúvidas afirmam implícita ou explicitamente que a homossexualidade não pode ser tolerada senão enquanto condição inevitável, e, em assim sendo, todos os esforços são direcionados para que essas crianças não saiam de seu "curso normal". E, ao contrário do que se poderia pensar, essa concepção não é exclusividade de observadores externos ("burgueses heterossexistas", poderiam dizer), pois aparece no discurso de certos informantes. Um deles, Gustavo, que teve a filha com uma amiga, é contrário à idéia de que um pai homossexual pudesse bem criar um filho homem, pois "o menino poderia crescer achando que aquilo era certo".

Dos pais que entrevistei, todos são unânimes em manifestar o desejo de que os filhos sejam heterossexuais. A possibilidade de um filho ou filha tornar-se também homossexual somente seria aceitável pelo seu caráter de inevitabilidade. Nesse sentido, há uma grande preocupação na maneira como educam e "formam" os filhos e filhas, afim de afastar qualquer possibilidade de responsabilização por uma possível preferência homoerótica que venham a expressar. No caso dos meninos, é recorrente que sejam desde pequenos incentivados a praticar algum esporte, principalmente o judô⁸⁹ e a natação, indicando que as "técnicas corporais" desempenham um importante papel na constituição do gênero. O olhar atento dos pais observa e avalia desde cedo os signos que denotam significados de gênero, não raro com a intenção de prever o futuro das crianças. É certo que tal comportamento não é exclusivo desses pais, preocupações desta ordem estão na pauta do dia de qualquer família. A questão aqui diz respeito à particular possibilidade de serem acusados por qualquer atitude desviante que diga respeito à identidade sexual ou de gênero dos filhos.

Eu fico pensando: só me falta esses dois guris [o filho e o sobrinho] virarem viado, entende, eu ter que ficar agüentando os namoradinhos deles, de repente umas bichinha bobas, tolas, umas florzinha que eu detesto sabe, e ter que me incomodar com isso. E o que é pior, todo mundo vai dizer que é por causa do pai. (Carlos)

Aliás, signos de masculinidade e feminilidade são avaliados como indicadores de identidade sexual. Características femininas são avaliadas negativamente nos meninos,

⁸⁹ Para a análise do judô como um "treinamento" num modelo viril de masculinidade, ver Carmen Rial (1998).

principalmente pelo que estariam dizendo sobre a orientação sexual, e nesse caso, a excessiva proximidade do filho com a mãe pode se transformar num problema. Carlos se queixa de certos “ataques de infantilidade” do seu filho e os atribui à “influência” da mãe. Considerando que o menino mora com a mãe, na casa da avó, com outras tias maternas e empregadas domésticas, há uma preocupação com o "excesso" de mulheres que orbitam em torno do filho, percebendo nele características femininas, tais como insegurança, afetuosidade e medo. Há um receio de que o filho "se torne" homossexual por conta dessa "influência", o que não faz parte de seus planos para o futuro do garoto. Enquanto que nas concepções essencialistas signos de feminilidade possam ser lidos como indicando que a criança "é" homossexual, quando a "influência" é tornada significativa os mesmos signos indicam que a criança "se tornará" homossexual.

À medida que os filhos avançam em idade torna-se mais crítico o pertencimento ao universo feminino representado pela mãe. Assim como os sujeitos pesquisados relatam um processo de masculinização de si mesmos através da paternidade, a maneira como educam os filhos vai no sentido de reproduzir um ideal de masculinidade. É nesse nível que pretendem estabelecer a relação de identidade que caracteriza a descendência, reprodução simbólica da identidade de gênero em detrimento da identidade sexual. Esta última não se espera que seja transmitida. Nesse sentido, a paternidade realizada traz consigo uma nova expectativa, um outro lugar vazio esperando por conteúdo: o sonho de ser avô. E o sonho perfeito seria verem os netos vindo ao mundo num casamento heterossexual convencional.

Eu não apenas quis ter filhos como tenho, como eu quero ter neto, Flávio, eu quero ter netos sabe, mas eu acho que vai ser um pouco difícil o meu filho fazer esse caminho que eu fiz, que é o de poucos, eu prefiro que ele case, bote filho no mundo com a mulher dele, que o meu sobrinho case e bote filho no mundo. (Carlos)

Antônio descreve um diálogo que teve com o filho, que, perguntado se já tinha uma namorada na escola, negou que tivesse:

'Meu filho, mas eu vou querer ter neto, quando você crescer você tem que arrumar uma namorada, casar, ter filhos, por que eu quero ter neto'. Ele virou assim, 'não papai, eu vou arrumar um sócio e vou adotar'. Inacreditável, ele vai arrumar um sócio e vai adotar, vai fazer igual eu fiz! Eu falei 'tudo bem, se você quiser arrumar um sócio e quiser adotar, tudo bem, mas você tem uma outra opção, você pode casar e você pode ter filhos, que vão sair de dentro dos seus testículos'. (Antônio)

Mais adiante relatou-me uma situação em que o filho se referia à futura mulher, dissipando qualquer dúvida sobre o futuro do garoto. Foi enfático ao afirmar que o filho não seria um homossexual. O diálogo com o filho também deixa entrever uma sobrevalorização da participação masculina na procriação, a ponto de afirmar, em tom de brincadeira, que os netos já "estão" no filho, mais especificamente nos seus testículos. Mesmo tendo o conhecimento duogenético da procriação, aciona simbolicamente um princípio monogenético (quase Aristotélico)⁹⁰.

Por outro lado, Antônio percebeu num de seus sobrinhos, filho de um irmão, signos que o faziam classificar o garoto como um futuro homossexual: o menino brincava de pentear bonecas. Em um evento familiar contou ter tomado o menino nos braços e ter dito a quem quisesse ouvir: "finalmente apareceu alguém pra mim passar a faixa". A sua explícita cumplicidade com o sobrinho permite supor que é mais fácil "transmitir" sua identidade sexual para um colateral do que aos seus descendentes. Carlos, no entanto, manifestou sua preferência de que tanto o filho quanto o sobrinho se tornem heterossexuais. É preciso considerar que, no seu caso, o sobrinho está numa posição diferenciada, já que Carlos desempenhou funções paternas em relação a ele. Em função disso, pode-se considerar que Carlos também esteja "transmitindo" ao sobrinho um ideal heterossexual de masculinidade, já que o "insucesso" nessa área é passível de lhe ser imputado. Antônio, por sua vez, está livre desse tipo de imputação, pois sendo o sobrinho filho do irmão, é a este que cabe tal responsabilização.

Muito do que tem sido dito sobre a legitimidade da adoção de crianças por homossexuais se refere às possíveis "influências" que teriam na criação de seus filhos. Minha pesquisa não investigou o ponto de vista dessas crianças, mas mostrou uma profunda preocupação dos sujeitos pesquisados de poupar seus filhos de possíveis atitudes preconceituosas. Recentemente, a Associação Americana de Pediatria manifestou-se publicamente em apoio da adoção por casais homossexuais, mostrando que tais casais estão em iguais condições de atender aos melhores interesses da criança. Tais posicionamentos contribuem significativamente para a legitimação das demandas parentais de homossexuais e alimentam o debate político sobre a questão, debate este que está só começando.

⁹⁰ Enquanto fazia o trabalho de campo, circulou uma matéria publicitária em *outdoors*, em data próxima ao dia das mães, que dizia o seguinte: "Faça como seu pai, dê um *baby* para sua mãe". O nome do produto era *baby* (um telefone celular), e a matéria jogava com o duplo sentido da palavra. O que me chamou a atenção foi a proposição de que o pai "dava" o bebê à mãe, sugerindo que a sobrevalorização à qual me refiro possui ressonâncias mais amplas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da paternidade para os pais adotantes se lhes apresenta como um marco que cria um antes e um depois nas suas narrativas. A dedicação aos filhos(as) é descrita como produzindo sentido de ordem e finalidade nas suas vidas, que se projeta para outras esferas e domínios, principalmente no trabalho. A idéia de "salvação" aparece com ênfase, fazendo supor que o imaginário em torno das relações homossexuais e do estilo de vida associado ainda estejam fortemente carregadas de valor negativo. Assim, eles são obsequiosos em demonstrar quão "saudável" e "normal" pode ser a manutenção de vínculos homoeróticos ao lado da criação de um filho ou filha. A paternidade é compreendida como impulsionando uma mudança de *status*, poder esse que o "casamento homossexual" ainda não logrou alcançar, considerando-se que é pela paternidade que constroem a respeitabilidade. A idéia de "salvação" atua assim em dois níveis: criando uma barreira moral e alimentando a idéia de "pureza", ao mesmo tempo que os aproxima do ideal hegemônico de masculinidade.

Paralelamente, a relação de filiação permite uma reinserção na malha do parentesco, atualizando suas relações. Nesse sentido, o lugar ocupado pela criança ainda é codificado pelos modelos tradicionais, tendo em conta que é através do pai social e da mãe que tais vínculos são reconhecidos. A convivência da criança com a família do companheiro do pai mostrou a existência de genuínos laços afetivos, mas que não são explicitamente submetidos a direitos e obrigações, nem se erigem numa linguagem de parentesco (estes dois últimos pontos merecem ser considerados com cautela, já que merecem investigações mais aprofundadas).

Todos os sujeitos pesquisados manifestaram um interesse privilegiado pela heterossexualidade dos filhos, com direito a projeções para o futuro casamento das crianças. Alguns estudos etnográficos sobre as relações de parentesco apontam para a recorrência de uma similitude estrutural entre gerações alternadas ou entre avô-neto. O desejo que expressam de verem os filhos casando e dando-lhes netos parece atualizar esse princípio, na medida em que seria através dos netos que se tornariam avôs "como os outros". Autoproclamar-se homossexual, além de representar um desvio em relação à heteronormatividade do gênero, também gera a frustração de que a família não vai mais continuar. É como se, ao assumir uma identidade homossexual, se estivesse afirmando implicitamente: "eu sou o fim da linha". Os homossexuais adotantes, portanto, reestabelecem essa linha de continuidade e, se não reproduzem a aliança

realizada pelos seus próprios pais, atuam eles também como um elo entre a geração anterior e a posterior. A idéia de que o(a) filho(a) também venha a realizar parcerias homossexuais não lhes agrada porque talvez essa linha de continuidade já não se afiguraria com tanta certeza.

O que se percebe é que a maneira como se constituem enquanto pais é alicerçada sobre uma afirmação de semelhança (em relação ao pai heterossexual) e não pela defesa da diferença, criando por esse caminho o sentido da normalidade. Nesse sentido, é muito precária a possibilidade de se colocarem em um "nós" que fosse baseado numa identidade sexual compartilhada. Comparados com os contextos americano e europeu, e principalmente com o americano, não sustentam o sentimento de pertencimento a uma comunidade homossexual. Antônio, por exemplo, na maneira particular com que interpretou a comunidade *gay* novaiorquina, manifestou sua oposição e crítica àquela maneira de organização social e de seus ideais. Antes, "o homossexual" é posto em discurso como o Outro, uma imagem em relação à qual criam distanciamento e proclamam uma diferença. Certamente não é uma diferença absoluta, pois "o heterossexual" pode ser igualmente, como já foi, acionado para criar outras diferenças. Mas, no contexto de retórica sobre a paternidade, é em relação a um homossexual típico, às vezes encarnado em pessoas conhecidas, que criam as diferenças significativas e constroem uma fronteira moral. Como dizem, "pai é pai".

Tal atitude ganha sentido pela referência aos valores alocados na prática homoerótica, definindo as possibilidades de sua publicização e de sua defesa. A colocação da homossexualidade e da heterossexualidade num mesmo plano de avaliação moral, pela referência ao sistema médico/psiquiátrico, ainda é de frágil sustentação no discurso das instituições oficiais do Estado brasileiro, mais especificamente no interior das casas legislativas e nas decisões de tribunais de justiça. A tendência de normalização da homossexualidade, percebida por Ariès (1985) e Pollak (1985), que parecia aos autores beirar o ideal de uma época em que a sexualidade se media pela sua capacidade de autonomização e racionalização, avança numa marcha mais lenta deste lado do equador. Homossexualidade e heterossexualidade não conseguiram alçar algum estatuto de equivalência, como postulado pela racionalidade científica (principalmente a sexológica). Pelo menos é o que demonstram as decisões e/ou discursos dos oficiais das referidas instituições. Mesmo que o léxico científico tenha se tornado de uso comum, sua carga semântica extrapola o sistema discursivo no qual tem lugar, carregando associações que

aproximam "o homossexual" do "viado" e da "bicha", enquanto imagens negativas e categorias acusatórias⁹¹.

Seguindo o raciocínio, atrevo-me a sugerir uma reflexão crítica sobre a relação "ser/estar" nos discursos êmicos sobre a identidade homossexual, reflexão que pode ser considerada uma hipótese para novas investigações. Creio que a afirmação do "estar homossexual", discutida por Heilborn (1996) e que figura como distintiva da cultura brasileira, não implica necessariamente a crença em versões construtivistas de interpretação da sexualidade, antes é coerente com as possibilidades de afirmação pública da "homossexualidade" enquanto condição e responde a essas possibilidades⁹². É de se notar que o discurso do "estar" parece encontrar lugar principalmente entre as mulheres, que, dentro dos valores e coordenadas de gênero da sociedade brasileira (salvaguardadas suas não poucas diferenças), não têm sua identidade de gênero comprometida na mesma medida que os homens. É famoso o ditado popular que afirma que "não existe ex-bicha"⁹³.

Sintomático dessa mesma lógica é o surgimento no Brasil da sigla GLS, classificação que, contornando uma afirmação explícita e inequívoca de "homossexualidade", deixa brechas para a ambigüidade. O "G" (gay) e o "L" (lésbica) condicionam o sentido do "S" (simpatizante), mas este último não compromete da mesma maneira que os dois primeiros e assim pode ser acionado em situações sociais que se apresentem desfavoráveis à afirmação da identidade homossexual.

Steven Epstein (1999), discutindo o dilema das políticas *gays* (*gay politics*) frente aos limites do construtivismo social, assinala que nos Estados Unidos a "homossexualidade", pensada como uma condição, assemelha-se ao estatuto de uma identidade étnica, e assim é mais capacitada para a mobilização cívica e política naquele contexto. No entanto, as práticas homoeróticas continuam sendo criminalizadas em vários estados da federação americana, como

⁹¹ Para uma boa análise dos sistemas aos quais se referem estas categorias, ver Parker (1991).

⁹² Há, no senso comum, uma visão não-essencialista imbutida na reação de pais que são postos a frente do *coming-out* dos filhos, quando se perguntam: "Onde foi que eu errei?". Tal reação parece derivar o comportamento homossexual de um desvio moral. Não raro, quando os filhos conseguem (a muito custo) mostrar aos pais que "são" assim, parecem em melhores condições de alçarem aceitação (ver matéria da *Veja*, 2000).

⁹³ O trabalho de Lago (1999) aponta nesta direção, ao mostrar quão difícil é, para os homens por ela pesquisados, perceber-se e serem percebidos como "homossexuais", homens que no grupo em questão vinculavam-se ao desempenho do papel "passivo" no ato sexual. Aliás, uma nova categoria parece estar ganhando espaço como estratégia para contornar o valor negativo que carrega a denominação "passivo": é o "ativo liberal". Ou, segundo um informante, o "ativo que dá". Tais estratégias parecem estar a serviço da proteção de um ideal de masculinidade, pois estão ressignificando o comportamento mais "feminizante" dos encontros homoeróticos.

crimes de sodomia. Ou seja, lá é mais fácil defender publicamente "a homossexualidade" do que envolver-se em práticas homossexuais. Tomando esse contexto como perspectiva, no Brasil a situação parece ser regida por uma lógica inversa. Aqui é mais fácil justificar práticas homoeróticas do que defender publicamente e mobilizar civicamente uma identidade homossexual⁹⁴. No entanto, os marcos de referência que condicionam as possibilidades de mobilização cívica da homossexualidade foram, nos últimos meses, objeto de intenso debate.

Quando esta dissertação estava sendo finalizada, um evento de ampla repercussão na mídia tornou mais difícil sua escrita. A morte de Cássia Eller e o subsequente debate em torno da guarda de seu filho colocaram a homoparentalidade na pauta do dia dos principais veículos de imprensa. Logo após sua morte, ocorrida em 29 de dezembro de 2001, teve lugar um bombardeio de informações em revistas, jornais e programas de TV sobre quem ficaria com a guarda do filho de 8 anos deixado pela cantora. No centro da disputa figuravam o pai de Cássia, Altair, e Maria Eugênia, sua companheira durante quatorze anos.

Altair Eller fez declarações em vários veículos de mídia, em muitas delas contradizendo-se. Inicialmente Maria Eugênia não se manifestou. Talvez porque não fosse preciso. Muito embora seja difícil caracterizar as várias vozes presentes nesse debate, o tom das reportagens mostrou-se favorável à companheira da cantora. Já numa das primeiras reportagens sobre a questão⁹⁵, Altair Eller pôs em dúvida as circunstâncias da morte da cantora e relatou sua intenção de requerer a guarda do neto, apoiando-se no argumento de que o menino "precisa de uma figura masculina". A mesma reportagem apresenta argumentos em defesa da legitimidade da união de Cássia e Maria Eugênia, criticando a deficiência da lei em reconhecer os direitos de casais homossexuais. O texto se coloca em defesa de Maria Eugênia: "Eugênia sempre agiu como mãe e era tratada como tal pelo menino, muito ligado a ela" (p.30). O autor desta parte da matéria serviu-se de declarações de Cássia Eller à revista *Marie Claire* para se contrapor à demanda manifestada por Altair Eller na página anterior: "Se me acontecer alguma coisa, meus bens têm que ir para ela [Eugênia] e meu filho. A guarda do meu filho tem que ser dela, ela é a mãe" (*idem*).

O que sobressaiu dessas discussões, principalmente na mídia impressa de grande circulação, foi o tom favorável às relações homossexuais e ao direito de constituírem famílias.

⁹⁴ Tal quadro se mostra congruente com a importância dada à "pessoa" no Brasil, em detrimento do indivíduo, enquanto valor hegemônico (DAMATTA, 1985).

⁹⁵ "Overdose de Suspeitas". *IstoÉ*. São Paulo, n. 1684, jan. 2002. A matéria teve direito à chamada especial na capa.

Opinião contrária parece ter se tornado "politicamente incorreta". Como bem afirma a revista *Veja* (2002):

Nunca um caso de tutela de crianças por homossexuais havia sido tratado com tanta franqueza. E o mais impressionante: sob um consenso quase absoluto. Não houve polêmica da Igreja, nem de advogados conservadores, nem mesmo dos inflexíveis defensores dos bons costumes. Não se levantou uma voz para afirmar, por exemplo, que uma homossexual não poderia educar a criança. (p. 88)

Pelo menos não no caso de Maria Eugênia. O otimismo com que a questão foi tratada nessas reportagens pode ter se beneficiado da posição de Maria Eugênia em relação à sua companheira Cássia Eller e em relação ao menino. Quando as discussões tratam de categorias de parentesco, Maria Eugênia é descrita como "segunda mãe", muito embora não cheguem a afirmar que o garoto *seja também filho de Eugênia*. Quando fazem alusão à criança, afirmam que ele "sempre chamou Eugênia de mãe", que "sempre dizia ter duas mães", que ele chamava Cássia de "mãe" e Eugênia de "mãezinha"; e ele próprio, referindo-se a Eugênia, afirmou: "quero ficar com minha mãe". Eugênia é descrita como quem desempenhava com mais regularidade a função cuidadora, como quem ficava em casa enquanto Cássia ia viajar pelos shows (para trazer dinheiro em casa?). Ou seja, a maneira como Eugênia foi apresentada a mantém em conformidade com o sistema de gênero, na medida em que foi alocada no pólo feminino da relação, o que não entra em contradição com sua "demanda materna". Quanto a Cássia, foi dito que "em casa era um paizão que batia bola com o filho". Será que se Eugênia fosse classificada no pólo masculino do casal em relação à criança a simpatia da opinião pública seria a mesma? E se, ao invés de mulheres, como é o caso, uma tal disputa estivesse envolvendo um casal de homens?

Minha análise da paternidade entre homens que se identificam e são reconhecidos como homossexuais indicou que o desempenho da parentalidade vem acompanhado de um compromisso mais explícito com os ideais de gênero correlacionados. Muito embora seja difícil, neste estágio da investigação, estabelecer relações causais precisas, tal processo parece guardar estreita relação com as condições sociais de defensabilidade da parentalidade homossexual. Paralelamente, os homens que desejam ingressar na paternidade fora de uma relação conjugal heterossexual precisam ainda responder às associações negativas que acompanham a sexualidade masculina não regulada pelo formato conjugal monogâmico. Já a demanda materna de Maria Eugênia me pareceu mais facilmente "digerida" pelos veículos de mídia e seu público, pois, como

mulher, e feminina, ela não precisou justificar sua competência na maternidade. A crença no "instinto materno" permeou os não-ditos.

De qualquer forma, o drama familiar desencadeado pela morte de Cássia Eller permitiu que as famílias compostas por homossexuais alcançassem um lugar de destaque em importantes veículos de mídia, que não deixam de ser formadores de opinião. No entanto, a maneira como esta discussão se vinculou com o caso específico da tutela conquistada por Maria Eugênia ainda deixa dúvidas sobre a possibilidade de se mobilizar a homossexualidade como uma dimensão legítima da cidadania. A fala do juiz que julgou a questão parece apontar para essa direção: “A questão da homossexualidade não tem importância. O essencial foi assegurar o interesse superior de Chicão. [...] Em tese, ele poderia ficar sob tutela até da vizinha, se com ela tivesse os laços afetivos mais fortes”⁹⁶. Será que a homossexualidade efetivamente não tem importância? Retirar-lhe a importância não seria justamente uma estratégia política para impedir que ela ganhe um estatuto legal equivalente à heterossexualidade presumida do sujeito jurídico atual?

O caso abriu espaço para se discutir uma noção de família baseada em laços afetivos, noção esta defendida pelos setores mais progressistas do sistema jurídico. A situação atual das famílias *gays* é comparada aos arranjos conjugais/domésticos que há alguns anos também sofriam discriminação, como os casais divorciados, concubinados e mães solteiras. Mas, como bem mostra a revista *Época* (p. 34), atualmente a homossexualidade ainda não possui o direito de ter direitos, pois os homossexuais “precisam se cercar de advogados para conseguir benefícios aos quais os outros têm acesso automaticamente”. E justamente porque não há um espaço (cultural, simbólico, político) para "a homossexualidade", mas para este ou aquele homossexual. Quando "a homossexualidade" ganha esse espaço é justamente para "denunciar contra", como no caso de sentenças judiciais conservadoras. E aqui adentra-se numa ordem de problemas teóricos e políticos que estão longe de chegar a uma solução satisfatória, pois inscrever "a homossexualidade" como uma dimensão constitutiva do indivíduo é também dar crédito a visões essencialistas da sexualidade e, como tal, limitadoras das potencialidades humanas.

De qualquer forma, não é possível aqui prever o rumo de novos acontecimentos e a direção dos debates de opinião. Trouxe a discussão do "caso Cássia Eller" para esta dissertação pelo impacto que causou na visibilidade das "famílias *gays*". E aqui é preciso relativizar aquilo que se quer dizer com "visibilidade". A abertura da mídia permitiu que pessoas engajadas em

⁹⁶ "Laços de família". *Época*. São Paulo, Ano IV, n. 191, p. 31, jan. 2002.

relacionamentos homoeróticos e que, ao mesmo tempo, ocupam posições parentais, pudessem refletir sobre seus arranjos particulares. Ao mesmo tempo que a mídia abriu um espaço para que diversos sujeitos pudessem falar de suas experiências, participou da construção de uma categoria social com contornos específicos. Os sujeitos que entrevistei se percebiam como únicos nos projetos que realizaram, dando uma importância toda especial às suas ações. Com a emergência de um amplo debate em veículos de comunicação de massa, tais projetos se tornaram passíveis de serem percebidos como concentrando uma experiência social mais ampla que aquela inicialmente imaginada. Creio que as pesquisas futuras sobre o tema não poderão se furtar à consideração desse contexto de referência. Homossexualidade passou a ser conjugada com paternidade e maternidade. É isso que, a meu ver, cria algo novo. No entanto, o destaque dado pela mídia só foi possível porque os homossexuais, enquanto representantes de uma categoria social construída através do dispositivo da sexualidade, se dispuseram a agir como sujeitos de sua história, alargando as fronteiras possíveis de sua existência social.

Esta dissertação foi uma tentativa de aproximação inicial do universo das famílias compostas por homossexuais e, devido ao seu formato, só pôde tocar em algumas questões. Novas investigações serão realizadas com o intuito de ampliar o universo de atores, indo em direção das mães e dos avós principalmente, a fim de compreender como esses atores concebem suas posições nos arranjos homoparentais. Um olhar mais atento ao tratamento dado ao "parentesco espiritual", através das relações de compadrio, permitirá uma melhor compreensão dos mecanismos de inserção social das crianças adotadas por homossexuais.

Por fim, o tipo particular de adoção privilegiado nesta dissertação aponta para a existência de um modelo especificamente brasileiro de realização da homoparentalidade. A chamada "adoção à brasileira", que consiste em registrar uma criança como se sua fosse, permite que homossexuais desejosos de se tornarem pais possam realizar seus projetos de família sem precisar de autorização explícita do Estado. Novas pesquisas serão necessárias para avaliar a amplitude desse modelo na sua relação com outros possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU FILHO, Ovídio de. Parentesco e identidade social. In: **Anuário Antropológico/80**. Fortaleza/Rio de Janeiro: UFC/Tempo Brasileiro, 1982.
- ADAM, Barry D. Structural foundations of the gay world. In: NARDI, P. and SCHNEIDER, B. (eds.) **Social perspectives in lesbian and gay studies**. London: Routledge, 1998.
- ARAGÃO, Luiz Tarlei de. Em nome da mãe: posição estrutural e disposições sociais que envolvem a categoria mãe na civilização mediterrânea e na sociedade brasileira. In: DURHAM, E. *et. alii*. **Perspectivas Antropológicas da Mulher 3**. Rio de Janeiro: Zahar eds., 1983.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 2ªed.
- BATESON, Gregory. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: **Socio-lingüística Interacional**. In: RIBEIRO, B.T. e GARCEZ, P.M. (org). Porto Alegre: Ed. Agê, 1998, pp.57-69.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado - O mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 5ªed.
- _____. **XY - Sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 2ªed.
- BAILEY, J.M.; BOBROW, D.; WOLFE, M.; MIKACH, S. Sexual orientation of adult sons of gay fathers. In: **Developmental Psychology**, vol.31, nº1, 1995, pp-124-129.
- BATAILLE, Georges. **O erotismo**. Porto Alegre: L&PM, 1987. 2ªed.
- BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. L'illusion biographique. In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n.62/63, juin, 1986.
- BROWN, Michael F. Forum – On Resisting Resistance. In: **American Anthropologist** 98(4):729-749, 1996.
- BRUCKNER, Pascal e FINKIELKRAUT, Alain. **A nova desordem amorosa**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BUFFON, Roseli. **Encontrando o “homem sensível”?: reconstrução da imagem masculina em um grupo de camadas médias intelectualizadas**. Dissertação de mestrado UFSC/PPGAS, 1992.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado (pedagogias da sexualidade)**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 1999.
- CADORET, Anne. Figures d’homoparentalité. In: GROSS, Martine. **Homoparentalités. État des lieux**. Issy-les-Moulineaux: ESF éditeur, 2000.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. In: **Novos Estudos CEBRAP**, nº21, julho/1988, pp.116-132
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed.Unesp, 1998.
- CARRIGAN, T., CONNELL, B. e LEE, J. Toward a New Sociology of Masculinity. In: **Theory and Society**. Vol.14, nº5, sept./1985.

- CITELI, Maria Teresa. **De dentro do corpo: genética, anatomia e química das diferenças sexuais**. Trabalho apresentado na XXV ANPOCS, Caxambu, out/2001.
- CORNEAU, Guy. Paternidade e masculinidade. In: NOLASCO, Sócrates (org). **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- CORNWALL, Andrea e LINDISFARNE, Nancy (eds). **Dislocating masculinity**. London: Routledge, 1994.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: ARANTES *et ali*. **Colcha de Retalhos - estudos sobre a família no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994. 3ªed.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 4ªed.
- _____. O referente da identidade homossexual. In: PARKER, R. e BARBOSA, R.M. (orgs). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- _____. **A inocência e o vício: estudos sobre homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- COSTA, Rosely Gomes. De clonagens e de paternidades: as encruzilhadas do gênero. In: **Cadernos PAGU** (11) 1998, pp.157-199.
- CRAPANZANO, Vincent. Diálogo. In: **Anuário Antropológico/88**. Brasília: Edunb, 1991.
- CRUZ, Elizabete Franco. "Quem leva o nenê e a bolsa?": o masculino na creche. In: **Homens e masculinidades: outras palavras**. ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra; MEDRADO, Benedito (orgs). Ecos/Ed.34, 1998.
- DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DELAISI DE PARSEVAL, Geneviève. **A parte do pai**. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- DIAS, Maria Berenice. **União Homossexual: o preconceito, a justiça**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DOVER, K.J. **A homossexualidade na Grécia Antiga**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.
- DUARTE, Luiz F.D. O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna. In: HEILBORN, Maria Luiza (org). **Sexualidade – O olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: JZE, 1999.
- DUBREIL, Éric. **Des parents de même sexe**. Paris: Editions Odile Jacob, 1998.
- DUMONT, Louis. **Introducción a dos teorías de la antropología social**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1975.
- DURHAM, Eunice. Família e reprodução humana. In: DURHAM *et ali*. **Perspectivas Antropológicas da Mulher 3**. Rio de Janeiro: Zahar Eds., 1983.
- ERIBON, Didier. **Réflexions sur la question gay**. Paris: Fayard, 1999.
- EPSTEIN, Steven. Gay Politics, Ethnic Identity: The limits of social constructionism. In: NARDI, P. and SCHNEIDER, B. (eds.) **Social perspectives in lesbian and gay studies**. London: Routledge, 1998 (1987).
- FAIRCHILD, Betty e HAYWARD, Nancy. **Agora que você já sabe - o que todo pai e toda mãe deveriam saber sobre a homossexualidade**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

- FASSIN, Éric. Usages de la science et science des usages. À propos des familles homoparentales. In: **L'HOMME - Question de Parenté**. 154-155, avril/septembre 2000
- FIGUEIRA, Sérvulo. O moderno e o arcaico na família brasileira. In: **Uma nova família ?** Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea**. Comunicação apresentada no XXV Encontro Nacional da ANPOCS, ST Gênero, Sexualidade e Parentesco, Caxambú/MG, 2001.
- _____. **Quando cada caso não é um caso**. s/d, mimeo.
- FORREST, David. "We're here, we're queer, and we're not going shopping": changing gay male identities in contemporary Britain. In: CORNWALL, Andrea e LINDISFARNE, Nancy (eds). **Dislocating masculinity**. London: Routledge, 1994.
- FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 7ªed.
- _____. **História da sexualidade – a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1997. 12ªed.
- _____. **História da sexualidade II - o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998. 8ªed.
- FRANCHETTO, Bruna, CAVALCANTI, Maria Laura V.C., HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e Feminismo. In: **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar Eds., 1980.
- FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: **Para Inglês Ver**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GIAMI, Alain. Cent ans d'hétérossexualité. In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. 128, juin/1999.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade - sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.
- GODBOUT, Jacques. **O Espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 1999.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988. 4ªed.
- GOLDENBERG, Mirian. **O macho em crise: um tema em debate dentro e fora da academia**. In: ____ (org). Os novos desejos. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GREEN, James. **Além do Carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- GROSS, Martine. **Homoparentalités. État des lieux**. Issy-les-Moulineaux: ESF éditeur, 2000.
- GROSSI, Miriam P. **Famílias homossexuais: um novo tipo de família?** Comunicação apresentada à Mesa Novas Formas Familiares, no Seminário Fazendo Gênero 4 - Cultura, Política, Sexualidade. Florianópolis, 2000.
- _____. **Identidade de gênero e sexualidade**. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1998.
- GUIMARÃES, Carmen Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, PPGAS/Museu Nacional, 1977.

- _____. "Mais Merece!": o estigma da infecção sexual pelo HIV/AIDS em mulheres. In: **Revista Estudos Feministas**, ano 4, 2/1996, pp.295-318.
- HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Tese de Doutorado, 1992. Mimeo.
- _____. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, R. e BARBOSA, R. (orgs.) **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ABIA-IMS-UERJ, 1996.
- _____. A primeira vez nunca se esquece. In : **Revista Estudos Feministas**. Vol 6, RJ: IFCS/UFRJ, 1998.
- _____. **Sexualidade – O olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: JZE, 1999.
- HERDT, Gilbert (org). **Ritualized homosexuality in Melanesia**. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1984.
- HÉRITIER, Françoise. A coxa de Júpiter: reflexão sobre os novos modos de procriação. In: **Revista Estudos Feministas**, vol. 8, n.1/2000.
- _____. Família. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989a. Vol.20
- _____. Masculino/Feminino. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989b. Vol.20
- IACUB, Marcela. Homoparentalité et ordre procréatif. In: BORRILLO, Daniel; FASSIN, Eric; IACUB, Marcela (orgs). **Au-delà du PACS: L'expertise familiale à l'épreuve de l'homosexualité**. Paris: PUF, 1999.
- JACKSON, Margaret. "Facts of life" or the eroticization of women's oppression ? Sexology and the social construction of heterosexuality. In: CAPLAN, Pat (ed). **The cultural construction of sexuality**. London/New York: Routledge, 1987.
- JARDIM, Denise F. Performances, reprodução e produção de corpos masculinos. In: LEAL, Ondina F. (org.) **Corpo e significado: ensaios de antropologia social**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1995.
- KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. In: **Cadernos PAGU** (3) 1994: pp.117-141.
- LAGO, Regina Ferro do. Bissexualidade masculina: uma identidade negociada? In: HEILBORN, Maria Luiza (org). **Sexualidade – O olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: JZE, 1999.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo – Corpo e gênero dos Gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LEACH, Edmund. **Cultura e comunicação**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1978.
- _____. O nascimento virgem. In: DAMATTA, Roberto (org). **Edmund Leach - Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1983.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A Família. In: SHAPIRO, H.L. (org) **Homem, cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura Econômica, 1972.
- _____. **Estruturas elementares de parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982. 2ªed.
- LEVINE, Martin P. "Gay Ghetto". In: NARDI, P. and SCHNEIDER, B. (eds.) **Social perspectives in lesbian and gay studies**. London: Routledge, 1998 (1979).

- LISBÔA, Maria Regina Azevedo. Masculinidade: as críticas ao modelo dominante e seus impasses. In: PEDRO, Joana M., GROSSI, Miriam P. (orgs). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed.Mulheres, 1998.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Conversão religiosa e a opção pela heterossexualidade em tempos de AIDS. In: **Cadernos PAGU** (11) 1998: pp.275-301.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Sexo e repressão na sociedade selvagem**. Petrópolis: Vozes, 2000. 2ªed.
- MATHIEU, Nicole-Claude. Anthropologie et "homosexualités". In: GROSS, Martine. **Homoparentalités. État des lieux**. Issy-les-Moulineaux: ESF éditeur, 2000.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EdUsp, 1974.
- McINTOSH, Mary. The homosexual role. In: NARDI, P. and SCHNEIDER, B. (eds.) **Social perspectives in lesbian and gay studies**. London: Routledge, 1998 (1968).
- MACRAE, Edward. **A construção da igualdade – Identidade Sexual e Política no Brasil da Abertura**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999. 4ª ed.
- MELHUS, M. Una Verguenza para el honor, una verguenza para el sufrimiento. In: PALMA, M. (org). **Simbólica de la feminilidad**. Quito: Abya-Yala, 1990.
- MONTEIRO, Simone. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: HEILBORN, Maria Luiza (org). **Sexualidade – O olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: JZE, 1999.
- MURRAY, Stephen O. The institutional elaboration of a quasi-ethnic community. In: NARDI, P. and SCHNEIDER, B. (eds.) **Social perspectives in lesbian and gay studies**. London: Routledge, 1998 (1979).
- NOLASCO, Sócrates (org). **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discursos sobre a masculinidade. In: **Revista Estudos Feministas**, ano 6, n.01/98.
- ORTNER, S. e WHITEHEAD, H. Accounting for sexual meanings. In: **Sexual Meanings: the cultural construction of gender and sexuality**. Cambridge, 1981.
- PARKER, Richard G. **Corpos, prazeres e paixões**. A cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed. Best Seller, 1991. 3ª ed.
- PERISTIANY, J (org). **Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrânicas**. Lisboa: Caluste-Gulbenkian, 1988. 2ªed.
- PERLONGHER, Néstor. **O negócio do michê**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PISCITELLI, Adriana. Gênero em perspectiva. In: **Cadernos PAGU** (11) 1998: pp.141-155.
- _____. Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco. In: **Revista Estudos Feministas**, N. 2/98, 305-321.
- _____. A ambivalência sobre os conceitos de sexo e gênero na produção de algumas teóricas feministas. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas – desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1997.

- PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J.G. (org) **Honra e Vergonha – valores das sociedades mediterrânicas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. 2ªed.
- PLUMMER, Kenneth. Homosexual categories: some research problems in the labelling perspective of homosexuality. In: In: NARDI, P. and SCHNEIDER, B. (eds.) **Social perspectives in lesbian and gay studies**. London: Routledge, 1998 (1981).
- _____. O tornar-se gay: identidades, ciclos de vida e estilos de vida no mundo homossexual masculino. In: HART, J. e RICHARDSON, D. (orgs.) **Teoria e prática da homossexualidade**. Rio de Janeiro: Zahar Eds., 1983.
- POLLAK, Michael. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no gueto? In: ARIÈS, Philippe e BÉJIN, André (orgs). **Sexualidades Ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RABINOW, Paul. **Reflections on fieldwork in Morocco**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1997.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R. e FORDE, D. **Sistemas Políticos Africanos de parentesco e casamento**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. 2ªed.
- RIAL, Carmen S. Rúgbi e judô: esporte e masculinidade. In: PEDRO, Joana M., GROSSI, Miriam P. (orgs). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed.Mulheres, 1998.
- RUBIN, Gayle. Thinking Sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDI, P. and SCHNEIDER, B. (eds.) **Social perspectives in lesbian and gay studies**. London: Routledge, 1998.
- SALEM, Tania. Famílias em Camadas Médias: uma perspectiva antropológica. In: **BIB**, Rio de Janeiro, n.21, 1º semestre 1986.
- SCHNAPP, Alain. A imagem dos jovens na cidade grega. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (orgs). **História dos Jovens - da Antiguidade à Era Moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. Vol.1
- SOUZA, Érika Renata de. **O mito da homossexualidade estéril: mães lésbicas e algumas histórias**. Comunicação apresentada à III Reunião de Antropologia do Mercosul, 2001.
- STOLCKE, Verena. Velhos valores, Novas tecnologias, Quem é o pai? In: **Anuário Antropológico/86**. Brasília: Ed.UnB/Tempo Brasileiro, 1988.
- STRATHERN, Marilyn. **The gender of the gift**. Berkeley: University of California Press, 1988.
- _____. Parentesco por iniciativa: a possibilidade de escolha dos consumidores e as novas tecnologias da reprodução. In: **Análise Social**, vol.xxvi (114), 1991 (5º), 1011-1022.
- _____. Necessidade de pais, necessidade de mães. In: **Revista Estudos Feministas**, nº2, ano 3, 2º sem.1995, 303-329.
- TEDLOCK, Dennis. A tradição analógica e o surgimento de uma antropologia dialógica. In: **Anuário Antropológico/85**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- TREVISAN, João Silvério. O espetáculo do desejo - homossexualidade e crise do masculino. In: CALDAS, Dario (org). **Homens**. São Paulo: Ed.SENAC, 1997.
- UZIEL, Anna Paula. Da intenção ao direito – Homossexualidade e adoção no Brasil. In: **Gênero em matizes**. 2001 (no prelo)
- _____. **"Tal pai, tal filho" em tempos de pluriparentalidade. Expressão fora do lugar?** Comunicação apresentada no XXIV Encontro Nacional da ANPOCS, GT Família e Sociedade, Petrópolis/RJ, 2000.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. In: **Anuário Antropológico/95**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. “Flores do colonialismo” – Masculinidades numa perspectiva antropológica. In: **Cadernos PAGU** (11) 1998:pp.201-229.

VANCE, Carole S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. In: **PHYSIS Revista de Saúde Coletiva**. Vol.5, no.1, 1995.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1985. 5ªed.

_____. **Subjetividade e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1989. 2ªed.

_____. **Individualismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. 4ªed.

VERDIER, Pierre. Ce que l'adoption nous apprend à propos des enfants qui ne sont pas nés de la sexualité de leurs parents. In: GROSS, Martine. **Homoparentalités. État des lieux**. Issy-les-Moulineaux: ESF éditeur, 2000.

VILLA, Alejandro Marcelo. Significados da reprodução na construção da identidade masculina em setores populares urbanos. In: COSTA, Albertina de Oliveira (org). **Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina**. São Paulo: PRODIR/FCC, Ed.34, 1997.

WEEKS, Jeffrey. **Sexuality**. London: Tavistock Publications, 1986.

_____. The value of Difference. In: RUTHERFOR, Jonathan (ed). **Identity: community, culture, difference**. London: Lawrence e Wishart.

WEINBERG, G. **Society and the healthy homosexual**. New York: Anchor, 1973.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: **Revista Estudos Feministas**, vol. 9, 2001, 460-482.

WESTON, Kath. **Families we choose: lesbians, gays, kinship**. New York: Columbia University Press, 1991.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo/Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

Lista das referências de fontes midiáticas

BUCHALLA, Anna Paula. Meu pai é gay. Minha mãe é lésbica. **Veja**. São Paulo, Ano 34, n. 27, ed. 1708, p. 66-70, jul. 2001.

CEZIMBRA, Márcia. Meus pais gays. **Suigeneris**. Rio de Janeiro, Ano II, n. 15, p. 38-39, set. 1996

GIACOMINI, Paulo; MAGAÑA, Mara. Ser pai gay é fácil? **Gmagazine**. São Paulo, Ano II, n. 23, p. 68-70, agosto 1999.

MAGESTE, Paula; VIEIRA, João Luiz; SAINT-CLAIR, Clóvis. Laços de família. **Época**. São Paulo, Ano IV, n. 191, p. 30-35, jan. 2002.

MAZZARO, Marcos. Família Gay: a homossexualidade atinge a última fronteira. **Suigeneris**. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 40, p. 28-33, 1998.

PINHEIRO, Daniela. Pai, eu sou gay. **Veja**. São Paulo, Ano 33, n. 07, ed. 1636, p. 104-111, fev. 2000.

_____. Sem discussão. **Veja**. São Paulo, Ano 35, n. 02, ed. 1734, p. 88-89, jan. 2002.

RIBEIRO JR., Amaury; ALVES FILHO, Francisco; DINIZ, Weiller. Overdose de suspeitas. **IstoÉ**. São Paulo, n. 1684, p. 26-33, jan. 2002.

ROCHA, Eliane. Príncipe do Rock'n Blues (entrevista com Cássia Eller). **Suigeneris**. Rio de Janeiro, Ano V, n. 48, p. 28-33, 1999.

SANTA CRUZ, Angélica; VIEIRA, João Luiz. Assumir faz a diferença. **Época**. São Paulo, Ano II, n. 70, p. 44-51, set. 1999.

VELLOSO, Beatriz; SAINT-CLAIR, Clóvis. Morte no auge. **Época**. São Paulo, Ano IV, n. 190, p. 101-105, jan. 2002.

Casal gay tem filhos gêmeos. **IstoÉ**. São Paulo, n. 1577, dez. 1999.

Casamento homossexual? **IstoÉ**. São Paulo, n. 1364, p. 151, nov. 1995.

Enquete. **Gmagazine**. São Paulo, Ano IV, n. 49, p.07, out. 2001.

Cássia Eller: crônica de uma morte lamentada. In: www.glsplanet.com.br, 07/01/2002.